

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023



Consolidado

Versão aprovada em reunião do Conselho de
Administração de 10 de setembro de 2024

Índice:

1 – RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 – Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
1.2 – Sumário Executivo	4
1.3 – Caracterização da idD Portugal Defence	9
1.4 – Modelo de Governo Societário	8
1.5 – Estratégia e Modelo de Negócio	12
1.6 – Recursos Humanos	15
1.7 – Ações desenvolvidas em Matéria de Sustentabilidade	16
1.8 – Perímetro de Consolidação	16
1.9 – Análise Económica e Financeira	17
1.10 – Resumo de performance económica e financeira das participadas	19
1.11 – Perspetivas para 2024	40
1.12 – Agradecimentos	47

2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS E ANEXO

2.1 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	48
2.2 – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	54
2.3 – Demonstrações Orçamentais Consolidadas	109

3 – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 111

4 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 112

1 – RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 – Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

No momento de retrospectiva relativamente ao ano de 2023, existem vários elementos a destacar de relevo.

Como é sabido, a atual equipa do Conselho de Administração iniciou funções em janeiro de 2024, pelo que tomamos a liberdade de dar nota de algumas orientações estratégicas que estabelecemos e que estão em curso. Atendendo ao contexto interno e externo particular em que assumimos funções, estabelecemos como agenda o que denominamos como 6 Rs: Reposicionar, Reestruturar, Reorganizar, Rebranding, Relocalizar, Reindustrializar.

A nossa visão assenta em três pilares. Primeiro, pretendemos fomentar o desenvolvimento tecnológico e industrial da economia de defesa, apoiando integradores nacionais e atrair investidores estrangeiros para fortalecer as cadeias de valor em Portugal. Paralelamente, desejamos promover a retenção do talento nacional para impulsionar o desenvolvimento e industrialização da economia de defesa em Portugal, com foco em atividades de alto valor acrescentado. Almejamos, ainda, desenvolver a participação da Economia de Defesa no ciclo de vida dos equipamentos das Forças Armadas, contribuindo de forma decisiva para a sua autonomia, operacionalidade, modernização.

Entendemos que a missão da IdD – Portugal Defence se prende com atuar, em colaboração e explorando sinergias com outros parceiros nacionais e internacionais, como um interface inteligente e ativo entre a Defesa e a Economia, nomeadamente nas políticas públicas da defesa; alavancar a indústria; racionalizar e garantir a sustentabilidade e a resiliência das participações públicas na Indústria de Defesa; promover a melhoria do ecossistema para apoio ao crescimento da Economia de Defesa; apoiar a participação em programas de reequipamento, oportunidades de negócio, identificação e acesso a instrumentos financeiros, a mercados externos e ainda promover a integração da BTID em cadeias de valor. A fim de materializar a visão e missão delineadas, e de orientar a ação de toda a idD – Portugal Defence, estabelecemos oito objetivos estratégicos para 2024-2026 e um Plano Estratégico. Teremos o maior gosto de reportar os resultados no Relatório relativo ao presente ano.

Por fim, cumpre uma palavra de agradecimento a todos aqueles que desenvolveram o trabalho da idD – Portugal Defence S.A. durante o ano de 2023, aos órgãos sociais, aos trabalhadores, assim como às tutelas. A idD – Portugal Defence desempenha um papel fundamental no ecossistema da defesa nacional num mundo cada vez mais perigoso e incerto.

Carlos Alberto Salgado Félix

1.2 – Sumário Executivo

A idD Portugal Defence, S.A. (idD), conforme Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro nº 786/2020, datado de 30 de dezembro de 2019 e publicado em Diário da República de 21 de janeiro de 2020, resulta da reestruturação da idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais.

A idD Portugal Defence, S.A., é assim uma empresa pública reclassificada (EPR) criada a partir da totalidade da atividade da anterior idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A., que englobava a atividade industrial de desmilitarização e desativação de munições e explosivos e, desde 2014, a gestão da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID), bem como dos ativos restantes da liquidação da extinta holding da Defesa a EMPORDEF, SGPS, S.A., no essencial, as participações em sociedades das indústrias de Defesa de que o Estado era detentor e que após avaliação realizada por auditor independente, foram transmitidas para a sociedade por aumento de capital em espécie, constituindo na sua substância, por determinação do acionista e em resultado do processo de reestruturação, uma empresa nova, cujo objeto transcende a mera soma dos mencionados, tendo-lhe sido cometidas novas e complexas funções em resposta ao novo momento europeu e da NATO e, bem assim, a um papel muito mais central como “o” instrumento de política pública para a Economia de Defesa.

Durante o exercício de 2023 observou-se a gradual consolidação da reorganização funcional da idD Portugal Defence, S.A.

Institucionalmente, procurou-se promover a consolidação das relações funcionais e institucionais com as demais áreas de governação relevantes.

De referir com particular destaque a participação da idD Portugal Defence, S.A. na implementação da primeira Medida de Assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), o novo instrumento extraorçamental da UE destinado a prevenir conflitos, consolidar a paz e reforçar a segurança internacional. Esta medida MEAP ASMOZ, constitui uma missão não letal da União Europeia e apresenta para Moçambique um envelope financeiro de €85 M para um período de 24 meses, com o objetivo de equipar as unidades moçambicanas treinadas pela Missão de Formação da UE em Moçambique (EUTM), a fim de repor a paz e as condições de segurança na província de Cabo Delgado.

No que se refere à atividade de Desmilitarização (que integra o Eixo III), em 2023 com a obtenção de visto do Tribunal de Contas, procedeu-se à execução do contrato bianual de prestação de serviços com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) para a desativação e destruição de munições dos três Ramos das Forças Armadas.

Na atividade de Gestão de Participações, Eixo II, salienta-se o retomar de alguns dossiers estratégicos, a reestruturação formulada e em curso na participada Arsenal do Alfeite, S.A., bem como a desenvolvimento e a apresentação do seu Plano Estratégico em articulação com a equipa de gestão desta empresa e o encerramento da liquidação da

participada EEN, S.A. com a transmissão global do seu património para a idD Portugal Defence, S.A. (salientando-se pela sua relevância o Parque Aeronáutico de Alverca).

As participações com ações e direitos de voto inferiores a 50% foram relevadas no Balanço Consolidado e Resultados Consolidados através do Método de Equivalência Patrimonial (à semelhança do verificado nas contas da idD Portugal Defence, S.A. em Base Individual).

Os rendimentos ou ganhos do grupo idD – Portugal Defence, S.A. ascenderam em 2023 a 30.046.642 euros, registando-se um aumento de 3.992.655 euros, i.e. um aumento de 13,3 %, face aos 26.052.742 euros registados em 2022.

Em 2023, o EBITDA consolidado do grupo, incluindo o impacto contabilístico resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nas participações financeiras minoritárias, foi positivo em 6.462.305,22 euros, correspondente a uma margem EBITDA de 22%, face ao valor negativo de 5.695.591,54 euros (correspondente a uma margem negativa de 22%) obtido no exercício anterior.

A aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nas participações financeiras onde a idD Portugal Defence, S.A. tem uma posição minoritária, traduzido nos resultados consolidados pela flutuação das mais ou menos valias do capital com origem no resultado líquido de cada resultado das sociedades ponderado pela percentagem de detenção do capital das participadas eventualmente ajustado pela distribuição de dividendos, cujas atividades não são diretamente controláveis pelo grupo, originou um ganho no montante global de 3.994.069,66 euros.

Os Resultados Operacionais consolidados (EBIT), deduzidos do impacto das amortizações e depreciações que neste exercício ascenderam a 5.146.364 euros, por via da integração do Parque Aeronáutico de Alverca no património consolidado, foram positivos em 1.315.941,14 euros, correspondente a uma margem EBIT positiva de 4,26% (face ao resultado operacional consolidado negativo de 10.617.681 euros observado em 2022).

Após o impacto dos resultados financeiros e do imposto sobre o rendimento (agravado pelo efeito temporário e não recorrente do reconhecimento de impostos diferidos no montante de 1.592,86 euros), o Resultado Líquido Consolidado da idD Portugal Defence, S.A. foi positivo em 1.280.548,74 euros, correspondente a uma margem líquida positiva de 4,26% (face a um resultado líquido negativo consolidado de 10.906.839,32 euros, correspondente a uma margem líquida negativa de 40,84% no ano anterior).

O Cash Flow Consolidado global do grupo no exercício de 2023 (após efeito cambial) foi positivo, tendo atingido o montante líquido de 1.315.659,18 euros, registando-se, no entanto, uma variação negativa de 2.111.891,15 euros, i.e. 61,61 % face ao exercício anterior em que o fluxo foi positivo em 3.427.550,34 euros.

O Cash Flow Operacional Consolidado foi negativo no montante de 1.531.812,83 euros, traduzindo-se numa variação negativa de 6.236.404,88 euros, face ao valor positivo de

4.704.592,05 euros observado em 2022. Esta variação explica-se essencialmente pela diminuição dos recebimentos de clientes e pelo aumento do pagamento a fornecedores, essencialmente na área de manutenção e construção naval do Arsenal do Alfeite, que representa 82% do total dos recebimentos.

O Cash Flow de Investimento Consolidado foi positivo, no valor de 2.847.157,67 euros, uma variação positiva de 3.974.290,70 euros, face ao valor negativo de 1.127.133,03 euros observado em 2022, e explica-se pelo recebimento do valor referente ao PRR New Space Portugal 2.870.366,65 €.

O Cash Flow de Financiamento Consolidado foi positivo no montante de 314,35 euros, registando uma evolução positiva de 150.223,03 euros, i.e. 100,2 % face ao valor negativo de 149.908,68 euros observado em 2022, explicado essencialmente pelo equilíbrio entre recebimentos e reembolsos de operações de financiamento obtidas.

1.3 – Caracterização da idD Portugal Defence

Em 1997 é criada a IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A. tendo por objeto da sua atividade inicial a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de Defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem e uma natureza marcadamente industrial.

Com a alteração dos seus estatutos em agosto de 2014, a idD passou a designar-se Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais tendo-lhe sido atribuída a nova missão de desenvolver a atividade de promoção das indústrias de Defesa nacionais, nomeadamente na definição da estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica das Indústrias de Defesa (BTID).

Esta atividade visa essencialmente a organização de ações de prospeção económica junto de potenciais parceiros internacionais que possam acrescentar valor para a economia de Defesa nacional com o objetivo de divulgar internamente as oportunidades identificadas no exterior, abrindo caminho ao aumento das exportações da indústria de Defesa portuguesa.

A idD Portugal Defence, S.A., conforme Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro nº 786/2020, datado de 30 de dezembro de 2019 e publicado em Diário da República de 21 de janeiro de 2020, resulta da reestruturação da idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais. No referido diploma foi determinado que a gestão coerente e integrada das participações do Estado em empresas da indústria de Defesa, podia ser melhor assegurada cometendo as mesmas a uma sociedade que se constituísse num instrumento de concretização das políticas públicas sectoriais no cumprimento da missão que o Governo lhe atribui no âmbito da economia da Defesa Nacional.

A idD Portugal Defence, S.A., é assim uma empresa pública reclassificada (EPR) criada a partir da totalidade da atividade da anterior idD - Plataforma das Indústrias de Defesa

Nacionais, S.A., que englobava a atividade industrial de desmilitarização e desativação de munições e explosivos e, desde 2014, a gestão da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID), bem como dos ativos restantes da liquidação da extinta holding da Defesa a EMPORDEF, SGPS, S.A., no essencial, as participações em sociedades das indústrias de Defesa de que o Estado era detentor e que após avaliação realizada por auditor independente, foram transmitidas para a sociedade por aumento de capital em espécie, constituindo na sua substância, por determinação do acionista e em resultado do processo de reestruturação, uma empresa nova, cujo objeto transcende a mera soma dos mencionados, tendo-lhe sido cometidas novas e complexas funções em resposta ao novo momento europeu e da NATO e, bem assim, a um papel muito mais central como “o” instrumento de política pública para a Economia de Defesa.

Neste contexto, e em Assembleia Geral realizada a 29 de junho de 2020, para além do aumento de capital, o acionista procedeu à alteração do modelo de governação societário, estruturando a sociedade segundo a forma prevista na alínea a) do nº 1 e nº 3 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, adotando os seguintes órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas), os dois últimos na qualidade de órgãos de fiscalização.

Assim, a idD Portugal Defence passa a ter diversas competências no seu objeto social, entre as quais:

1. Assegurar a interface I&D entre a Economia da Defesa e os Centros de Investigação e Desenvolvimento das Universidades Portuguesas;
2. Gerir as participações sociais que lhe sejam cometidas;
3. Assegurar a interface público/privado na Economia de Defesa;
4. Apoiar as operações de rentabilização de património na área da Defesa Nacional, nomeadamente no âmbito da execução da respetiva Lei de Infraestruturas Militares (LIM) e gerir o património da Defesa Nacional que lhe seja cometido, em articulação com a DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a Estamo, Participações Imobiliárias, S.A.;
5. Assessorar as transações de equipamentos militares, nomeadamente, no âmbito da execução da Lei de Programação Militar (LPM), em articulação com a DGRDN;
6. Assegurar a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de Defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem.

A reestruturação da empresa, foi precedida da preparação de um Plano de Negócios Plurianual (horizonte 2020-2025), que contemplava 5 atividades de ação criadoras de valor, duas que decorrem da atividade histórica da antiga idD e da antiga holding da

Defesa (Atividades II e III) e três novas, complementares e a serem vistas como tal (Atividades I, IV e V):

- o Eixo/Atividade I - Interface I&D
- o Eixo/Atividade II - Gestão de Participações Sociais;
- o Eixo/Atividade III - Interface público/privado da Economia da Defesa;
- o Eixo/Atividade IV - Assessoria Imobiliária património da Defesa Nacional (LIM);
- o Eixo/Atividade V - Desenvolvimento de negócios e Assessoria a transações de equipamentos da Defesa Nacional (LPM)

1.4 – Modelo de Governo Societário

A estrutura de governo da idD, é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

A separação das funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência de um Conselho de Administração, o qual está encarregue das funções executivas de gestão dos negócios sociais, e de um Conselho Fiscal, órgão responsável pela função de controlo e fiscalização da sociedade.

O modelo adotado permite a separação eficaz do exercício da supervisão e da função de gestão da idD na prossecução dos objetivos e interesses da mesma, dos seus acionistas, colaboradores e restantes “*stakeholders*”, contribuindo, desta forma, para alcançar o grau de confiança e transparência necessários ao seu adequado funcionamento.

Sem prejuízo da informação detalhada no Relatório de Governo Societário, compete ao Conselho de Administração, além de definir as grandes linhas a que deve obedecer a gestão da empresa e exercer, em geral, os mais amplos poderes de gestão, praticar os seguintes atos tendentes à realização do objeto e interesse sociais:

- a) Os negócios da sociedade e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- b) Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
- c) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer ações e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- d) Adquirir, vender ou por outra forma alienar direitos, participações sociais ou bens móveis ou imóveis, com observância da autorização da Assembleia Geral no caso em que a lei ou os estatutos prevejam;

et cf
SR

- e) Sem prejuízo da competência atribuída à Assembleia Geral, deliberar sobre a emissão de obrigações, contrair empréstimos e outros tipos de financiamento, incluindo emissões de papel comercial e realizar outras operações de crédito que não sejam vedadas por lei;
- f) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- g) Constituir sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação no território nacional ou no estrangeiro;
- h) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei, independentemente e sem prejuízo das que lhes sejam delegadas pela Assembleia Geral.

Para além das competências específicas do membro do Conselho indicado pela tutela financeira, não existem, formalmente, poderes delegados de gestão nos membros do Conselho de Administração, competindo ao Presidente a coordenação e orientação geral de todas as atividades do Conselho.

A fiscalização da sociedade é, nos termos do nº 1 do artigo 4º e artigo 15º dos Estatutos da sociedade, exercida pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas) que não seja membro daquele órgão, conforme decorre da alínea a) do nº 1 e nº 3 do artigo 278º e da alínea b) do nº 1 do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, sendo um dos efetivos obrigatoriamente designado sobre proposta da DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças (conforme decorre do nº 2 do artigo 33º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial).

A revisão independente das contas e a auditoria à sociedade é assegurada por um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 420º e do artigo 446º do Código das Sociedades Comerciais.

1 - Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2020 - 2022	Presidente	Carlos Nuno Alves de Oliveira	DUE	29/06/2020
2020 - 2022	Secretário	Rodolfo Augusto Felgueiras Parente	DUE	29/06/2020

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

at 4
4

3 – Missão, Visão e Valores

Missão

A idD - Portugal Defence, S.A., terá como missão executar políticas sectoriais da Defesa, através da consolidação de um centro público de decisão empresarial capaz de alavancar os novos instrumentos financeiros, nacionais e europeus, numa linha de criação de valor no quadro de um novo contexto da Política de Defesa Europeia, tendo simultaneamente em vista a racionalização e viabilização económica da gestão das participações financeiras do Estado no sector/indústria da Defesa.

Visão

A Economia da Defesa, em Portugal como na Europa, constitui parte essencial da economia global, catalisando o desenvolvimento tecnológico e a inovação, liderando o movimento de digitalização da economia, não apenas nas cadeias de valor a ela adjacentes, mas tendo um efeito de semente noutros sectores da economia, através de sinergias transversais em todo o tecido económico, industrial, científico e social. Adicionalmente, a idD - Portugal Defence, S.A., através da sua abordagem holística e das diferentes valências das suas participadas, deverá constituir um garante da gestão do ciclo de vida dos equipamentos necessários ao cumprimento das missões das Forças Armadas, e sem cujo apoio não poderá prosperar.

Valores

A idD - Portugal Defence, S.A. e o seu coletivo (equipa de gestão, chefias intermédias e restantes trabalhadoras), no desenvolvimento das suas atividades profissionais em representação da empresa, deverão observar os seguintes Valores estruturantes (plasmados no Código de Ética corporativo):

- Excelência;
- Integridade;
- Compromisso;
- Eficácia;
- Eficiência;
- Transparência, como valor agregador da competência.

1.5 - Estratégia e Modelo de Negócio

A reestruturação da empresa, foi precedida de um Plano de Negócios Plurianual (horizonte 2020-2025), e que foi objeto de parecer prévio da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial – Parecer nº1-A/2020, de 6 de março.

O estudo realizado sobre a Economia da Defesa Nacional (março de 2019) considerou determinantes 5 atividades de ação criadoras de valor, duas que decorrem da atividade histórica da idD e da antiga holding da Defesa (Atividades II e III) e três novas, complementares e a serem vistas como tal, (Atividades I, IV e V):

- Eixo/Atividade I - Interface I&D;
- Eixo/Atividade II - Gestão de Participações Sociais;
- Eixo/Atividade III - Interface público/privado da Economia da Defesa;
- Eixo/Atividade IV - Assessoria Imobiliária património da Defesa Nacional (LIM);
- Eixo/Atividade V - Desenvolvimento de negócios e Assessoria a transações de equipamentos da Defesa Nacional (LPM).

Estas atividades criadoras de valor garantem uma visão de sustentabilidade económica pela diversificação das fontes de receitas da empresa conforme previsto no Plano de Negócios.

Atendendo ainda ao Plano de Negócios, e à reestruturação a operar, a evolução do peso relativo dos gastos operacionais, não compromete a eficácia e a operacionalidade das atividades desenvolvidas anteriormente à reestruturação e as novas linhas de negócio a desenvolver, estando assim assegurada a sustentabilidade da empresa.

1.5.1 – Interface I&D

Com esta atividade pretende-se reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização e cadeia de fornecedores), sem esquecer a promoção do investimento empresarial em I&I e I&D, para promover o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação.

Ações concretas como:

- Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico de e para o sector empresarial, promovendo uma maior eficácia no Sistema de I&I e a criação de valor;

- Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização e cadeia de fornecedores);
- Criação de capacitação dos RH nas diferentes áreas críticas da Defesa;
- Conceção/Articulação de projetos com vista ao desenvolvimento de um cluster Naval;
- Criação de Start-ups;
- Apoio na contratação na área da Inovação;
- Definição e implementação de um modelo de negócio para a Política de Inovação na área da Defesa;
- Identificação de fontes de financiamento para a I&D na área da Defesa.

1.5.2 – Gestão de Participações Sociais

Esta atividade resulta essencialmente da massa patrimonial resultante da liquidação da extinta holding da Defesa.

Pretende-se assim cometer numa única entidade, as suas atividades históricas e novas atividades complementares, e também, a gestão e a coordenação das participações sociais detidas pelo Estado Português em empresas do sector/indústria da Defesa exercendo sobre as mesmas a função acionista constituindo-se, ela própria, um instrumento de concretização das políticas públicas setoriais.

A idD Portugal Defence passou assim a gerir as seguintes participações sociais:

Maioritárias:

100% da Arsenal do Alfeite, S.A.;
100% da ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.;
59,8 % da Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.

Minoritárias:

45% da NavalRocha - Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.;
35% da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.;
20% da MAGELLAN ORBITAL S.A.;
18% da EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.;
17,5 % da EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.

Esta atividade permite à idD a maximização de sinergias com as empresas suas participadas através de Ações concretas como:

- Potenciar as competências e valências de cada empresa junto de outras empresas também participadas, ampliando a coordenação estratégica, criando valor para as participadas envolvidas;
- Encontrar/facilitar o acesso a mercados internacionais com vista a oportunidades de negócio para as empresas nacionais;
- Estabelecimento de parcerias entre empresas participadas e entidades internacionais;
- Divulgação das oportunidades de negócio com a presença em feiras internacionais com a avaliação de impacto na economia nacional;
- Desenvolvimento de um estudo de análise e prospetiva sobre a Economia de Defesa, com a criação de KPI de monitorização;
- Contribuir para a criação de uma política de dividendos em cada uma das participadas relevantes;

1.5.3 – Interface Público/Privado da Economia da Defesa

Esta atividade considera o desenvolvimento e implementação de uma plataforma inteligente de *Marketplace & Matchmaking*, para geração de relacionamentos e gestão operacional de oportunidades de negócio, financiamento e cooperação, capaz de criar oportunidades transacionais e sustentar todo ecossistema da Economia da Defesa, de acordo com os objetivos e a missão atribuídos à idD Portugal Defence.

Esta plataforma será também um instrumento para o desenvolvimento de uma estratégia nacional para a promoção da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID), integrando-se também nesta área, a desmilitarização e desativação de materiais, através de Ações concretas como:

- Criação de uma Plataforma Inteligente que permita o encontro de oportunidades para as empresas nacionais e estrangeiras interessadas em investir localmente (IDE), por outro lado, seja uma fonte de informação qualificada que permite ser um apoio privilegiado de apoio à decisão técnica, negócio e política;
- Apoiar as empresas na candidatura a Fundos Financeiros disponíveis (FED);
- Promoção da BTID.

1.5.4 – Assessoria Imobiliária sobre Património da Defesa Nacional (LIM)

Considera-se que as operações de rentabilização de imóveis da Defesa Nacional carecem de um aturado trabalho de preparação prévia, antes de os mesmos poderem ser rentabilizados no uso dos normais mecanismos em que a ESTAMO se constitui como referencial de utilização.

Assim, é oportuna e rentável que se possa constituir um núcleo especializado que faça a gestão dos ativos imobiliários a partir desse núcleo de competências, assessorie o Ministério da Defesa Nacional na execução da Lei de Programação de Infraestruturas, aprovada a 3 de setembro de 2019, cuidando da gestão de processos de conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e, como assinalado, da gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos por essa rentabilização nas medidas e projetos nela previstos, em parceria com a ESTAMO.

1.5.5 – Desenvolvimento de Negócios e Assessoria a Transações de Equipamentos da Defesa Nacional (LPM)

A Portugal Defence, S.A. desenvolverá também ações, à semelhança do que acontece em Espanha ou nos Países Baixos, de assessoria na aquisição, gestão do ciclo de vida e alienação/desativação dos equipamentos militares, na modalidade chave-na-mão, em vez de assessorias parciais e, por vezes, desconexas, atualmente prestada à DGRDN numa base casuística por múltiplos prestadores de serviços, com óbvios ganhos de eficiência para o Ministério da Defesa Nacional e, mesmo considerando esta redução de custos, uma interessante fonte de receita para a nova entidade.

Pretende-se garantir que, nos termos previstos na própria Lei de Programação Militar, se maximiza o impacto positivo da execução da mesma na Economia Nacional.

Com o desenvolvimento desta atividade, pretende-se gerir programas complexos de aquisições militares, da aquisição à entrada em operação, assim como promover a execução de programas conjuntos com outros Estados, no contexto de relações geoestratégicas específicas, a ser disponibilizado enquanto serviço a Estados amigos.

1.6 – Recursos Humanos

Considerando o perímetro de Consolidação da idD Portugal Defence S.A. a 31 de dezembro de 2023 o efetivo ascenderia a 472 (incluindo órgãos sociais), distribuídos da seguinte forma:

- idD Portugal Defence S.A. (entidade consolidante) - 37;
- ii. Arsenal do Alfeite, S.A. - 403;
- iii. ETI – Empordef Tecnologias da Informação, S.A. - 32;
- iv. Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. - 0;

CF
CCT
K

A caracterização em detalhe do efetivo e das políticas de Recursos Humanos em vigor em cada uma das empresas, é detalhado no Relatório e Contas de 2022 das três primeiras empresas, cujo conteúdo se dá aqui como reproduzido.

1.7 – Ações desenvolvidas em Matéria de Sustentabilidade

A descrição detalhada das ações desenvolvidas em matéria de sustentabilidade nas empresas idD Portugal Defence S.A., Arsenal do Alfeite, S.A. e ETI – Empordef Tecnologias da Informação, S.A. é apresentada no Relatório e Contas de 2023 de cada uma das empresas, cujo conteúdo se dá aqui como reproduzido, não sendo as mesmas relevantes para a atividade da Extra – Explosivos da Trafaria, S.A..

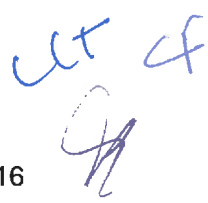
1.8 – Perímetro de Consolidação

O perímetro de Consolidação para além da idD Portugal Defence, S.A. (enquanto entidade consolidante) inclui ainda as participadas a 100% Arsenal do Alfeite, S.A. e ETI – Empordef Tecnologias da Informação S.A., e a participada em 59,8% EXTRA - Explosivos da Trafaria, S.A., as quais foram consolidadas através do Método de Consolidação Integral, com reconhecimento dos interesses minoritários no último caso.

As participações onde a idD Portugal Defence, S.A. detém uma participação minoritária, i.e. participações financeiras cujas ações e/ou direitos de voto detidos são inferiores a 50% (ou seja não existe controlo) foram relevadas no Balanço e Demonstrações Financeiras Consolidadas através do Método de Equivalência Patrimonial (à semelhança do verificado, nas contas da idD Portugal Defence, S.A. em Base Individual, nos casos agora aplicáveis,).

Em concreto o Método de Equivalência Patrimonial no Balanço e Demonstrações Financeiras Consolidadas, referente aos exercícios de 2023 e 2023, aplicou-se às seguintes participações Minoritárias:

NavalRocha - Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A. (detenção de 45%);
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. (detenção de 35%);
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A. (detenção de 18%);
EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A. (detenção de 17,5%).
MAGELLAN ORBITAL, S.A. (detenção de 20%); - *Constituída em 2023*



1.9 – Análise Económica e Financeira

Neste capítulo será efetuada uma análise à situação patrimonial, económica e financeira do grupo, numa perspetiva consolidada, com especial ênfase para os impactos patrimoniais associados à flutuação de valores das participações sociais detidas pela idD Portugal Defence, S.A. onde esta é minoritária e à incorporação do Parque Aeronáutico de Alverca nos ativos tangíveis, bem como para o desempenho económico e financeiro das diferentes linhas de negócio associadas aos diferentes eixos de atividade desenvolvidos pela idD Portugal Defence, S.A. às quais se adicionam as atividades de manutenção e construção naval (atividade desenvolvida na Arsenal do Alfeite, S.A.) e simulação e treino (atividade desenvolvida na ETI, S.A.) e atividade Imobiliária (atividades desenvolvidas na Extra, SA e no Parque Aeronáutico de Alverca resultante, esta última resultante da liquidação da EEN, S.A. e subsequente transmissão da atividade e património para o perímetro da idD Portugal Defence, S.A.).

1.9.1 – Análise Patrimonial Consolidada

Capital Próprio, Provisões e Participações Financeiras

Neste apartado será efetuada uma análise das variações das principais rubricas de Balanço entre os exercícios de 2023 e 2022, com especial enfoque nas rubricas de Capital Próprio e de Ativos Fixos (que força da proporção no aumento de capital da componente realizada em espécie estão muito correlacionados), com especial enfoque nas Participações Financeiras e nos Ativos Tangíveis.

Capital Próprio e Participações Financeiras

Em 29 de junho de 2020, o acionista único Estado, representado pela DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças, deliberou proceder a um aumento de capital da sociedade no montante de 104.450.000,00 euros através de uma componente em espécie (constituída pela transferência das participações sociais detidas pelo Estado em empresas da indústria de Defesa) e de outra em numerário, passando assim o capital social da idD – Portugal Defence S.A. para 104.500.000,00 euros.

A valorização das participações financeiras relativa às entradas em espécie teve como base um relatório independente de um Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020.

1.9.2 – Análise Económica Consolidada

Volume de Negócios Consolidado

Os rendimentos ou ganhos do grupo idD – Portugal Defence, S.A. ascenderam em 2023 a 30.046.642 euros, registando-se um aumento de 3.992.655 euros, i.e. um aumento de 13,3 %, face aos 26.052.742 euros registados em 2022.

A área de Gestão de Participadas, que agrega os impactos da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial em participadas que não integraram o perímetro de consolidação, gerou um rendimento no montante de 3.994.069,66 euros.

No que se refere às áreas que passaram a integrar o perímetro de consolidação, a área Naval gerou um rendimento de 24.835.371,10 euros (82,6% do rendimento consolidado), a área de desmilitarização de munições e explosivos, gerou um rendimento de 2.684.644,21 euros (8,93 % do rendimento consolidado), a área da economia da defesa gerou um rendimento de 1.250.381,24 euros (4,16 % do rendimento consolidado), a área de Simulação e Treino gerou um rendimento de 1.229.870,45 euros (4,09 % do rendimento consolidado) e por último a área Imobiliária na qual se inclui essencialmente o Parque Aeronáutico de Alverca gerou um rendimento de 134.619,60 euros (0,45 % do rendimento consolidado).

EBITDA Consolidado

Em 2023, o EBITDA consolidado do grupo, incluindo o impacto contabilístico resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nas participações financeiras minoritárias, foi positivo em 6.462.305,22 euros, correspondente a uma margem EBITDA de 22%,

EBIT Consolidado

O EBIT consolidado foi positivo em 1.315.941,14 euros, correspondente a uma margem EBIT positiva de 4,26%, apesar de ser penalizado pelo peso recorrente das amortizações e depreciações no montante 5.146.364,08 euros

Resultado Líquido Consolidado

O Resultado Líquido consolidado foi positivo em 1.280.548,74 euros, melhorando significativamente, face a 2022, onde se verificou um resultado negativo de 10.906.839,32 euros.

1.10 – Resumo de performance económica e financeira das participadas

Neste ponto, sem prejuízo de melhor análise nos relatórios e contas das sociedades participadas, serão apresentados pequenos resumos da atividade e da performance económica e financeira no exercício de 2023 de cada uma das participadas, começando pelas sociedades que integraram o perímetro de consolidação, nomeadamente e passando depois para as sociedades participadas às quais foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).



1.10.1 – Arsenal do Alfeite

Principais Indicadores

ARSENAL DO ALFEITE	2023	2022
Volume de Negócios	22.011.782,28	19.248.722,62
EBITDA	1.600.224,98	4.437.427,77
Resultado Antes de Impostos	-1.861.822,76	1.129.556,33
Resultado Líquido do Exercício	-1.823.393,74	785.338,76

Liquidez Geral	0,32	0,51
Autonomia Financeira	0,60	0,60

Reparação Naval

A atividade da empresa no ano de 2023, no que respeita ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, caracterizou-se pelo incremento do número de intervenções Eventuais (EV) e uma redução no número de intervenções planeadas, tendo estas corrido, em paralelo, com a grande reparação do navio PHM Ettawfiq, da Marinha Real de Marrocos.

Neste âmbito, destaca-se a conclusão da implementação dos novos sistemas de guerra eletrónica na fragata NRP “D. Francisco de Almeida”, a continuação da docagem com revisão do submarino NRP “Tridente”, com a Arsenal do Alfeite, S.A. como Prime Contractor e a intervenção no navio NRP “Douro” e no hidrográfico NRP “Gago Coutinho”, entre outros.

A atividade referida vem dar corpo ao objeto do contrato de concessão de serviço público da Arsenal do Alfeite, S.A. em que lhe é atribuída a atividade de manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha Portuguesa, podendo ser complementada com a prestação de serviços a outras entidades.

Assim, a aposta na internacionalização, de forma complementar à atividade principal, resultou na contratação da Arsenal do Alfeite, S.A. pela Administração da Defesa de Marrocos para a realização da grande revisão do navio patrulha PHM “Ettawfiq”, cuja

ccf cf
K

relação importa realçar e fortificar de forma a se conseguir obter estabilidade e previsibilidade na carteira de encomendas.

De se salientar, ainda, a entrada em vigor, no último trimestre de 2023, do Contrato Plurianual celebrado com a Marinha Portuguesa para o triénio 2023-2025, o qual visa um melhor alinhamento entre as partes, de modo a permitir a partilha em antecipação de um planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, permitindo a este organismo deter uma capacidade de resposta efetiva e em tempo à grande maioria das necessidades da esquadra.

Produtos Especiais e Manutenção Industrial

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A. (isto é, fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais de navios militares), a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa.

Para assegurar a competitividade no mercado nacional obrigaria à existência de contratos-quadro com as empresas detentoras dos meios marítimos que assegurassem a escala e o volume de negócios necessários para uma política de preços competitivos, pois em termos de uma abordagem pontual ao mercado verifica-se a prática de preços por empresas terceiras dificilmente coadunáveis com empresas que incorporam elevado valor acrescentado aos seus produtos.

Construção Naval

No âmbito do contrato celebrado com a Marinha Portuguesa para a construção de duas lanchas salva-vidas do tipo L150SV, e após entrega da primeira, a Arsenal do Alfeite, S.A., face aos prejuízos acumulados registados com a execução deste contrato, desencadeou junto da Marinha Portuguesa o processo de reequilíbrio financeiro do mesmo, o qual aguarda decisão.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas AA – 2023

1.10.2 – ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.

Principais Indicadores:

ETI	2023	2022
Volume de Negócios	938.330,77	948.475,08
EBITDA	-381.720,73	-489.488,42
Resultado Antes de Impostos	-420.484,74	-493.026,60
Resultado Líquido do Exercício	-428.661,83	-394.979,41
Liquidez Geral	0,68	1,20
Autonomia Financeira	0,03	0,42

O ano de 2023 fica marcado por um volume de vendas e serviços prestados semelhante ao de 2022 (1,1%), contrariando a tendência decrescente verificada nos anos anteriores, e fundamentando expectativas de crescimento para os anos seguintes.

Apesar de uma redução de apenas 1,1% face a 2022, não contabilizando os projetos financiados cujos subsídios aumentaram 190%, verificou-se uma redução significativa face ao orçamento, resultante da conjugação de dois fatores. Em primeiro lugar de atrasos verificados e consequentemente uma menor execução dos projetos, e em segundo lugar o atraso na contratualização de projetos chave, que pelo seu montante tiveram impacto negativo significativo no exercício do ano.

A menor execução dos projetos, resulta, em primeira instância, de atrasos na contratualização dos mesmos e na disponibilização de informação por parte dos clientes. Verificaram-se igualmente ao longo do ano dificuldades nas cadeias de fornecimento, quer ao nível da escassez de componentes e matérias-primas, ou mesmo rutura de stocks, que se traduziram em lead times excessivos, num maior esforço de *procurement*, no redesenho da solução técnica, nalgumas situações, para acomodar novos componentes que substituíram componentes em falta.

Acresce ainda a instabilidade verificada na equipa, por força da saída de vários colaboradores da empresa (alguns com experiência) nas áreas técnicas de projeto ainda em 2022, a morosidade da sua substituição, e a necessária curva de aprendizagem, não compaginável com o prazo de entrega e as exigências dos clientes e não compaginável também com a disponibilidade dos recursos existentes para darem formação e efetuarem a transferência de conhecimento para novos colaboradores.

CT CF
K

Relativamente à estimativa do PAO 2023, os projetos contratualizados antes de 2023 e relativamente aos quais se estimava: i) término no fim do corrente ano, ou ii) uma determinada percentagem de acabamento, antecipando-se continuidade para lá de 2023, tiveram globalmente um impacto negativo no reconhecimento de réditos, num valor aproximado de 340.000 euros, em resultado do desvio à execução física do projeto, e/ou por força da revisão dos custos e/ou alteração de âmbito do contrato. Estes desvios resultaram em grande medida de atrasos na disponibilização de informação por parte do cliente que permitissem uma maior execução física dos projetos.

Os desvios das percentagens de acabamento dos projetos financiados traduziram-se num impacto negativo de reconhecimento de réditos de aproximadamente 175.000 euros. Também neste caso, os desvios resultaram em grande medida de atrasos na disponibilização de informação por parte dos parceiros dos consórcios, que permitissem uma maior execução física dos projetos.

O plano de atividades para 2023 estava bastante dependente (em mais de 50%) de alguns projetos chave. A nível internacional concorriam, de forma substancial, para o plano de atividades, o fornecimento de sistema de treino para dois importantes OEM de viaturas de combate, para treino de *skills* de condução. As expectativas relativamente a estes projetos eram elevadas, consubstanciadas no interesse manifestado pelos clientes/utilizadores finais, pelos diversos pedidos de cotação solicitados, pelos prazos de entrega estipulados nos respetivos cadernos de encargos e alicerçados no conhecimento da existência de negociações entre esses OEM e utilizadores finais, relativas às soluções propostas. A nível nacional, contribuíam, com um peso considerável, o envolvimento no projeto de construção do navio multifunções para a Marinha Portuguesa, em parceria com importante *keyplayer* na construção naval e em particular a contratualização de aquisição futura do resultado de um dos PPS de uma das agendas do PRR.

No caso dos projetos internacionais, os processos de decisão estenderam-se para lá do esperado e o seu arranque não se verificou em 2023. Deve reforçar-se, no entanto, que o não arranque dos projetos não significou desinteresse dos utilizadores, nem significou que as necessidades tenham sido satisfeitas por outra via. O interesse permaneceu intacto por parte dos *stakeholders* e as expectativas permaneceram em aberto. A nível nacional, o parceiro industrial principal para endereçar o projeto de construção do navio multifunções para a Marinha Portuguesa, decidiu não concorrer ao relançamento do procedimento concursal e centrar-se noutras oportunidades.

O deslizar no calendário de alguns dos projetos chave acima indicados, e a não concretização de algumas das oportunidades referidas, traduziram-se num impacto negativo em termos de reconhecimento de réditos acima de 2.500.000 euros.

Em relação aos mercados de atuação da empresa, estes são primordialmente os mercados internacionais, com as exportações a representar um total de 80% do volume total de negócio. De entre os mercados internacionais, é de salientar a preponderância do mercado intracomunitário, com mais do dobro do valor do mercado extracomunitário. A estratégia comercial da ETI, na abordagem aos mercados internacionais, privilegia a parceria com OEM's de grande dimensão e com grande abrangência geográfica

comercial, desenvolvendo soluções de treino e simulação para as suas plataformas. Neste contexto, a análise dos mercados de exportação reflete na sua maioria a geografia dos OEM's e outros parceiros industriais, e não a geografia dos utilizadores finais das soluções da ETI.

Foi privilegiada nestes mercados a relação existente com parceiros industriais como são a Airbus, Embraer, GDELS e GCS, e exploradas novas oportunidades de negócio com um novo OEM no âmbito de uma potencial parceria. A competência demonstrada pela ETI tem permitido a consolidação e credibilização da empresa como parceiro de referência dos referidos OEM's na área da simulação e treino.

Este canal de venda, que representou 77% do volume de negócio em 2023, permitirá à ETI alavancar o crescimento da sua atividade com base na replicação das primeiras soluções desenvolvidas e instaladas, para um maior número de utilizadores finais e clientes dos parceiros industriais.

Na abordagem comercial com geografia nacional, a ETI desenvolveu diversas ações focadas na promoção de uma ligação mais forte com as Forças Armadas, dando a conhecer a empresa e auscultando as necessidades de capacitação destas no âmbito do treino e simulação.

A ETI atua essencialmente no mercado da Defesa, nos setores Ar e Terra, com maior preponderância do primeiro com 78% do volume de negócio em 2023. Ao longo do ano foram desenvolvidos diversos contactos com potenciais parceiros de forma a desenvolver soluções de treino no âmbito da aquisição de novos navios para a Marinha Portuguesa, e estender a sua atividade ao setor Mar, mas os mesmos não foram bem-sucedidos.

No que diz respeito às soluções fornecidas aos clientes em 2022, destaca-se uma distribuição equilibrada entre as diversas categorias de produtos do portefólio da ETI associadas às diferentes fases de treino. Destacam-se em particular:

- **Treino** – Representou 37% do volume de negócio, com destaque para o sistema de treino interativo (IPT) para ensino e treino de procedimentos de uma aeronave;
- **Treino Avançado** – Representou 33% do volume de negócio, nomeadamente referente a simulação de ambiente tático e simulação de condução de viatura blindada e de sistemas de armas;
- **Aprendizagem** – Representou 22% do volume de negócio, englobando vários projetos de CBTs para aeronaves.

A tendência para todos os níveis do treino é o desenvolvimento de soluções mais imersivas e interativas, com recurso a soluções de realidade virtual e realidade mista, e uma crescente utilização de *Game Engines*. Neste âmbito, continuou em 2023 a abordagem da ETI aos parceiros industriais e às Forças Armadas Portuguesas, de forma a

explorar novas oportunidades de upgrade aos produtos existentes e de desenvolvimento de novos dispositivos de treino.

A ETI durante 2023 manteve a articulação com a idD, como entidade potenciadora de sinergias de grupo e de escala e de promoção das capacidades e competências da empresa, dentro e fora do país.

Ao nível da participação em feiras, a ETI participou no IT2EC e no Paris Air Show, aproveitando a oportunidade para inteirar-se das novidades no setor, mas acima de tudo para reuniões B2B com eventuais parceiros tecnológicos, atuais clientes e parceiros comerciais presentes nas feiras (Embraer, MBDA), e estabelecer contactos com outros potenciais clientes.

De salientar ainda o início das discussões com o Exército Português tendentes à celebração de um Protocolo de Colaboração para potencial desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras de treino e simulação.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

O mercado de treino e simulação para aeronáutica e defesa é uma indústria dinâmica e em constante evolução, com uma gama de tecnologias e abordagens inovadoras em desenvolvimento para atender às crescentes necessidades do mercado. Neste contexto, a I&D e a Inovação assumem cada vez mais um carácter prioritário para a ETI, constituindo-se como um dos veículos para a alavancagem das suas vantagens competitivas face à concorrência. A aposta na I&D é vista pela empresa como uma questão de sobrevivência uma vez que poderá contribuir de forma significativa para reduzir o gap existente em termos de oferta face ao mercado.

Foram identificadas no mercado de treino e simulação para aeronáutica e defesa as tendências mais relevantes em termos tecnológicos, sendo de destacar: i) a crescente utilização de sistemas de realidade virtual e mista, ii) a utilização de Inteligência Artificial e *Machine Learning* para aumentar o realismo e eficácia dos sistemas de treino, iii) a ênfase no treino para manutenção e reparação de sistemas complexos, e iv) o desenvolvimento de sistemas de simulação portáteis e de baixo custo.

Neste enquadramento, e tendo em consideração as limitações financeiras e de recursos dedicados a I&D, a ETI investiu em 2023 de forma criteriosa e direccionada por forma a lançar as bases para produzir, em quantidade e qualidade, conhecimento que tenha impacto nos produtos e serviços da ETI, mantendo a sua aposta em provas de conceito e tecnologias e na criação de demonstradores que permitam demonstrar aos clientes as mais valias que os mesmos podem introduzir nos sistemas de treino. A atuação da empresa teve ainda como pilar fundamental o estabelecimento de parcerias de excelência com o sistema científico-tecnológico para transferência de tecnologia, e o reforço na participação em programas mobilizadores e programas aceleradores de inovação.

clt CF
4

Destacam-se em 2023 a participação nos seguintes projetos de I&D e inovação:

Fly.PT – Projeto iniciado em 2020, com o objetivo de criar os interfaces para um veículo de mobilidade urbana, e que terminou no 1º semestre de 2023;

PRR Aero.next.PT ILAN-VR – Projeto aprovado em 2022 e com início no 2º semestre do ano, com o objetivo de desenvolver um demonstrador de ferramenta de treino para os operadores de drones que irão inspecionar as aeronaves, e que se desenvolverá até 2025;

PRR Aero.next.PT ARL ID – Projeto aprovado em 2022 e com início no 2º semestre do ano, com o objetivo de estudar a utilização de tecnologias imersivas de realidade estendida para treino de tarefas de manutenção, e desenvolvimento do respetivo demonstrador, e que se desenvolverá até 2025;

PRR Produtech R3 – Projeto aprovado em 2022 e com início no 2º semestre do ano, com o objetivo de desenvolver um demonstrador em Realidade Virtual para tarefas de manutenção de motores de aeronaves em atividades de MRO, e que deverá estar concluído no final de 2025;

EPIIC – Projeto aprovado em 2022 e com início no final do ano, com o objetivo de estudar os novos interfaces HMI e as interações dos pilotos com o cockpit em caças de 6ª geração, e que se desenvolverá até final de 2025.

A ETI investiu em 2023, através de projetos internos de inovação e desenvolvimento de produto, na criação e consolidação do conhecimento de novas tecnologias para a criação de demonstradores e *frameworks* para novos produtos.

Data Analytics para Treino – Projeto iniciado em 2023, tendo como objetivo a criação de uma *framework* de *data analytics* transversal aos dispositivos de treino, que permita disponibilizar aos instrutores e alunos informação detalhada e feedback automático sobre o cumprimento dos objetivos de treino.

Foram ainda dados os primeiros passos para o estabelecimento de uma parceria de excelência com o INESC TEC, entidade do sistema científico-tecnológico nacional, para desenvolvimento e transferência de tecnologia associada ao projeto de *Data Analytics* para Treino, que se materializará durante o ano de 2024.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas ETI – 2023

CCT 4
✓



1.10.3 – EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A.

Principais Indicadores:

EXTRA	2023	2022
Volume de Negócios	107.506,71	105.199,18
EBITDA	95.572,18	92.252,65
Resultado Antes de Impostos	74.782,27	79.397,61
Resultado Líquido do Exercício	58.704,08	62.327,12
Liquidez Geral	0,65	0,51
Autonomia Financeira	0,93	0,93

Durante o ano de 2023 foi assegurada a liquidação das rendas mensais pelo arrendatário MAXAMPOR (Grupo MAXAM), cujo pagamento fluiu naturalmente, conforme estipulado no referido Contrato de Cessão de Exploração Industrial celebrado entre as partes, deduzidos dos normais custos mínimos de funcionamento da sociedade (registos societários e prediais, impostos sobre o património imobiliário, encargos com o FU/ROC).

Fonte: Relatório de Gestão e Contas EXTRA – 2023

1.10.4 – OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

Principais Indicadores:

OGMA	2023	2022
Volume de Negócios	231.203.297,00	204.907.289,00
EBITDA	16.105.230,00	-21.840.991,00
Resultado Antes de Impostos	10.124.794,00	-28.587.819,00
Resultado Líquido do Exercício	9.930.629,00	-26.491.968,00
Liquidez Geral	1,42	1,62
Autonomia Financeira	0,45	0,47

O ano de 2023 foi marcado por uma continuação dos desafios enfrentados no ano anterior, que ainda impactaram várias áreas da operação. A disponibilidade de mão de obra qualificada e as redes de abastecimento ainda foram impactadas, exigindo uma constante adaptação na gestão e na busca por soluções alternativas. Estes desafios afetaram os canais de distribuição em escala global, resultando em prazos de entrega prolongados em comparação com os padrões normais.

Em 2023, relativamente à área de negócio de manutenção de aeronaves, um marco importante foi alcançado com a realização bem-sucedida do primeiro “Check B1” (inspeção abrangente realizada em aeronaves em conformidade com os regulamentos e procedimentos estabelecidos pela autoridade de aviação civil e fabricantes) no âmbito da frota E2 da Embraer, e realização do TSP (Total Support Program) numa aeronave operada pela companhia aérea espanhola Binter.

Com o apoio da OGMA, foi concluída com sucesso a entrega do primeiro KC-390 à Força Aérea Portuguesa (FAP). Este KC-390 é o primeiro a contar com equipamentos padrão da NATO, reforçando ainda mais a interoperabilidade e o alinhamento com os padrões internacionais de defesa.

Celebrou-se um Memorando de Entendimento com a Embraer, marcando uma parceria estratégica entre as duas empresas. Esta colaboração, que também envolve o Centro de Engenharia e Desenvolvimento do Produto (CEiA), a Empordef Tecnologias de Informação (ETI), a GMVIS Skysoft, visa fortalecer os laços entre as entidades e impulsionar o desenvolvimento conjunto de projetos no setor aeroespacial. Este Memorando realça a importância da indústria aeronáutica para as relações diplomáticas e comerciais luso-brasileiras.

Ainda em 2023, todos os slots, ou seja, os períodos designados para manutenção ou intervenção, em aeronaves C-130 estiveram completamente ocupados, o que indica uma procura alta por serviços de manutenção nesse tipo específico de aeronave.

No negócio de manutenção dos motores, a OGMA empreendeu uma significativa reestruturação no projeto de industrialização do motor PW1100. O objetivo primordial desta iniciativa foi de assegurar o cumprimento de todas as etapas previstas, garantindo assim a entrada em serviço do motor em abril de 2024.

No negócio das Aeroestruturas, iniciamos um programa de formação abrangente para mecânicos de montagem de Aeroestruturas, capacitando mais de 300 indivíduos com habilidades essenciais para atender às necessidades crescentes do setor aeronáutico. Este investimento em capital humano reflete o nosso compromisso em garantir mão de obra qualificada e preparada para desafios futuros.

Entregamos a 17ª fuselagem do KC-390, uma das mais avançadas aeronaves de transporte militar. Esta conquista representa o nosso compromisso contínuo em apoiar o desenvolvimento e a produção deste importante projeto, contribuindo para fortalecer as capacidades operacionais das Forças Armadas.

No decorrer de 2023, renovamos e negociámos contratos estratégicos com importantes parceiros do setor, incluindo a Pilatus, Airbus e Dassault. Celebramos orgulhosamente, 31 anos de fornecimento de componentes para a fabricação de aeronaves Pilatus. Em 2023, fornecemos componentes para mais de 50 aviões Pilatus, contribuindo para um total de 1767 aeronaves produzidas.

No âmbito do programa OGMATON, concluímos em 2023 a edição que teve início no ano anterior. Este programa foi enriquecido pela participação ativa de 13 trainees, cujo empenho e dedicação contribuíram significativamente para o sucesso do programa. Durante este período foram desenvolvidos projetos em diversas áreas da empresa, abrangendo desde a inovação tecnológica até a otimização de processos e estratégias de negócio.

Em 2023, o volume de negócios atingiu 231 203 milhares de euros, repartidos pelo negócio de manutenção aeronáutica, que realizou 183 348 milhares de euros (79,3% do total), pelo negócio de aeroestruturas, que realizou 45 966 milhares de euros (19,9%) e pelo negócio de pintura, o qual registou 1 889 milhares de euros (0,8% do total).

1 - NEGÓCIO DE MANUTENÇÃO

O negócio de manutenção atingiu em 2023, o montante de 183 348 milhares de euros, o que representa um aumento de 9,2% relativamente ao ano anterior, motivado essencialmente pelo incremento do negócio de motores.

O negócio de aviação de defesa atingiu no total um volume de negócios de 25 877 milhares de euros. Este negócio é repartido pela aviação militar pesada e aviação militar leve. No que diz respeito à aviação militar pesada o volume de negócio foi de 19 478 milhares de euros, o que corresponde a um decréscimo de 13,4% relativamente a 2022 e na aviação militar leve obtivemos um volume de negócios de 6 399 milhares de euros, o que corresponde a uma variação positiva de 3,9% face ao ano anterior.

O negócio de aviação comercial e executiva realizou um volume de negócios de 12 058 milhares de euros, correspondendo a um aumento de 3,1% em relação ao ano anterior. A evolução e recuperação do negócio de aviação comercial e executiva em 2022 e 2023 são sinais encorajadores de uma retomada gradual do setor após os desafios enfrentados durante a pandemia.

O negócio de manutenção de motores na OGMA alcançou um montante de 140 750 milhares de euros, representando um aumento significativo de 15% em relação ao ano anterior. Este crescimento substancial foi impulsionado pela alocação adicional de motores no âmbito do contrato TCA (Total Care Agreement) com o cliente Rolls-Royce. O negócio de componentes realizou um volume de negócios de 4 663 milhares de euros, correspondente a uma variação negativa de 9,3% em relação ao ano transato, determinado pela quebra de receita em componentes de aeronaves de defesa.

2 - NEGÓCIO DE PINTURA INTEGRAL DE AERONAVES

O negócio de pintura integral de aeronaves atingiu em 2023 um volume de negócios de 1 889 milhares de euros, registando um aumento de 0,8% face a 2022, resultante de um aumento da atividade de pintura integral de aeronaves de Defesa. Sendo o negócio mais recente da empresa, esta atividade traduz a aposta da empresa na diversificação de soluções para o cliente.

3 - NEGÓCIO DE AEROSTRUTURAS

O negócio de aerostuturas teve um desempenho notável, registou um aumento significativo de 28,5% no volume de negócios em comparação com o ano anterior. Este crescimento está relacionado com as atividades de fabricação de aerostuturas de aeronaves de Defesa, Civil e KC-390 e com a revisão dos preços dos contratos já existentes.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas OGMA – 2023



1.10.5 – NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Naval, S.A.

Principais Indicadores:

NAVALROCHA	2023	2022
Volume de Negócios	12.469.374,79	11.654.274,16
EBITDA	1.858.738,16	1.343.061,43
Resultado Antes de Impostos	1.632.156,33	1.171.545,23
Resultado Líquido do Exercício	1.241.377,41	903.575,19
Liquidez Geral	1,53	1,31
Autonomia Financeira	0,43	0,33

O exercício de 2023, foi um ano em que a Navalrocha, obteve um volume de vendas, em cerca de 2% acima do valor orçamentado. O volume de vendas foi de doze milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos (12.469.374,79). Foram executados 54 contratos, mais 13 do que em 2022 (41), sendo 33 referentes a navios do mercado interno e 21 do mercado externo, o que em termos percentuais representa, 42,1% e 57,9% respetivamente.

Se compararmos o volume de vendas obtido em 2023, com 2022, verificamos um aumento de 7% em 2023, ou seja, neste ano as vendas foram de cerca de 12,47 milhões de euros enquanto em 2022 foi de cerca de 11,65 milhões de euros, o que corresponde a um diferencial de 815 mil euros.

Em 2023, concretizaram-se algumas deslocações para contactos com potenciais clientes, de mercados alvos. Deste conjunto de ações, resultaram 53 consultas do mercado externo, mais 4 do que no ano anterior, com uma taxa de sucesso ligeiramente superior (39,6% em 2023 e 34,7% em 2022). A nível do mercado interno, verifica-se um aumento do número de consultas, face ao ano transato, fixando-se em 42, mas com uma taxa de sucesso inferior de 78,6%, em 2021 o número de consultas situou-se nas 22 com uma taxa de sucesso de 100,0%. O total das consultas recebidas cresceu, face ao ano transato, resultando num total de 95, mas com uma taxa de sucesso global de 56,8%, face às 71 consultas de 2022, com uma taxa de sucesso de 57,7%.

Durante o exercício de 2023 foram efetuadas 54 encomendas de navios/embarcações, mais 13 do que em período homologado em 2022. Foram efetuadas, 3 reparações ao cais e 11 diversos, alguns dos quais fora das instalações da Navalrocha, o que totaliza o valor total de 54 encomendas, mais 13 do que no ano transato.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas NAVAL ROCHA – 2023

45 ut
H



1.10.6 – EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.

Principais Indicadores (30/04/2023):

EID	2023	2022
Volume de Negócios	9.340.151,51	9.752.782,28
EBITDA	-1.314.480,79	451.867,33
Resultado Antes de Impostos	-1.459.274,97	297.487,61
Resultado Líquido do Exercício	-1.011.335,22	837.699,90

Liquidez Geral	2,39	2,01
Autonomia Financeira	0,56	0,49

O valor das encomendas registadas no exercício foi de € 5,4m.

Os contratos de fornecimento mais relevantes, firmados no decurso do exercício, foram os seguintes:

- Fornecimento de acessórios do sistema GRC-525 para o Exército Português
- Fornecimento de centrais de campanha para os E.A.LI.
- Fornecimento de intercomunicadores para viaturas produzidas pela Hanwha Defence para as forças armadas do Egipto

O valor da carteira de encomenda a 30 de abril de 2023 cifrava-se em €23, 3 milhões de euros.

As soluções EID estão atualmente operacionais nas Forças Armadas em mais de 30 países.

O valor das Vendas e Prestações de Serviços cifrou-se em €9.3m, o que corresponde a 95% do exercício anterior tendo o sector de comunicações táticas mantido a primazia na contribuição para o volume de negócios global (€6m), tendo as vendas no mercado externo correspondido a 42% do Volume de Negócios.

Este exercício ficou marcado pelo impacto que os atrasos nas cadeias de fornecimento de componentes e consequentes atrasos na execução dos programas em diversos clientes, já provenientes do exercício anterior e que apesar de alguma melhoria não permitiram ainda o regresso á normalidade anterior à pandemia e ao conflito na Ucrânia, os quais aliados aos constrangimentos das regras de reconhecimento de rédito das normais internacionais de relato financeiro concorreram para que dos cerca de € 7,0 milhões de rendimentos decorrentes das atividades ocorridas em Abril apenas 50%, € 3 .5m, tivesse sido possível reconhecer no exercício com o natural impacto nas demonstrações financeiras daí resultante.

CT 6 4

A empresa reforçou ainda a sua atividade comercial marcando presença e fazendo-se notar em diversos eventos internacionais. do Bruto foi de €4,2 milhões, o que representa cerca de 45% do valor das vendas no período.

CONTRATOS E PARCERIAS

A atividade desta área abrange o fornecimento de soluções de comunicações militares customizadas e inovadoras para as Forças Armadas e PSI (Prime System Integrators) que operaram na área da defesa, tais como estaleiros navais e fabricantes de viaturas táticas. Estas soluções contam com uma base tecnológica desenvolvida na EID e, nalguns casos, com integração de soluções provenientes de parceiros estratégicos para complemento da oferta da EID.

Da atividade do exercício destacam-se os seguintes projetos:

- Provas de aceitação em fábrica / porto do SICC para o 3º sistema SICC para a Fragata Vasco da Gama e Fragata classe M D. Francisco de Almeida, respetivamente;
- Fornecimento de armários de comunicações para Marinha Holandesa;
- Modernização do sistema SICC do navio HMS-Tyne para a Marinha Inglesa;
- Fornecimento dos primeiros sistemas de comunicações C41 para o Sistema de Combate do Soldado (SCS-C41) do Exército Português;
- Fornecimento de rádios, sistemas e acessórios GRC-525 destinados ao Exército Português;
- Fornecimento de sistemas ICC-201 destinados ao Exército da Indonésia;
- Fornecimento de Telefones de Campanha para o Exército dos Emirados Árabes Unidos;
- Qualificação para participação em projectos FED;
- Participação em estudos no âmbito do NIAG (Nato Innovation Advisory Group);
- Participação na inauguração do CEMTEX;

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO OCENANEX

O desenvolvimento da nova geração do ICCS prosseguiu, com intensas atividades relacionadas com os mecanismos de garantia de segurança da informação, nomeadamente junto do Gabinete Nacional de Segurança; foi definida a arquitetura de implementação e iniciados os trabalhos de desenvolvimento de SW. Foram desenvolvidos os novos dispositivos EIDCOM406 e EIU para equiparem os sistemas de comunicações dos submarinos Collins da Austrália.

TERRANEX

Foi concluído o desenvolvimento do DSI (integrador do soldado apeado), incluindo os testes de certificação e documentação para permitir a sua produção.

Foram desenvolvidas diversas novas funcionalidades do sistema de mensagens militares a pedido do cliente, concretizando-se na entrega de diversas novas versões de SW.

PRODUÇÃO

No exercício destacam-se as seguintes atividades:

- produção de rádios GRC-525, montagens veiculares e acessórios para o Exército Português;
- produção de sistemas TWH-104R4 e DSI-104, no âmbito do contrato de fornecimento do projeto "Sistema de comunicação do Soldado C4i-SCS" para o Exército Português;
- produção de sistemas de comunicação para submarinos;
- produção de 94 terminais de voz EIDCOM320 e 10 bastidores com respetivas cablagens para a Marinha Holandesa;
- várias iniciativas LEAN para melhor eficiência dos processos internos.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas EID – 2022/2023



1.10.7 – EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software S.A.

Principais Indicadores:

EDISOFT	2023	2022
Volume de Negócios	14.880.874,00	14.249.139,00
EBITDA	1.519.380,00	1.277.162,00
Resultado Antes de Impostos	622.403,00	686.860,00
Resultado Líquido do Exercício	961.430,00	627.307,00
Liquidez Geral	1,50	1,06
Autonomia Financeira	0,29	0,24

AMS – AIRSPACE MOBILITY SOLUTIONS – SISTEMAS AÉREOS

Operacionalmente, o ano foi particularmente intenso dados os múltiplos compromissos que se encontravam incluídos no plano de atividades para 2023. Apesar dos desafios, os objetivos de maior relevância foram atingidos tendo a Thales Edisoft entregue vários sistemas de Torre e Comunicações Aeronáuticas, dos quais destacamos os sistemas entregues e/ou aceites no Cazaquistão, Tailândia, Áustria e Bahrein.

Do ponto de vista da captura de novos projetos, salienta-se a confiança depositada na Thales Edisoft por parte dos seus clientes ao entregarem no ano de 2023, a modernização e extensão dos seus sistemas, como foi o caso dos clientes da Eslovénia e Tailândia. No entanto, a transição de alguns projetos relevantes para o ano de 2024, afetou os valores relativos às encomendas tendo estes ficado abaixo do expectável.

Na área de produto, continuou-se a apostar fortemente na inovação em 2023, promovendo a evolução e a diferenciação dos seus produtos: TopSky-Tower e TopSky-AMHS.

Salienta-se o investimento no desenvolvimento de uma nova versão do produto TopSky-Tower, que se pretende harmonizar com a restante gama de produtos da família TopSky, sempre mantendo os elevados padrões de segurança obrigatórios neste tipo de soluções. No que diz respeito ao produto TopSky-AMHS, o enfoque foi no aprofundamento dos aspetos da segurança (*safety*), ciber-segurança e conformidade com as normas internacionais aplicadas ao produto, nomeadamente na área da interligação à nova infraestrutura SWIM onde a Thales Edisoft foi pioneira.

No plano doméstico, a Thales Edisoft permaneceu empenhada na execução dos projetos relativos à modernização dos sistemas e equipamentos que suportam a gestão de tráfego aéreo da “RIV – Região de Informação de Voo” de Lisboa. Destes, destacamos a instalação do radar secundário de Montejunto nos momentos finais do ano de 2023.

CF CF

A área de sistemas aéreos da Thales Edisoft permanece robusta, apresentando, uma vez mais, um resultado consistente, mantendo-se como um dos principais fornecedores de soluções de Torre e Comunicações Aeronáuticas a nível global.

AWS – ABOVE WATER SYSTEM - SISTEMAS NAVAIS DE DEFESA

Pese embora os resultados financeiros não tenham sido alcançados na sua integralidade, no domínio dos sistemas navais, 2023 foi um ano de posicionamento estratégico em diversas áreas, nomeadamente:

- Centro de Engenharia Naval
- Produto C4SEA
- Oportunidades com a Marinha Portuguesa

O centro de engenharia naval atingiu o objetivo de crescimento proposto inicialmente, apostando na aquisição do conhecimento necessário para reforçar a posição e competitividade do grupo Thales em diversos projetos e oportunidades internacionais. Numa primeira fase (2022 - 2023) foram empreendidas múltiplas atividades de treino “on the job” com vista ao reforço de algumas competências críticas de engenharia, adquirindo deste modo o conhecimento necessário para alargar o espectro das suas atividades. O passo seguinte passará por a Thales Edisoft assumir-se como *main contractor* no fornecimento de sistemas de combate de menores dimensões.

Na área do produto C4SEA foram finalizados diversos contratos que se encontravam em fase de desenvolvimento. Têm vindo a decorrer conversações com a Marinha Portuguesa, por forma a dar continuidade ao processo de implementação do produto C4SEA nos navios da Marinha Portuguesa.

Relativamente às oportunidades da Marinha Portuguesa, assistiu-se à seguinte evolução:

- A Marinha Portuguesa, através da NSPA, lançou um concurso conjunto para a modernização de duas fragatas da classe Vasco da Gama e sistema de combate para os seis novos Navios de Patrulha Oceânica (NPO). A Thales Edisoft registou o seu interesse em nome do Grupo Thales e, à data da elaboração do presente relatório, o processo ainda se encontra em curso.
- Em novembro de 2023, a Marinha Portuguesa, recorrendo ao financiamento do PRR, celebrou um contrato com a *Damen Shipyards* para a construção de um Navio Multipropósito. A Thales Edisoft apresentou proposta para o fornecimento de vários subsistemas à Damen Shipyards.
- Em dezembro de 2023, a Marinha Portuguesa celebrou um contrato com a WestSEA para construção de seis novos NPO tendo a Thales Edisoft apresentado propostas para fornecimento de diversos subsistemas, as quais se encontram presentemente em avaliação pela WestSEA.

- No decorrer do ano de 2023, a Thales Edisoft submeteu, à Marinha Portuguesa, diversas propostas para fornecimento de peças sobressalentes dos sistemas de combate existentes nas fragatas da classe Vasco da Gama. Das propostas apresentadas, algumas foram concretizadas em encomendas de diversas peças sobressalentes.

AES – SISTEMAS AEROESPACIAIS E SEGURANÇA

1 - FLIGHT SOFTWARE SYSTEMS

Nesta área, 2023 ficou marcado pela finalização do projeto de construção e lançamento um nano satélite denominado AEROS, liderado pela Thales Edisoft, a ser lançado em março de 2024. O desenvolvimento do projeto AEROS permitiu capacitar a nossa equipa para ser capaz de abordar todas as fases de um programa deste tipo, desde a fase de conceção, construção, integração, testes, lançamento até à operação, potenciando assim a visibilidade externa e oportunidades futuras.

No âmbito da ESA estiverem alguns projetos em curso, como o Triton-X onde a Thales Edisoft desenvolve software embarcado, EGSE e desempenha também atividades de validação.

Reforçando a excelência em EGSE a Luxspace adjudicou um contrato para fornecer um sistema de suporte à missão alemã SeRANIS, cuja plataforma é baseada no Triton-X. No âmbito do EDF, o projeto EICACS teve o seu início, permitindo dar continuidade ao aumento das competências da Thales Edisoft para a área aeronáutica. O projeto de UAVs MUSHER viu a sua continuidade com a aprovação de um projeto complementar com a Thales Avionics.

Em 2023 reforçou-se a aposta de cooperação e alinhamento com a Thales Alenia Space, nomeadamente, na persecução de novas oportunidades de colaboração no âmbito de novos programas da ESA, da EUSPA ou dos programas nacionais europeus e o reforço da capacidade competitiva em programas europeus, mas também noutras geografias, de forma a alargar o *footprint* nacional do negócio de Espaço do Grupo Thales.

2 - GROUND SYSTEMS

A capacidade da engenharia da Thales Edisoft em Santa Maria continua a ser reconhecida pelos clientes. No que toca aos clientes institucionais, a construção de uma vedação para o edifício B da GSS revelou-se um aspeto desafiante do ponto de vista de gestão de expectativas perante as diversas entidades (GNS, EUSPA, TPZ-BE). O ultrapassar dos desafios resultou na renovação do contrato por mais 3 anos.

A renegociação do contrato de extensão de *Hosting* e Manutenção da SMA-1 teve sucesso, mas não foi possível de formalizar ainda em 2023.

A EUMETSAT encontra-se numa fase de transição dos serviços de *Hosting* e Manutenção da EPS-SG, que irão revelar-se desafiantes em 2024, mas também uma oportunidade para a Thales Edisoft.

No mercado *New Space*, a neozelandesa RocketLab efetuou a bom ritmo lançamentos que careceram do suporte local em Santa Maria e a Leafspace manteve o seu elevado interesse em usar a antena de UHF, com a celebração de um acordo para a exploração da antena. Esta antena pertencia anteriormente à RocketLab, cujo processo de transferência de propriedade foi concluído com sucesso. A extensão do contrato de *Hosting* e manutenção da antena da SpaceX também foi conseguida, incluindo a expansão para a instalação de mais uma antena. O acordo de extensão do *hosting* da antena SAT-AIS da Spire, através da KSAT também foi iniciado, tendo-se ainda sido conseguido um contrato para a reparação do motor da antena.

Em janeiro de 2023, a Portugal Space lançou o procedimento para a exploração da antena de 15 metros (SMA-2), tendo o mesmo sido adjudicado à Thales Edisoft e assinado no final de Dezembro. O processo foi coordenado com a Telespazio, o que permitiu identificar um conjunto de clientes e oportunidades, consolidando um *business plan*. O desafio de 2024 é implementar um plano de *upgrade* da antena e capitalizar todo o investimento na consecução de novos projetos de modo a garantir o retorno em cinco anos. É um marco relevante para projetar o Teleporto e a Thales Edisoft como um operador global do *Ground Segment*. Vem concretizar o plano estratégico “Teleport 2030” que a Thales Edisoft apresentou ao Governo Regional dos Açores. Foi inaugurado em evento público de grande visibilidade o radar SST da Leolabs no Teleporto.

No quadro da ESA iniciou-se um novo projeto relativo à nave espacial Space Rider, trata-se de um estudo para aterragem em Santa Maria, em cooperação com a Portugal Space que o define como essencial para a estratégia nacional de Espaço. No projeto ESA Building Blocks, a Thales Edisoft concluiu as suas atividades de desenho de *ground systems* para apoio a um lançador de um consórcio português.

No âmbito do programa SST, o Ministério da Defesa Nacional adjudicou um contrato para a extensão da provisão dos serviços de operação noturna e um segundo contrato para a continuação do desenvolvimento das funcionalidades de vigilância de objetos no espaço, ambos concluídos com sucesso.

3 - SERVIÇOS DE OBSERVAÇÃO DA TERRA - EARTH OBSERVATION

Em 2023 prosseguiu-se a prestação dos serviços de Observação da Terra com a EMSA, no âmbito do contrato OP/1 (CleanSeaNet, FRONTEX e Copernicus), para a deteção e monitorização de *oil spills* e de navios.

A preparação e evolução dos serviços do OceanEye para sustentar a expansão dos serviços Thales para o Lot2 imagens óticas, exigiram um elevado empenho da equipa de desenvolvimento e uma interação com os operadores de satélite, nomeadamente a ImageSat International e a GeoSat.

Tiveram início as atividades do Digital Planet do NewSpaceAgenda, um pacto de inovação PRR que irá implementar Constelação Atlântica. Deu-se o kick-off para as constelações de alta e muito alta resolução, sistemas de EO em que a Thales Edisoft é parceria da OHB Portugal, N3O e OpenCosmos.

4 - CIBER-SEGURANÇA

O reconhecimento da Thales Edisoft como parceiro de valor acrescentado na abordagem e implementação de soluções complexas de ciber-segurança refletiu-se na consolidação da relação com os nossos principais clientes e no consequente reforço da sua base instalada, particularmente no setor da Defesa, infraestruturas aeroportuárias e de logística e transportes.

Paralelamente ao reforço no fornecimento e manutenção de equipamentos criptográficos de grau militar e civil, sistemas avançados de simulação/emulação e treino em ciber-segurança (Cyber Ranges), foram fornecidos vários produtos Thales na área de Identificação Digital Segura (DIS), a clientes institucionais portugueses. A Thales Edisoft tem vindo a adicionar valor à oferta base de sistemas e equipamentos Thales através da prestação de serviços de *compliance* e consultoria especializada na área de desenho e integração de soluções de ciber-segurança Thales e de terceiros.

A aposta estratégica na ciber-segurança foi igualmente estendida às atividades de auditoria técnica e de implementação de Sistemas de Gestão de Segurança da Informação e de Gestão de Risco em ambientes organizacionalmente complexos e com requisitos técnicos e regulatórios exigentes, como na ANA Vinci Airports e NAV Portugal. Saliente-se ainda a obtenção de um contrato com a NSPA para instalação de um sistema SIEM na Força Aérea Portuguesa.

O continuo investimento na formação dos nossos técnicos, aliados à experiência operacional adquirida ao longo dos anos em projetos de referência nacional e internacional, são a razão do sucesso e pela qual a Thales Edisoft detém uma sólida reputação e reconhecimento por parte dos seus clientes e da indústria das tecnologias de informação e ciber-segurança.

5 - LAND DEFENCE SYSTEMS

Foi um ano muito forte em *key user engagement*, com realização de diversas apresentações do portfolio da Thales ao Exército Português, sistemas de optronics, HMS, proteção do espaço aéreo, comunicações seguras e de treino e simulação. O Exército Português recorreu à Thales Edisoft para fornecimento de tecnologia de radares instalados nos blindados Pandur. Concluiu-se o projeto EDIDP ESC2, com vista à capacitação da União Europeia na vertente de Comando e Controlo (C2) e simultaneamente garantir a interoperabilidade C2 com as forças armadas dos países europeus.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas EDISOFT –2023

1.10.8 – MAGELLAN ORBITAL, S.A.

No ano de 2023, a Sociedade não apresentou qualquer atividade operacional, não tendo registado volume de negócios.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas MAGELLAN ORBITAL, S.A. –2023

1.11 – Perspetivas para 2024

No ano de 2024, na área da desmilitarização, prevê-se concluir o contrato de desmilitarização referente a 2022/2023 e dar início ao novo contrato para o biénio 2024/2025, celebrados com a DGRDN.

Dinamizar a oferta dos seus serviços no mercado civil, especialmente junto da indústria automóvel.

Para o ano de 2024, a idD Portugal Defence irá dar continuidade ao trabalho desenvolvido no ano transato, nomeadamente no que respeita à representação nacional junto da NATO e da U.E., à promoção do relacionamento no âmbito das indústrias de defesa com outros Estados, na promoção das Agendas Mobilizadoras **Aero.Next** e **New Space Portugal**, bem como na participação/coordenação de projetos inovadores e em medidas apoio à paz.

Irá ainda manter o estreitamento relacionamento com as Forças Armadas Portuguesas, através do acompanhamento de iniciativa e da participação em conferências e exercícios militares.

De modo a criar oportunidades de negócio para as empresas da BTID e para todo o ecossistema nacional de Defesa, irá apostar na organização de Industry Days e de eventos dedicados que possam alavancar a integração da indústria nacional nas cadeias de valor dos grandes players mundiais.

Assim, foi prevista a participação com stand ou delegação, bem como a participação ou a organização de seminários de disseminação de informação útil à BTID, nomeadamente:

- Participação no AED Days, em Oeiras, em maio;
- Participação no Farnborough Air Show, com intuito de também promover a atividade das Agendas Mobilizadoras Aero.Next e Agenda New Space Portugal, em Farnborough, em junho;
- Briefing aos novos incumbentes para o cargo de Adidos de Defesa de Portugal no estrangeiro, ao longo do ano;
- Artex, em Santa Margarida, em junho e julho;
- Participação no REPMUS, na Zona Livre Tecnológica de Troia, em setembro;
- Participação no Portugal AIR Summit, em Ponte de Sor, em outubro;
- Jornadas Luso-francesas, em Paris, em outubro;
- Exposição Tecnológica no âmbito das comemorações do Dia do Exército, na Guarda, em outubro;
- Exposição no âmbito do Evento de Inovação e Modernização do CEMTEX, em Oeiras, em novembro;

Este novo Conselho de Administração realizou ou vai realizar todas as ações acima enumeradas. Adicionalmente, realizou ou vai realizar as ações seguintes:

- Industry Day com a Damen, no Alfeite, em fevereiro;
- Seminário de apresentação da Lei de Programação Militar, em Algés, em abril;

CLT CF
S

- Ação de informação sobre o Fundo Europeu de Defesa e outras fontes de financiamento, em Oeiras, em maio;
- Ciclo de eventos por Entidade executante da LPM, em 2024 e 2025;
- Conferência sobre “Economia e Defesa”, em Lisboa, em junho;
- Participação no AuxDefence2024, em Braga, em junho;
- Participação no Oeiras Airshow, em Oeiras, em setembro;
- Participação no evento Board of Directors do DIANA e do NIF, em Lisboa, setembro;
- Missão Empresarial à Damen, aos Países Baixos, em outubro;
- Conferência sobre Ciberdefesa, em Lisboa, em dezembro;

Na Gestão das Participações Sociais, a idD Portugal Defence, S.A. continuará a desenvolver ações que possam potenciar as valências de cada empresa e facilitem a entrada destas em mercados internacionais, explorando oportunidades de negócio e promovendo o estabelecimento de parcerias e/ou a integração em cadeias de valor internacionais.

No que se refere às Participadas, as perspetivas futuras para 2024, são as seguintes:

ARSENAL DO ALFEITE

O desempenho da atividade no primeiro quadrimestre do exercício em curso aponta para uma melhoria dos resultados operacionais da empresa, com a produção a crescer cerca de 10% e a Taxa Horária Média a registar uma redução superior a 15%.

Tendo em conta o contexto nacional e internacional de reforço e compromisso para com a indústria da defesa, e o caminho traçado pela Arsenal do Alfeite, S.A., desde a sua passagem a empresa pública em 2009, é fundamental consolidar o seu rumo e fazer da mesma uma empresa sustentável e resiliente nas suas três dimensões: económica, social e ambiental (aqui se incluindo a energética).

Esta transformação deverá ser conseguida cumprindo, em primeiro lugar, o seu desígnio fundamental de suportar a Marinha Portuguesa na evolução e manutenção da sua esquadra e, posteriormente, desenvolvendo a sua atividade transformando-se num contribuinte de relevo para a internacionalização da economia da defesa e do cluster da construção e reparação naval, através do fornecimento a outras Marinhas de serviços de elevado valor acrescentado e cariz tecnológico e, bem assim, num elemento central da dinamização do cluster da construção e reparação naval.

Todo o trabalho a desenvolver com e para o parceiro Marinha Portuguesa deverá ser focado em dotar a Arsenal do Alfeite, S.A. de capacidades técnicas e tecnológicas de última geração que acompanhem a evolução tecnológica dos ativos ao seu cuidado e que assegurem a sua permanente atualização no suporte do cumprimento das missões de soberania e de interesse público cometidas à Armada.

Ser uma entidade reconhecida e ativa no contexto da manutenção naval militar permitirá servir melhor a Marinha Portuguesa assegurando a disponibilidade dos seus ativos para cumprirem a sua função e responsabilidades, assim como, contribuirá para colocar

CF
CCT

Portugal na rota dos países com competências e argumentos para servir a indústria da defesa a nível internacional e estimular o cluster naval nacional.

Os desafios com que a Arsenal do Alfeite, S.A., se depara, já no ano em curso, são de enorme complexidade e exigência, destacando-se os seguintes eventos:

- Conclusão da PR do NRP Tridente;
- Conclusão da Grande reparação do navio PHM ETTAWFIQ da Marinha Real de Marrocos;
- Início do Programa de Modernização de duas Fragatas da Classe Vasco da Gama, a realizar pela primeira vez em território nacional.

Em simultâneo, está planeado intervir em mais de 10 navios da esquadra da Marinha Portuguesa e garantir a capacidade de resposta imediata às necessidades de intervenção urgente.

ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.

O contexto de pressão para aumento de disponibilidade e prontidão operacional dos meios (potenciada pelo conflito na Ucrânia), de redução de efetivos, de necessidade de manutenção das competências da linha da frente, constituem os grandes desafios das Forças Armadas. O investimento em ALI, é, pois, fundamental para responder a estes desafios, sendo a simulação e treino um dos componentes essenciais para garantir as competências necessárias para uma eficaz e eficiente execução da missão.

É neste contexto que se espera para 2024 um forte incremento da atividade da ETI, impulsionado pelas seguintes alavancas: i) Desenvolvimento do negócio com os atuais parceiros OEM Embraer, Airbus e GDELS, ii) Realização de projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Fundo Europeu de Defesa já aprovados, e iii) Desenvolvimento de oportunidades de negócio com os clientes diretos atuais, nomeadamente as Forças Armadas Portuguesas e as Forças Armadas Austríacas. O carácter plurianual dos projetos financiados e da maioria dos projetos para clientes permitirá o crescimento sustentado do volume de negócio no triénio 2024-2026.

O crescimento da equipa em 2024 é crucial para dar resposta aos projetos que a ETI irá desenvolver numa perspetiva de curto e médio prazo. Com uma carteira crescente de projetos e objetivos ambiciosos, é importante ter uma equipa devidamente dimensionada, com competências específicas em áreas estratégicas e de inovação, capacitada para lidar com a carga de trabalho prevista e garantir o sucesso dos projetos. O aumento previsto do número de colaboradores em 2024 para um total de 40 permitirá a distribuição equilibrada de tarefas, a solidificação de competências internas distintivas, e dar resposta às necessidades dos projetos.

A escassez de mão-de-obra qualificada é um problema crescente no mercado da aeronáutica e defesa em Portugal. A procura por profissionais altamente treinados e capacitados, com habilidades técnicas avançadas, está em crescimento acelerado, mas a oferta não tem capacidade de acompanhar este ritmo de crescimento e está claramente deficitária. Neste contexto, a ETI considera fundamental a criação de condições de

et
cf
G

atração e retenção de talento alinhadas com o mercado, mitigando assim o risco de eventual incapacidade de realizar os projetos financiados e os projetos de clientes. Para tal prevê-se a adoção de medidas extraordinárias de valorização remuneratória e a negociação de novo Acordo de Empresa com os Sindicatos, que se adapte à realidade e contexto atual da empresa.

O mercado de treino e simulação para aeronáutica e defesa tem assistido nos últimos anos ao desenvolvimento de novas importantes tendências, nomeadamente ao nível da abordagem ao treino e ao tipo de dispositivos, bem como à utilização de novas tecnologias. A dedicação quase exclusiva dos recursos da ETI a projetos de clientes resultou num conhecimento interno ainda muito insuficiente nestas áreas. De forma a colmatar esta lacuna, em 2024 a ETI considerará uma aposta significativa na Inovação, fortalecendo a ligação às universidades e centros de investigação, através de projetos conjuntos e de processos de transferência de tecnologia.

Para a prossecução dos seus objetivos, é crucial garantir a robustez da tesouraria da ETI para fazer face aos investimentos tecnológicos e em desenvolvimento de produto, mas sobretudo às necessidades de fundo de maneo associadas a projetos cofinanciados PRR e FED e a projetos de clientes.

EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A.

Para além da continuidade da atividade, e expectativa do Conselho de Administração que em 2024, se realize uma reavaliação patrimonial completa do imóvel detido pela sociedade, e eventualmente se mobilizem os recursos e se proceda à definição de um calendário tentativo para a realização de um estudo de avaliação das contingências ambientais, e de quantificação dos custos e prazos para a sua mitigação, que no seu conjunto permitam uma avaliação credível para a viabilidade de colocação deste ativo imobiliário em mercado, e estabelecer um calendário credível e efetivo para a colocação da propriedade em mercado, dando corpo ao Acordo Parassocial celebrado (apesar do significativo atraso do calendário e ao qual não foi indiferente a incerteza associada quer à situação pandémica, quer às decisões sobre a localização do novo aeroporto ou aeroporto complementar de Lisboa) ou atualizando os termos do mesmo.

OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

A OGMA está firmemente comprometida em impulsionar o futuro da aviação, adotando uma abordagem estratégica que equilibra a tradição com a inovação.

Na aviação de defesa, a nossa estratégia de crescimento continuará a ser uma simbiose entre as plataformas Legacy, aeronaves mais antigas, nomeadamente o C-130, F-16, P-3 e PUMA e as mais recentes, como o KC-390 e o Super Tucano. Para estas aeronaves, a OGMA posiciona-se como o Centro de Serviços, oferecendo suporte abrangente desde a entrada em serviço até o suporte logístico e manutenção do mercado europeu, Médio Oriente e África (EMEA).

CT CF


Na aviação civil, continuaremos a oferecer suporte às plataformas Embraer, com especial ênfase no Embraer E2 e no programa TSP (Total Support Program), que inclui serviços de suporte e manutenção para aeronaves vendidas dentro do mesmo.

Além disso, estamos a direcionar o nosso foco para a área de Engenharia de Desenvolvimento e Projeto, com o objetivo de expandir o nosso negócio de soluções de modernização.

No negócio de motores, a OGMA está a embarcar numa emocionante jornada de expansão e desenvolvimento do mesmo, com uma visão clara para o futuro e um compromisso inabalável com a excelência.

Em 2024, um dos nossos objetivos será a obtenção da extensão da certificação part145 para os motores PW1100, da Autoridade Nacional de aviação Civil (ANAC), e garantir condições para aumentar a indução de 25 motores por ano até 2030.

Em janeiro de 2024, iniciámos o projeto de industrialização do motor PW1900, com o objetivo de começar os serviços de manutenção dos mesmos em janeiro de 2026.

Ainda em janeiro de 2024, deu-se um passo importante no projeto das Complex Repairs PW. Para o PW1100 será assinado o contrato e iniciar-se-ão vários processos de cotações para início em janeiro de 2026, para o PW1900 o objetivo é assinar o contrato durante 2024 para iniciar em janeiro de 2027.

No negócio de Aeroestruturas, diante do retorno das atividades económicas pós-pandemia e do surgimento de desafios geopolíticos como o conflito na Ucrânia e no Médio Oriente, o mercado de aviação comercial e de defesa apresentam necessidades crescentes a taxas maiores que a capacidade mundial de fornecimento. Neste contexto, a OGMA tem dado continuidade ao projeto de focar o negócio nas competências essenciais, nomeadamente montagens de programas com alta cadência, montagens que necessitem de mais processos automáticos e em compósito. Com o objetivo de direcionar atenção, recursos e excelência em termos de qualidade e segurança em poucos, mas rentáveis, programas, que nos fazem competitivos frente ao mercado, e por sua vez atrair mais negócios.

NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Naval, S.A.

A capacidade diretamente produtiva continuará a ser alcançada pelo recurso maioritário à subcontratação de parceiros, por áreas especializadas de intervenção.

A Navalrocha mantém a perspetiva de atingir e, se possível, superar em 2024 o volume de negócios de 2023, tendo em atenção a reconhecida qualidade de serviço junto do seu mercado, à sua localização geográfica, mas teremos um desafio em relação à economia internacional.

Na área de Produção, prevê-se uma ocupação adequada e racional das infraestruturas disponíveis e em particular da utilização plena das 4 docas e espaço de cais, incluindo a otimização dos recursos externos e internos disponibilizados. Teremos de ter em

clt cf

consideração os investimentos previstos em infraestruturas que estão em concordância com a prorrogação da concessão.

Na área Comercial, a Navalrocha continuará, através dos seus meios internos e de contratos de agência, a desenvolver todos os esforços para angariar mais clientes nos Mercados Externos. Os clientes do Mercado Nacional também serão permanentemente monitorizados, com especial atenção para Marinha de Guerra e navios dos principais armadores nacionais.

Para além de 2024, o processo de recuperação, conjecturável da economia mundial após o fim da guerra da Ucrânia, bem como toda a instabilidade em Israel / Faixa de Gaza, permitirá a consolidação do volume de negócios e rentabilidade da Navalrocha uma vez que o nosso volume de vendas é maioritariamente no mercado externo. A Navalrocha deverá assumir-se cada vez mais como uma plataforma de serviços de elevado valor acrescentado com prestígio internacional e capacidade crítica de atrair os principais *players* do setor, de forma a garantir elevadas taxas de ocupação das suas infraestruturas e assegurar níveis de rentabilidade compatíveis com as expetativas dos seus acionistas e demais *stakeholders*.

EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.

À semelhança de anos recentes, esperamos que as exportações venham a contribuir significativamente para a nossa receita, e a obtenção e entrega de pedidos de compra de clientes estrangeiros será vital para o nosso sucesso. É com grande satisfação que assistimos ao ambicioso programa de substituição e modernização de equipamento das Forças Armadas portuguesas, incluindo o Sistema de Informações e Comunicações Tático (SIC-T) para o exército e a aquisição de seis novos Navios de Patrulha Oceânicos para a Marinha. Esperamos ter um papel relevante nestes e noutros programas em Portugal, contribuindo para a economia, a influência internacional e a segurança da Nação.

EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software S.A.

Após um período económico atribulado que se tem vindo a registar desde 2020, com a pandemia da COVID-19 aliada à eclosão do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que tem demonstrado ser mais resiliente do que o esperado, o ano de 2023 seria um ano crucial e desafiante por forma a alcançar um crescimento económico, num período de políticas monetárias restritivas a nível mundial, aliado à necessidade de controlo dos níveis de inflação para valores mais próximos da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE).

À semelhança de 2022 e do período recente, o ano de 2024 será também um ano de incertezas, em que o principal desafio continuará a ser aliar o crescimento económico ao controlo do nível de preços, tendo em conta os principais riscos externos, como o possível agravamento das tensões geopolíticas (recente escalada do conflito no Médio Oriente, que tem vindo a agravar-se com os ataques no Mar Vermelho, o qual poderá levar a uma alteração de rotas e, consequentemente, a um aumento de custos de transporte), uma possível recuperação mais lenta do comércio mundial, ou uma necessidade de

manutenção das elevadas taxas de juro e políticas monetárias restritivas num cenário de persistência do nível de inflação (ao não convergir para uma meta de 2% como projetado).

Após anos de forte crescimento internacional no domínio dos Sistemas de Controlo de Tráfego Aéreo, e de investimento na criação de capacidades no domínio dos Sistemas de Defesa Naval, em 2024 perspetiva-se para estas áreas maior consolidação e forte expansão internacional, respetivamente.

Desta forma, planeamos concentrarmo-nos no reforço da quota de mercado dos nossos produtos TopSky Tower e TopSky AMHS, onde somos número 3 e número 2 mundial, respetivamente, com enfoque particular nas oportunidades em mercados emergentes como a Sérvia e a África do Sul, bem como na consolidação da nossa posição em mercados-chave como o México e a Tailândia.

Na vertente da Defesa Naval, a Thales Edisoft tem como objetivo garantir os contratos de fornecimento de Sistemas Eletrónicos para os programas de reequipamento lançados pela Marinha Portuguesa, nomeadamente, a modernização de duas fragatas da classe Vasco da Gama, a construção de seis novos Navios de Patrulha Oceânica e a construção de um novo Navio Multipropósito.

Para além do desenvolvimento do C4SEA como produto maduro para operações marítimas, a nossa estratégia inclui reforçar as capacidades de engenharia nas vertentes de “System to Platform” e IVVQ para Sistemas de Combate Naval, ambicionando atingir uma posição de liderança nas propostas da Thales para o mercado internacional, em especial nos segmentos até MS300, inclusive.

No domínio Aeroespacial e da Segurança, a estratégia envolve a execução do plano de negócios da Antena SMA-2, o reforço das parcerias estratégicas e a expansão da nossa base de clientes *do* segmento espacial terrestre. Simultaneamente, pretendemos incrementar as competências em engenharia C4ISR e as áreas da Segurança Digital e da cibersegurança, com o intuito de reforçar a nossa presença em projetos de Defesa e Infraestruturas críticas a nível nacional.

Estas iniciativas não só visam enfrentar os desafios de 2024, mas também estabelecer uma base sólida para o futuro, posicionando a Thales Edisoft como líder inovadora e dinâmica, pronta para explorar oportunidades de crescimento e parceria a nível global.



1.12 - Agradecimentos

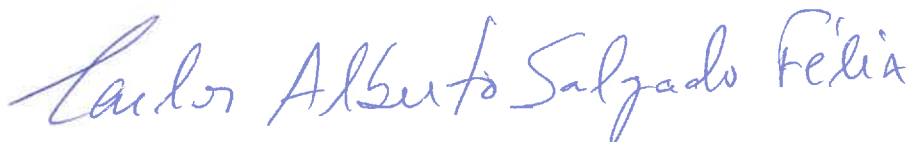
O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e gratidão aos colaboradores da idD Portugal Defence S.A e , através do seu empenho e competência, lograram ultrapassar desafios e implementar algumas das medidas de transformação e reestruturação da empresa.

Uma palavra para os órgãos de gestão das várias participadas, que connosco colaboraram de forma exemplar, atempada e profissional.

Por fim, é devido às tutelas setorial e financeira um agradecimento pelo suporte e confiança demonstrada na equipa de gestão.

Lisboa, 10 de setembro de 2024

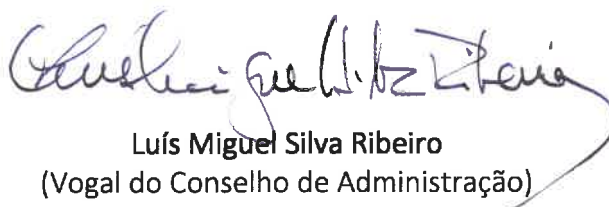
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Carlos Alberto Salgado Félix
(Presidente do Conselho de Administração)



Carla Susana Marques Campos Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)



Luís Miguel Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)



PORTUGAL
MAKING THE DIFFERENCE

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS
2023**

CF CT
R

2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

2.1 - Demonstrações Financeiras (Consolidado)

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022		Unidade Monetária: Euro	
Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.2	96.023.853,18	99.644.591,90
Propriedades de investimento	4.1	6.427.966,77	6.428.536,43
Ativos intangíveis	3	319.761,68	399.187,41
Participações financeiras	5	46.098.161,57	42.492.658,68
Participações financeiras - outros métodos	5	43.243,07	40.706,39
Ativos por impostos diferidos		816.637,42	773.817,22
Total do ativo não corrente		149.729.623,69	149.779.498,03
Ativo Corrente			
Inventários	6	782.108,55	1.545.814,21
Clientes, contribuintes e utentes	7	812.107,09	402.365,84
Estado e outros entes públicos	8	148.620,02	316.461,05
Outras contas a receber	9	2.086.677,69	1.714.806,83
Diferimentos	10	62.151,61	57.057,12
Caixa e depósitos bancários	1.2.3	10.426.615,76	9.111.099,00
Total do ativo corrente		14.318.280,72	13.147.604,05
Total do ativo		164.047.904,41	162.927.102,08
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	11.1	104.500.000,00	104.500.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	11.2	1.991.000,00	1.991.000,00
Reservas legais	11.3.1	15.304,03	15.304,03
Ajustamentos em ativos financeiros	11.5	(225.348,46)	(762.131,43)
Resultados transitados	11.4	(30.696.040,15)	(20.028.458,98)
Outras variações no Património Líquido	11.6	45.376.121,98	47.216.110,96
Resultado líquido do período	11.7	1.280.548,74	(10.906.839,32)
Interesses que não controlam		1.782.697,90	1.734.043,36
Total do património líquido		124.024.284,05	123.759.028,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12/23	3.987.169,68	3.732.932,24
Financiamentos obtidos	14	131.048,92	131.048,92
Outras contas a pagar	9	12.151.072,62	12.684.730,02
Total do Passivo não corrente		16.269.291,22	16.548.711,18
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	3.005.831,30	1.894.272,66
Fornecedores de Investimentos	13.2	472.771,41	28.040,19
Estado e outros entes públicos	8	1.413.500,50	1.604.778,14
Acionistas	15	3.599.997,96	3.599.997,96
Outras contas a pagar	9	8.136.207,89	6.112.462,08
Diferimentos	10	7.126.020,08	9.379.811,25
Total do Passivo corrente		23.754.329,14	22.619.362,28
Total do passivo		40.023.620,36	39.168.073,46
Total do património líquido e do passivo		164.047.904,41	162.927.102,08

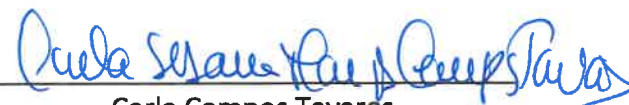
As Notas do Anexo 1 a 37 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

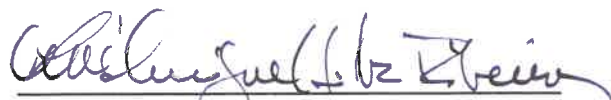
O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nelson Ricardo Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Carlos Salgado Félix
(Presidente do Conselho de Administração)


Carla Campos Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)


Luís Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E 2022

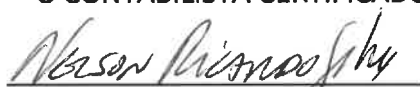
Un: Euro

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas		167.929,47	3.877,69
Vendas	17	73.718,55	53.235,92
Prestações de serviços	17	25.544.777,33	20.231.924,78
Gastos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	27	3.994.069,66	(8.755.801,24)
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	18	1.555.765,92	1.261.063,05
Trabalhos para a própria entidade	19	146.790,08	423.645,67
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	20	(3.841.174,33)	(1.627.162,95)
Fornecimentos e serviços externos	21	(8.650.513,39)	(6.248.967,84)
Gastos com o pessoal	22	(14.772.381,38)	(14.513.968,69)
Provisões (aumentos/reduções)	23	(264.991,08)	1.168.371,47
Outros rendimentos e ganhos	25	2.822.651,39	2.679.089,22
Outros gastos e perdas	26	(314.337,00)	(370.898,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		6.462.305,22	(5.695.591,54)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(5.146.364,08)	(5.154.868,63)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	24.1	0,00	232.779,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.315.941,14	(10.617.681,04)
Juros e rendimentos similares obtidos	28	652,77	15.094,21
Juros e gastos similares suportados	29	(37.638,03)	(38.197,46)
Resultado antes de impostos		1.278.955,88	(10.640.784,29)
Imposto sobre o rendimento do período	16	1.592,86	(266.055,03)
Resultado líquido do período	12.7	1.280.548,74	(10.906.839,32)

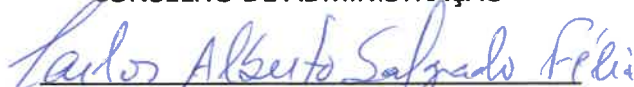
Resultado Líquido do Período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.280.548,74	(10.906.839,32)
Interesses que não controlam		23.599,04	25.055,50
		1.256.949,70	(10.931.894,82)

As Notas do Anexo 1 a 37 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nelson Ricardo Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Carlos Salgado Félix
(Presidente do Conselho de Administração)


Carla Campos Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)


Luís Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

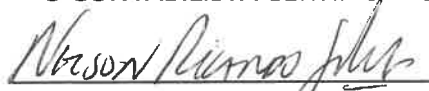
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	33.1	26.555.083,78	31.046.865,04
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	33.2	1.250.381,24	1.162.046,47
Pagamentos a fornecedores	33.3	(12.490.053,35)	(10.464.092,50)
Pagamentos ao pessoal	33.4	(9.542.887,90)	(9.399.514,52)
Caixa gerada pelas operações		5.772.523,77	12.345.304,49
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	33.5	(219.077,70)	(127.306,60)
Outros recebimentos/pagamentos	33.6	(7.085.258,90)	(7.513.405,84)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(1.531.812,83)	4.704.592,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis	33.7	(1.086.425,33)	(998.201,48)
Ativos intangíveis	33.7	(26.867,97)	(214.108,56)
Outros ativos		(13.335,33)	(9.143,54)
Outras operações de Investimento - Financiamentos Concedidos		(30.955,67)	0,00
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	33.8	3.612.322,29	42.870,11
Juros e rendimentos similares		456,25	0,00
Outras operações de Investimento - Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Dividendos	33.9	391.963,43	51.450,44
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2.847.157,67	(1.127.133,03)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	33.10	259.047,10	3.774.386,67
Doações			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Aumento capital			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	33.11	(254.386,67)	(3.922.362,74)
Juros e gastos similares	33.12	(4.346,08)	(1.932,61)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de cap. Próprio		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		314,35	(149.908,68)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1.315.659,19	3.427.550,34
Efeito das diferenças de câmbio		(142,43)	135,46
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.111.099,00	5.683.413,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.3	10.426.615,76	9.111.099,00
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.111.099,00	4.978.138,77
Equivalente a caixa no início do período		0,00	0,00
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
Saldo da gerência anterior		9.111.099,00	5.683.413,20
De Execução orçamental		9.111.099,00	5.683.413,20
De operações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.426.615,76	9.111.099,00
Equivalente a caixa no fim do período		0,00	135,46
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
Variações cambiais de caixa no fim do período		(142,43)	135,46
Saldo para a gerência seguinte		10.426.615,76	9.111.099,00
De Execução orçamental		10.426.615,76	9.111.099,00
De operações de tesouraria		0	0

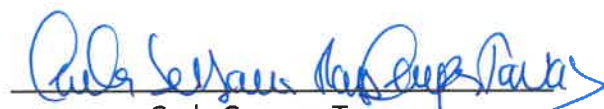
As Notas do Anexo 1 e 37 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

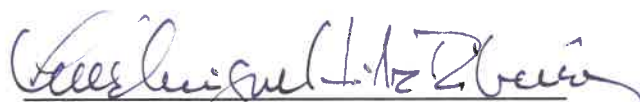
O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nelson Ricardo Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Carlos Salgado Félix
(Presidente do Conselho de Administração)


Carla Campos Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)


Luís Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE ZEMBRO DE 2023

Un: EURO												
Descrição	NOTAS	Capital /	Outros	Reservas	Ajustamentos	Excedentes	Outras	Resultados	Resultado	Total	Interesses que	Total do
		Património	Instrumentos	legais	em ativos	de	variações	Transitados	líquido do			
		realizado	de capital		financeiros	Revalorização	líquido		período		não controlam	Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	12	104.500.000,00	1.991.000,00	15.304,03	(762.131,43)	0,00	47.216.110,96	(20.028.458,98)	(10.906.839,32)	122.024.985,26	1.734.043,36	123.759.028,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Resultantes de aumento de capital em espécie					0,00					0,00	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial										0,00	0,00	0,00
- Arsenal do Alfeite										0,00	0,00	0,00
- Empordef Tecnologias de Informação					13.189,40					13.189,40	0,00	13.189,40
- Empordef Engenharia Naval					0,00			(25.055,50)		(25.055,50)	0,00	(25.055,50)
- Edisoft					(0,49)					(0,49)	0,00	(0,49)
- Extra					523.594,06			264.313,65		787.907,71	0,00	787.907,71
- Naval Rocha							(1.839.988,98)			(1.839.988,98)	0,00	(1.839.988,98)
- EID										0,00	0,00	0,00
- Arsenal do Alfeite - Subsídios não monetários										0,00	0,00	0,00
Outras variações de custos não incorridos em exercícios anteriores										0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações										0,00	0,00	0,00
Operações de reconciliação										0,00	0,00	0,00
- Arsenal do Alfeite										0,00	0,00	0,00
- Empordef Tecnologias de Informação										0,00	0,00	0,00
- Empordef Engenharia Naval										0,00	0,00	0,00
- Extra										0,00	0,00	0,00
Aplicação do resultado do período anterior		0,00	0,00	0,00	536.782,97	0,00	(1.839.988,98)	(10.906.839,32)	10.906.839,32	0,00	48.654,54	48.654,54
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.7											
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realização de capital / património												
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	12	104.500.000,00	1.991.000,00	15.304,03	(225.348,46)	0,00	45.376.121,98	(30.696.040,15)	1.280.548,74	122.241.586,14	1.782.697,90	124.024.284,05

As Notas do Anexo 1 a 37 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Nelson Ruano Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Leandro Alberto Salgado Félix
Paula Saraiva Paupes Queiroz Tavares
Frederico Guilherme Pereira

2.2 – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota Introdutória

A idD – Portugal Defence, S.A. (idD) teve origem na IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A., constituída a 1 de agosto de 1997 como sociedade comercial e tendo por objeto social inicial a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem, visando essencialmente a desmilitarização de munições e explosivos convencionais desnecessários e sem valor comercial dos vários ramos das Forças Armadas, bem como aquelas que tivessem atingido o fim de vida útil e ainda, as munições que deviam ser destruídas por força de convenções internacionais a que Portugal aderiu, como é o caso das minas anti-pessoal.

Com a alteração dos seus Estatutos em agosto de 2014, a idD passou a designar-se idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. tendo-lhe sido atribuída a nova missão de desenvolver a atividade de promoção das indústrias de Defesa nacionais, nomeadamente na definição da estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica das Indústrias de Defesa (BTID).

A partir de 2020, o Governo entendeu pelo Despacho Conjunto nº 786/2020, publicado em Diário da República, II Série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2020, que a gestão coerente e integrada destas participações poderia ser melhor assegurada cometendo as mesmas a uma sociedade que se constitua em instrumento de concretização das políticas públicas sectoriais no cumprimento da missão que o Governo lhe atribui no âmbito da Economia da Defesa Nacional. Assim esta sociedade passou a ter diversas competências no seu objeto social, entre as quais: assegurar a interface I&D entre a Economia da Defesa e os Centros de Investigação e Desenvolvimento das Universidades Portuguesas, gerir as participações sociais que lhe sejam cometidas, assegurar a interface público/privado na Economia de Defesa, apoiar as operações de rentabilização de património na área da Defesa Nacional, nomeadamente no âmbito da execução da respetiva Lei de Infraestruturas e gerir o património da Defesa Nacional que lhe seja cometido, em articulação com a DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a Estamo, Participações Imobiliárias, S.A., assessorar as transações de equipamentos militares, nomeadamente no âmbito da execução da Lei de Programação Militar, em articulação com a DGRDN, assegurar a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de Defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem.

A idD pode adquirir livremente participações em sociedades com objeto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Em 29 de junho de 2020, a sua acionista única DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças, deliberou proceder a um aumento de capital realizado em espécie, através da

entrega de participações sociais (ações) em empresas do sector da Defesa, e em numerário.

Assim o capital social da idD – Portugal Defence passou a ser 104.500.000,00 euros e a sociedade alterou a sua firma de IdD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. para idD – Portugal Defence, S.A.

O perímetro de consolidação a 31 de dezembro de 2023, integra as participadas a 100% Arsenal do Alfeite, S.A. e ETI – Empordef Tecnologias da Informação S.A., e a participada em 59,8% EXTRA - Explosivos da Trafaria, S.A., as quais foram consolidadas através do Método de Consolidação Integral, com reconhecimento dos interesses minoritários no último caso.

As participações com ações e direitos de voto inferiores a 50% foram relevadas no consolidado através do Método de Equivalência Patrimonial (à semelhança do verificado nas contas da idD Portugal Defence, S.A. em Base Individual).

1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade e período de relato

a) Designação da entidade: IdD – Portugal Defence, S.A., NIF: 503.939.668

b) Endereço: Estrada da Luz n.º 153- 1600-153 Lisboa.

c) Código da classificação Orgânica: 5888

d) Tutelas:

Setorial: Ministério da Defesa Nacional;

Financeira: Ministério das Finanças;

e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

Conforme indicado na Nota Prévia a idD Portugal Defence, S.A., teve origem na IDD - Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A., foi constituída como sociedade comercial anónima em 1 de agosto de 1997, sendo o seu capital subscrito e realizado a 100% pela holding estatal da Defesa à data (a sociedade EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A., tendo sofrido ao longo da sua história diversas alterações na sua firma e objeto social inicial.

O seu capital social é atualmente representado por 20.900.000 ações (cada ação tem o valor nominal de 5 €), sendo a sua única acionista a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças em representação do Estado Português.

O funcionamento da sociedade é regulado pelos seus Estatutos, pelo Código das Sociedades Comerciais e complementarmente pelo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (DL n.º 133/2013, de 03 de outubro).

A idD é uma entidade que, na sua génese jurídica, se constituiu como uma entidade do Sector Público Empresarial mas que, por força do disposto no artigo 2º da Lei nº 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação e dos critérios definidos no Sistema Europeu de

Contas Nacionais e Regionais, foi no ano de 2013 objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas, passando assim a classificar-se como Empresa Pública Reclassificada (EPR). Inicialmente, e de acordo com a listagem divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no contexto do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais/Procedimento dos Défices Excessivos, a idD foi reclassificada como EPR em regime simplificado, passando a adotar o regime geral já durante o ano de 2019 como resultado de uma nova reclassificação.

f) Designação e sede da entidade que detêm o controlo final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:

A entidade beneficiária última da sociedade e que detêm o controlo final da sociedade idD Portugal Defence, S.A. é a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, sita à Rua da Alfândega 5, 1100-585 Lisboa.

As contas consolidadas idD Portugal Defence (grupo Portugal Defence), podendo estas ser obtidas na sua sede social na Estrada da Luz, 153 – 1600-153 Lisboa, no seu site institucional www.iddportugal.pt ou no Portal SIRIEF- Sistema de Informação de Recolha de Informação Económica e Financeira da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, nas Demonstrações Orçamentais e nas Notas dos seus Anexos encontram-se expressos em euros (EUR).

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

1.2.1 – Referencial Contabilístico

Com a entrada em vigor do SNC-AP, a idD – Portugal Defence, S.A., por ser entidade pública reclassificada, ficou obrigada a apresentar as Demonstrações Financeiras e Orçamentais de acordo com este normativo, ou seja, aplicando o SNC-AP e procedendo aos ajustamentos de transição necessários.

Estas demonstrações financeiras e orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) em vigor à data de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo subsidiariamente adotadas as disposições das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), do SNC, das Normas Internacionais de Contabilidade Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de tais estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 6 de julho de 2023, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A informação financeira apresentada para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi elaborada de acordo com o SNC-AP, que se apresenta em tudo igual à informação financeira de 2022.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis à idD – Portugal Defence, S.A. As notas do anexo foram renumeradas para que ficassem sequenciais.

Conforme referido na nota introdutória, as empresas que estão incluídas no perímetro de consolidação a 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

EMPRESAS	SEDE	%	C. AQUISIÇÃO	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RES. LÍQUIDO
Arsenal do Alfeite, S.A.	Base Naval de Lisboa - 2810-001 Almada	100,0%	14.752.237,00	41.919.106,33	-1.823.393,74
Empordef TI Tecnologias de Informação S.A.	Quinta dos Medronheiros - Lazarim - 2825-049 Caparica	100,0%	371.879,00	39.259,88	-428.661,83
Extra - Explosivos da tráfaria, S.A.	EN 118 - Km 1 Rego - Amoreira - 2890-000 Alcochete	59,8%	838.967,00	6.184.571,90	58.704,08
			15.963.083,00	48.142.938,11	-2.193.351,49

O método de consolidação utilizado foi o método de consolidação integral.

1.2.1 – Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC- AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes

1.2.2 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

1.2.3 – Valores de caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2023 inclui numerário em moeda nacional e estrangeira e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, cujos saldos se detalham na tabela seguinte. A caixa em moeda estrangeira, no valor de 1.531,73 € é constituída essencialmente por 1.076,69 libras esterlinas.

A 31 de dezembro de 2023 o valor de 10.253.791,49 € em depósitos bancários, correspondente a 98,3% do total em Depósitos à ordem, encontrava-se no IGCP (Instituto gestão crédito público) por forma a dar cumprimento ao princípio da unidade de tesouraria.

Meios Financeiros Líquidos constantes do balanço		2023		2022	
		Quantias disponíveis para uso	Total	Quantias disponíveis para uso	Total
Caixa	Numerário	2.431,15	2.431,15	539,83	539,83
	Numerário - moeda Estrangeira	1.531,73	1.531,73	4.854,10	4.854,10
	Subtotal	3.962,88	3.962,88	5.393,93	5.393,93
Depósitos Bancários	Depósitos à ordem	9.422.652,88	9.422.652,88	5.105.705,07	5.105.705,07
	Outros depósitos bancários	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
	Subtotal	10.422.652,88	10.422.652,88	9.105.705,07	9.105.705,07
Total dos meios financeiros líquidos		10.426.615,76	10.426.615,76	9.111.099,00	9.111.099,00

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 – Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que o Órgão de Gestão, no caso vertente o Conselho de Administração, formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. Representam de forma fiel os efeitos das transações, e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A Informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

CF
CF

De acordo com o Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os exigíveis por uma NCP.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

Salienta-se que os resultados reais podem diferir das estimativas pela incerteza que lhes está associada.

2.2 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Consideram-se bens concessionados, todos os bens transferidos pelo Estado para a Arsenal do Alfeite, S.A. (que recordamos integrar o perímetro de consolidação integral), ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização, para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela Arsenal do Alfeite, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como bens reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com o seguinte período de vida útil esperada dos bens:

- Equipamento básico (8 a 20 anos)
- Equipamento transporte (4 a 6 anos)
- Equipamento administrativo (3 a 10 anos)
- Outros ativos fixos tangíveis (4 a 20 anos)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem as suas vidas úteis estimadas.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

2.3 – Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com origem na ETI (que recordamos integrar o perímetro de consolidação) correspondem a despesas de desenvolvimento de projetos que demonstram a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e quando a empresa tem a intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização.

Os ativos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento de projetos, valorizadas ao custo de produção que inclui os custos de mercadorias incorporadas, mão de-obra, subcontratos e gastos gerais de funcionamento, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com projetos de desenvolvimento são capitalizados no momento da conclusão do projeto, sendo amortizados pelo método das quotas constantes por um período de três anos, exceto nos casos em que se encontrem associados a processos de subsídio ou outros que justifiquem a adoção de outro critério.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas consolidadas prospectivamente.

2.4- Participações Financeiras

Conforme dispõe § 11 da NCP 23 – “Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição.

A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento.

A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido”.

As entidades consideradas associadas encontram-se listadas na Nota 5 – Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras)

2.5- Ativos Financeiros

A idD – Portugal Defence, S.A. determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o estabelecido na NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A idD – Portugal Defence, S.A. classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- i) cujo prazo seja à vista ou tenha maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

A idD – Portugal Defence, S.A. avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

2.6 - Inventários

Os inventários, quando existentes, são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, com origem na Arsenal do Alfeite, S.A., encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente. Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à

redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

2.7 - Créditos a Receber

Os créditos a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou de prestações de serviços no decurso normal do negócio e são inicialmente reconhecidas ao custo (valor nominal), sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

2.8 - Caixa e Equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são considerados no passivo corrente na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo aplicáveis as definições da NCRF2.

2.9 - Património Líquido

As ações são classificadas no capital próprio ou património líquido. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.10 - Passivos Financeiros

A idD – Portugal Defence, S.A. determina a classificação dos passivos financeiros, quando existentes, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/mensurados:

(a) Ao custo ou custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A idD – Portugal Defence, S.A. classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

2.11 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões sempre que a idD – Portugal Defence, S.A. tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de atualização ou desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo quando seja provável a existência de um benefício económico futuro.

2.12 - Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços e são inicialmente registadas pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

2.13 – Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a idD – Portugal Defence, S.A. possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

2.14 – Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

São calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com:

- i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou
- ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que:

- i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e
- ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

2.15 – Rendimentos, Gastos e Especialização dos Períodos

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar.

2.16 – Rendimentos, Gastos e Especialização dos Períodos

Os juros e outros encargos financeiros pagos ou a pagar como comissões bancárias relacionadas com empréstimos obtidos, ou encargos financeiros associados a garantias bancárias prestadas são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

O rédito com origem na participada Arsenal do Alfeite, S.A. é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados consolidados por naturezas em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh) imputados e Hh estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes”.

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados consolidados por naturezas nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são consideradas à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

Nos saldos com origem na participada ETI, as vendas e serviços prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As vendas e serviços prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

O reconhecimento de réditos na rubrica de Vendas e Serviços Prestados é efetuado com base na percentagem de acabamento dos projetos em execução.

2.17- Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos tangíveis e intangíveis, durante a sua fase de construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

2.18- Gastos de Empréstimos Obtidos ou Garantias bancárias prestadas

Os juros e outros encargos financeiros pagos ou a pagar como comissões bancárias relacionadas com empréstimos obtidos, ou encargos financeiros associados a garantias bancárias prestadas são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

2.19 – Rendimentos de Empréstimos Concedidos

Os juros recebidos ou a receber relacionados com empréstimos concedidos são reconhecidos como rendimentos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

2.20 – Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da idD – Portugal Defence, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no futuro são as seguintes:

2.20.1 – Estimativas Contabilísticas Relevantes

2.20.1.1 – Provisões

A idD – Portugal Defence, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos financeiros necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo

futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

2.20.1.2 – Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da idD – Portugal Defence, S.A. tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

2.20.1.3 – Especialização dos exercícios

A idD – Portugal Defence, S.A. regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

2.20.1.4 – Subsídio Não Monetário

O subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos nas instalações da Base Naval do Alfeite (anexos III e IV do Contrato de Concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ou património líquido ajustado do imposto que lhe está associado. Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

2.21 – Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras se materialmente relevantes (eventos ajustáveis).

2.22 - Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

2.22.1 - As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

2.22.2 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

2.22.3 - Não foram detetados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras, que exigissem a reexpressão das mesmas.

2.23 - Partes Relacionadas

Divulgação de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da idD – Portugal Defence, S.A., era integralmente detido pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os saldos de rubricas de Balanço e as transações realizadas com partes relacionadas, foram os seguintes:

Partes Relacionadas 2023	Créditos a receber	Dívidas a pagar	Finan. Concedidos	Rendas	Serviços Prestados	Serviços Obtidos	Juros Obtidos	Juros Suportados
DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças	61.755,60	4.088.296,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.530,83
OGMA, S.A.	137,13	1.880,16	0,00	15.342,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EID	0,00	868.386,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Magellan Orbital	2.678,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	64.571,70	4.958.563,57	0,00	15.342,00	0,00	0,00	0,00	30.530,83

No que se refere às rubricas de saldos de balanço consolidado:

1- Nos créditos a receber da acionista DGTF no montante de 61.755,60 euros estão incluídos:

- os encargos suportados pela idD Portugal Defence, S.A. previamente à reestruturação suportados por esta sociedade em nome da EMPORDEF SGPS S.A. – em Liquidação entre o momento do pedido de encerramento da liquidação e cancelamento de atividade na Autoridade Tributária e Aduaneiro e o momento de averbamento do registo de encerramento da liquidação e correspondem essencialmente ao arrendamento dos escritórios na Rua Braamcamp n.º 90, 7.º, Lisboa
- Despesas inerentes ao funcionamento da anterior sede social onde funcionaram os serviços até à reestruturação da idD, nomeadamente a eletricidade, água, condomínio, comunicações, serviços de informática e limpeza de instalações, e outras despesas pós-liquidação.
- Este valor inclui ainda o custo do relatório independente do Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020 no montante de 19.990,00 euros (acrescido de IVA à taxa legal).

2 - Na rubrica dívidas a pagar (passivo), o montante de 4.088.296,68 euros relativo à DGTF, respeita a:

- Diretos de créditos sobre participadas no montante de 3.599.997,96 euros;

CT 4

- Dívidas à anterior acionista EMPORDEF SGPS S.A. – em Liquidação, correspondentes a rendas das instalações da unidade industrial de Alcochete até dezembro de 2019, às quais acresceram as rendas do ano de 2020, assim como os juros especializados das PACs remuneradas, no montante de 454.332,54 euros;
- Rendas das instalações de Alcochete ainda não foram faturados pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças à IdD - Portugal Defence, no valor de 33.966,18 euros.
- Em relação á EID, o valor de 868.386,73 euros, respeita ao acordo de cessão de dividendos.

Os juros especializados no montante de 30.530,83 euros correspondem à remuneração anual da tranche remunerada no montante de 641.000,00 euros das Prestações Acessórias de Capital da idD Portugal Defence, S.A.

Pessoal Chave da Gestão

Como pessoal chave da gestão e de controlo da atividade identificam-se os seus órgãos sociais, nomeadamente o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, cujos encargos são detalhados na tabela seguinte para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Pessoal Chave de Gestão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Revisor Oficial de Contas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Remuneração anual líquida	363.219,64	391.642,49	36.312,37	32.768,46	8.900,00	8.900,00
Gastos na utilização de telefones	4.299,25	5.369,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com viaturas de serviço	11.615,10	23.711,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	379.133,99	420.722,98	36.312,37	32.768,46	8.900,00	8.900,00

Alargando ao pessoal chave da gestão aos Conselhos de Administração e Fiscais Únicos das empresas abrangidas no perímetro de consolidação, cujos encargos globais para o exercício, findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são apresentados na tabela seguinte:

Pessoal chave de Gestão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Revisor Oficial de Contas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Remuneração anual líquida	689.336,85	764.610,48	36.312,37	36.144,41	44.816,25	39.050,00
Gastos na utilização de telefones	5.605,11	6.775,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com viaturas de serviço	66.333,22	36.656,30	0,00	0,00	0,00	0,00
	761.275,18	808.042,23	36.312,37	36.144,41	44.816,25	39.050,00

CCT CF

3 – Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações e depreciações anuais e acumuladas, está detalhado nas tabelas seguintes:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - 31/12/2023										
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00									0,00
Goodwill	0,00									0,00
Projetos de desenvolvimento	15.351,10	149.992,15					-123.989,22			41.354,03
Programas de computador e sistemas de informação	27.260,17	61.429,80					-21.890,32			66.799,65
Propriedade industrial e intelectual	5.488,90	0,00					-990,48			4.498,42
Outros	201.095,09	0,00								201.095,09
Ativos intangíveis em curso	886.688,19	6.014,49				-886.688,19				6.014,49
total	1.135.883,45	217.436,44	0,00	0,00	0,00	-886.688,19	-146.870,02	0,00	0,00	319.761,68
0,00										
AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições - 31/12/2023										
RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural		0,00								0,00
Goodwill		0,00								0,00
Projetos de desenvolvimento		149.992,15								149.992,15
Programas de computador e sistemas de informação		61.429,80								61.429,80
Propriedade industrial e intelectual		0,00								0,00
Outros		0,00								0,00
Ativos intangíveis em curso		6.014,49								6.014,49
total	0,00	217.436,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.436,44

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - 31/12/2022										
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00					0,00			0,00
Goodwill	0,00	0,00					0,00			0,00
Projetos de desenvolvimento	32.097,94	0,00			159.006,84		-175.753,68			15.351,10
Programas de computador e sistemas de informação	11.533,68	25.018,00					-9.291,51			27.260,17
Propriedade industrial e intelectual	6.328,13	150,00					-989,23			5.488,90
Outros	57.907,21	189.000,00					-45.812,12			201.095,09
Ativos intangíveis em curso	93.386,62	95.365,53							-38.760,00	149.992,15
total	201.253,58	309.533,53	0,00	0,00	159.006,84	0,00	-231.846,54	0,00	-38.760,00	399.187,41
AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições - 31/12/2022										
RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural		0,00								0,00
Goodwill		0,00								0,00
Projetos de desenvolvimento		0,00								0,00
Programas de computador e sistemas de informação		25.018,00								25.018,00
Propriedade industrial e intelectual		150,00								150,00
Outros		189.000,00								189.000,00
Ativos intangíveis em curso		95.365,53								95.365,53
total	0,00	309.533,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.533,53

CT 4

4 – Ativos Tangíveis

4.1 – Propriedades de Investimento

Durante o exercício de 2023, os movimentos ocorridos no valor de propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações foram os seguintes:

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (modelo do custo) - 31/12/2023												
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à	Depreciações do período	Depreciações acumuladas e	Reversões de perdas por	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
Bens de domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terreno e recursos naturais	14.397.302,40	0,00	0,00	0,00	7.975.952,40	0,00	0,00	0,00	6.421.350,00	0,00	107.506,71	0,00
Edifícios e outras construções	1.569.138,04	0,00	0,00	569,66	1.561.951,61	0,00	0,00	0,00	6.616,77	0,00	0,00	0,00
Outras propriedades de investimento	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.720.612,78	0,00	0,00	569,66	11.292.076,35	0,00	0,00	0,00	6.427.966,77	0,00	107.506,71	0,00

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (modelo do custo) - 31/12/2022												
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à	Depreciações do período	Depreciações acumuladas e	Reversões de perdas por	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
Bens de domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terreno e recursos naturais	14.397.302,40	0,00	0,00	0,00	7.975.952,40	0,00	0,00	0,00	6.421.350,00	0,00	105.009,48	0,00
Edifícios e outras construções	1.569.138,04	0,00	0,00	569,66	1.561.381,95	0,00	0,00	0,00	7.186,43	0,00	0,00	0,00
Outras propriedades de investimento	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.720.612,78	0,00	0,00	569,66	11.291.506,69	0,00	0,00	0,00	6.428.536,43	0,00	105.009,48	0,00

Recorda-se que no exercício de 2001, os terrenos foram valorizados à data em 14.397.302,40 €, baseado na avaliação efetuada por peritos independentes e utilizando um coeficiente prudencial de 20%. Os terrenos encontravam-se valorizados ao custo de aquisição ajustado pelas reavaliações fiscais, o que levou a que a reavaliação efetuada na altura fosse no montante de 12.856.619,80 €.

No exercício de 2012, foram efetuadas duas avaliações ao imóvel detido pela Extra. A primeira, efetuada pela empresa Tinsa Portugal, com base no método do valor residual dinâmico - "discounted cash-flow", apurou 3 cenários para o imóvel em questão, apontando o cenário mais realista para um montante de 6.642.000,00 €, considerando o potencial de construção dos terrenos e os índices previstos no Planos Diretores Municipais em vigor.

A segunda, efetuada pela empresa PVW e utilizando também o método do valor residual - "discounted cash-flow", estimou um valor de mercado do imóvel em 6.200.700,00 €.

O Conselho de Administração da Extra, após análise às referidas avaliações, decidiu reconhecer uma imparidade do ativo registado nas contas da Extra com base numa média das 2 avaliações.

Como tal, no referido exercício de 2012, o valor contabilístico do imóvel passou de 14.397.302,40€ para 6.421.350,00€, tendo sido reconhecida uma imparidade do ativo no montante de 7.975.952,40€.

Desde 2012 que não foi efetuada qualquer avaliação deste imóvel.

CCF CF
R

4.2 – Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nas diferentes rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações anuais e acumuladas, foi sumariado nas tabelas seguintes:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	26.121.511,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-137.797,68	0,00	0,00	25.983.713,79
Edifícios e outras construções	59.529.222,00	17.865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.962.617,35	0,00	0,00	56.584.469,65
Equipamento básico	6.176.688,60	423.808,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.268.440,65	0,00	0,00	5.332.056,65
Equipamento de transporte	100.392,30	13.332,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-20.837,65	0,00	2.598,14	95.485,56
Equipamento administrativo	409.741,35	269.370,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-170.133,16	0,00	0,00	508.979,14
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	7.307.036,18	786.355,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-439.097,91	0,00	-135.145,74	7.519.148,39
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	99.644.591,90	1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.998.924,40	0,00	-132.547,60	96.023.853,18
Total	99.644.591,90	1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.998.924,40	0,00	-132.547,60	96.023.853,18

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Adições - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais		0,00								0,00
Edifícios e outras construções		17.865,00								17.865,00
Equipamento básico		423.808,70								423.808,70
Equipamento de transporte		13.332,77								13.332,77
Equipamento administrativo		269.370,95								269.370,95
Equipamentos biológicos		0,00								0,00
Outros		786.355,86								786.355,86
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00								0,00
		1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510.733,28
Total		1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510.733,28

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico						0,00
Equipamento de transporte					-2.598,14	-2.598,14
Equipamento administrativo						0,00
Equipamentos biológicos						0,00
Outros					135.145,74	135.145,74
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	132.547,60	132.547,60
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	132.547,60	132.547,60

CF

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31/12/2022

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	26.259.309,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-137.797,68	0,00	0,00	26.121.511,47
Edifícios e outras construções	61.933.707,77	532.112,61	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.936.598,38	0,00	0,00	59.529.222,00
Equipamento básico	6.905.485,61	458.718,64	0,00	0,00	0,00	73.772,29	-1.261.287,94	0,00	0,00	6.176.688,60
Equipamento de transporte	117.653,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.261,42	0,00	0,00	100.392,30
Equipamento administrativo	446.278,18	91.468,01	0,00	0,00	0,00	0,00	-126.019,84	0,00	-1.985,00	409.741,35
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	7.849.417,33	797.382,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-443.487,17	0,00	-896.276,19	7.307.036,18
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	103.511.851,75	1.879.681,47	0,00	0,00	0,00	73.772,29	-4.922.452,43	0,00	-898.261,19	99.644.591,90
Total	103.511.851,75	1.879.681,47	0,00	0,00	0,00	73.772,29	-4.922.452,43	0,00	-898.261,19	99.644.591,90

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Adições - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		0,00									0,00
Edifícios e outras construções		532.112,61									532.112,61
Equipamento básico		458.718,64									458.718,64
Equipamento de transporte		0,00									0,00
Equipamento administrativo		91.468,01									91.468,01
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		797.382,21									797.382,21
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00									0,00
		1.879.681,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879.681,47
Total		1.879.681,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879.681,47

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições - 31/12/2022

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais					0,00	0,00
Edifícios e outras construções					0,00	0,00
Equipamento básico					0,00	0,00
Equipamento de transporte					0,00	0,00
Equipamento administrativo					1.985,00	1.985,00
Equipamentos biológicos					0,00	0,00
Outros					896.276,19	896.276,19
Ativos fixos tangíveis em curso					0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	898.261,19	898.261,19
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	898.261,19	898.261,19

CCT
JL

5 – Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras)

Em 21 de janeiro de 2020, foi publicado o Despacho Conjunto n.º 786/2020, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro, que procedeu à reestruturação do setor empresarial da Defesa, determinando a transmissão do Estado para a idD – Plataforma das Indústrias da Defesa Nacionais, S.A., das participações por este detidas no setor da Defesa, designadamente as seguintes participações sociais:

Maioritárias:

- 100% da Arsenal do Alfeite, S.A.;
- 100% da ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.;
- 59,8 % da Extra - Explosivos da Trataria, S.A.

Minoritárias:

- 45% da Naval Rocha- Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.;
- 35% da OGMA- Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.;
- 18% da EID- Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.;
- 17,5 % da EDISOFT- Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.

Em 2023, foi subscrito e não totalmente realizado o capital correspondente a 20% da Magellan Orbital, S.A.;

O registo inicial da valorização das participações financeiras (ações) relativa às entradas em espécie do aumento de capital no montante de 101.469.571 euros (ações recebidas cuja valorização foi estabelecida na AG de 29 de junho de 2020) e respetiva contrapartida em capital social, teve como base um relatório independente de um Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020, que foi objeto de registo e ajustamentos detalhados nas **Notas 5 Participações Financeiras e 11.5 Ajustamentos em ativos financeiros**.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor das participações financeiras em empresas associadas detidas pela idD Portugal Defence, S.A. (participações minoritárias fora do perímetro de consolidação), tendo por base a informação financeira extraída das respetivas Demonstrações Financeiras, auditadas e reportadas a esta data, e após aplicação do MEP (ajustado em função dos outros ativos financeiros detidos sobre a participada) ascendia a 46.141.404,64 euros e um resultado de 4.017.668,70 euros.

2023	%	Custo de Aquisição	Ajustamentos de Transição	Ajustamentos no Património	Participações Financeiras 31/12/2022	Valor Ativos Financeiros	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganhos / Perdas Imputados
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	35,0	48.004.743,00	0,00	0,00	41.908.527,86	0,00	119.738.655,00	9.930.629,00	3.475.720,15
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	17,5	129.241,00	0,00	-0,49	1.119.994,31	0,00	5.540.385,00	961.430,00	168.250,25
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	18,0	1.641.507,00	19.068,42	-775.217,39	2.092.942,48	0,00	11.627.458,23	-1.011.335,22	-182.040,34
Naval Rocha - Sociedade de Const e Reparação Navais, S.A.	45,0	503.218,00	0,00	-36.184,51	969.578,11	0,00	2.488.876,24	1.241.377,41	558.619,83
Magellan	20,0	20.000,00	0,00	0,00	7.118,81	0,00	85.594,05	-14.405,95	-2.881,19
Totais		50.298.709,00	19.068,42	-811.402,39	46.098.161,57	0,00	139.480.968,52	11.107.695,24	4.017.668,70
Relacre		500,00			500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Compensação do Trabalho		42.743,07			42.743,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		50.341.957,07	19.068,42	-811.402,39	46.141.404,64	0,00	139.480.968,52	11.107.695,24	4.017.668,70

2022	%	Custo de Aquisição	Ajustamentos de Transição	Ajustamentos no Património	Participações Financeiras 31/12/2022	Valor Ativos Financeiros	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganhos / Perdas Imputados
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	35,0	48.004.743,00	0,00	0,00	38.432.807,71	0,00	109.808.026,00	-26.491.968,00	-9.272.188,80
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	17,5	503.218,00	0,00	0,00	832.050,02	0,00	4.754.510,00	627.307,00	109.778,73
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	18,0	1.641.507,00	19.068,42	0,00	2.274.462,55	0,00	12.635.903,05	837.699,90	0,00
Naval Rocha - Sociedade de Const e Reparação Navais, S.A.	45,0	129.241,00	0,00	0,00	953.338,41	0,00	2.118.528,68	903.575,19	406.608,84
Totais		50.278.709,00	19.068,42	0,00	42.492.658,68	0,00	129.316.967,73	-24.123.385,91	-8.755.801,24
Relacre		500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Compensação do Trabalho		40.206,39	0,00	0,00	40.206,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		50.319.415,39	19.068,42	0,00	42.533.365,07	0,00	129.316.967,73	-24.123.385,91	-8.755.801,24

O valor indicado na Demonstração de Resultados Consolidados por naturezas no montante de 3.994.069,66 euros, não considera os direitos minoritários no valor de 23.599,04 euros referentes à EXTRA.

Em relação ao Acordo Parassocial celebrado em 24 novembro de 2017 com a Thunderwaves, acionista maioritária da participada EID, S.A., no âmbito da operação de privatização parcial, através do qual a data acionista EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação (cuja posição contratual foi posteriormente assumida pela idD Portugal Defence, S.A.) e o outro acionista público (IAPMEI) cederam os seus direitos de crédito sobre a sua quota parte nos dividendos desta participada, cuja distribuição aos acionistas seja deliberada em AG, durante um período de 6 anos e no caso da idD Portugal Defence S.A. até ao montante máximo de 2.700.000,00 euros.

Assim, relativamente à EID, a idD Portugal Defence S.A., regista na respetiva conta de investimentos financeiros na ótica consolidada, a variação do valor resultante da aplicação do MEP à sua participada, na parte correspondente à quota parte da flutuação do resultado líquido da participada, por contrapartida da conta de rendimentos ou gastos correspondentes do exercício, na parte correspondente à flutuação de outras rubricas do capital próprio da participada por contrapartida da rubrica de ajustamentos em participações financeiras no capital próprio consolidado da idD Portugal Defence S.A..

No entanto, em virtude da cessão do direito aos dividendos clausulada no Acordo Parassocial celebrado com o acionista maioritário desta participada, para anular o impacto no valor da participada resultante da aplicação do MEP (quando os resultados são positivos existindo condições para a distribuição de dividendos) há que registar em paralelo a flutuação simétrica do valor da obrigação associada à cessão de dividendos (restaurando o equilíbrio patrimonial e do impacto no resultado do exercício).

O exercício de 2023 foi o último ano do Acordo Parassocial.

6 – Inventários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários da empresa apresentavam os seguintes saldos e composição:

INVENTÁRIOS 2023	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos e trabalhos em curso	Adiantamentos conta compras	Total
Quantias brutas	0,00	781.083,84	1.024,71	0,00	782.108,55
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantias (líquidas) escrituradas	0,00	781.083,84	1.024,71	0,00	782.108,55

INVENTÁRIOS 2022	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos e trabalhos em curso	Adiantamentos conta compras	Total
Quantias brutas	0,00	891.429,63	8.334,08	646.050,50	1.545.814,21
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantias (líquidas) escrituradas	0,00	891.429,63	8.334,08	646.050,50	1.545.814,21

7 – Clientes, contribuintes e utentes

O Conselho de Administração da idD Portugal Defence S.A. entende (e, nos casos aplicáveis, com base na informação recebida dos Conselhos de Administração das participadas que integram o perímetro de consolidação) que, nas datas indicadas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor, não existindo a necessidade de qualquer ajustamento por reconhecimento imparidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de clientes apresentava os saldos e composição apresentados na tabela seguinte.

CLIENTES	2023	2022
Clientes IDD	233.886,77	1.568,40
Clientes Arsenal do Alfeite	320.277,03	192.709,44
Clientes ETI	257.943,29	208.088,00
Clientes Extra	0,00	0,00
	812.107,09	402.365,84

8 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	SALDO DEVEDOR		SALDO CREDOR	
	2023	2022	2023	2022
IVA	61.892,23	217.660,51	964.420,19	1.061.959,83
IRC	82.695,79	93.471,18	41.227,69	98.299,74
IRC - PEC	0	0,00		27.956,89
SEGURANÇA SOCIAL	0	0,00	130.251,93	117.428,78
CAIXA GERAL APOSENTAÇÕES	0	0,00	151.582,51	162.162,32
FUNDOS DE COMPENSAÇÃO	0	0,00		416,74
IRS - RET. FONTE - TRAB. DEPENDENTE	0	0,00	125.381,70	133.570,36
IRS - RET. FONTE - TRAB. INDEPENDENTE	0	0,00	602,68	2.019,25
IRS - RET. FONTE - CAPITAIS	152,08	1.556,51	4,19	0,00
IRS - RET. FONTE - PREDIAIS	3879,92	3.772,85	0,00	0,00
ADSE	0	0,00	29,61	534,74
Fundo Garantia Compensação Trabalho	0	0,00	0,00	429,49
	148.620,02	316.461,05	1.413.500,50	1.604.778,14

9 - Outras contas a receber e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas “outras contas a receber” e “outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2023	2022
Empordef - Faturas Empordef em nome da idD	72.101,17	72.101,17
Dividendos	43.911,55	0,00
Fundo de compensação do trabalho	12.237,53	11.028,40
Pessoal	2.846,63	3.398,86
AA - Prestações de serviços em curso	1.583.862,00	686.705,00
ETI - Rédito de projetos em curso	134.213,38	286.210,44
Outros devedores	237.505,43	611.356,37
Acertos seguro Acidentes de Trabalho	0,00	0,00
Acréscimo de Rendimentos - Mercado civil	0,00	25.055,77
Acréscimo de Rendimentos - MEAP	0,00	18.950,82
	2.086.677,69	1.714.806,83

A rubrica **outras contas a receber**, é composta essencialmente pelos serviços em curso, relativos ao rédito de projetos em curso, os quais resultam da aplicação da Norma 13 dos Rendimento de Transações com Contraprestação, na Arsenal do Alfeite (1.583.862 €) e na ETI (134.213,38 €), e que essencialmente tem como objetivo o reconhecimento, com base no grau de execução dos trabalhos, os rendimentos do exercício e os rendimentos futuros.

Do valor de 237.505,43 euros inscrito em outros devedores, 230.944,79 respeitam referem-se a um adiantamento efetuado pela Arsenal do Alfeite à empresa TKMS, referente à aquisição de materiais para o Submarino Tridente.

Os valores em dívida pela DGTF resultam dos encargos suportados pela idD relativos à renda e manutenção das instalações no 7.º piso do edifício da Braamcamp, no período pós liquidação da EMPORDEF SGPS SA – Em Liquidação e com o relatório emitido pelo ROC independente Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda.

DGTF (Despesas redebitadas)	2023	2022
Rendas Braamcamp (1º semestre 2020)	31.887,60	31.887,60
Avaliação participações sociais SROC (Carlos Teixeira)	24.587,70	24.587,70
Encargos redebitados DGTF - Limpeza	1.614,70	1.614,70
Encargos redebitados DGTF - Eletricidade	1.224,86	1.224,86
Encargos redebitados DGTF - Vigilância	946,62	946,62
Encargos redebitados DGTF - Água	197,39	197,39
Encargos redebitados DGTF - Comunicações	1.296,73	1.296,73
Saldo Final	61.755,60	61.755,60

Handwritten signature/initials in blue ink.

DGTF (Despesas não redebitadas)	2023	2022
Claranet - Serviços IT	6.788,06	6.788,06
Altice Portugal	1.397,75	1.397,75
Neolimpe - Limpeza	1.221,75	1.221,75
Outros encargos	938,01	938,01
Saldo Final	10.345,57	10.345,57

Total DGTF	72.101,17	72.101,17
-------------------	------------------	------------------

Nas tabelas seguintes correspondentes a **outras contas a pagar** à data de 31 de dezembro de 2023, destacam-se os subsídios não monetários relacionados com ativos tangíveis depreciados que são reconhecidos no Património Líquido, ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, bem como o valor de 2.870.366,35 € referente ao PRR New Space Portugal.

OUTRAS CONTAS A PAGAR	2023	2022
Subsídios não monetários - bens concessionados	12.151.072,62	12.684.730,01
Total médio-longo prazo	12.151.072,62	12.684.730,01

DGTF (Ex Empordef)	488.298,72	423.801,71
Remunerações a liquidar	1.732.475,38	1.767.182,04
Magellan Orbital	2.870.366,35	0,00
Outros acréscimos de gastos	780.111,62	1.278.803,76
Renda - contrato de concessão	400.936,97	290.878,06
Subsídios não monetários - bens concessionados	550.000,00	550.000,00
Bombeiros Alcohete	7.890,00	0,00
ROC	16.125,00	14.700,00
Pessoal	47.493,72	5.245,38
Credores diversos	1.000,00	1.000,00
EID Cessão de dividendos	868.386,73	1.653.938,44
Sucatas	0,00	67.201,99
Outros devedores e credores	367.078,22	59.710,69
Seguro Ac. Trabalho	6.045,18	0,00
Total curto prazo	8.136.207,89	6.112.462,07

Total outras contas a pagar	20.287.280,51	18.797.192,08
------------------------------------	----------------------	----------------------

Conforme referido nas Notas 5 Ativos ou Investimentos financeiros (Participações Financeiras); 11.5 Ajustamentos em ativos financeiros e 27 Ganhos e perdas resultantes da aplicação do MEP às participadas, foi celebrado em 24 novembro de 2017 com a Thunderwaves, acionista maioritária da participada EID, S.A., no âmbito da operação de privatização parcial um Acordo Parassocial, através do qual à data acionista EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação (cuja posição foi posteriormente assumida pela idD Portugal Defence, S.A.) e o outro acionista público IAPMEI, cederam os seus direitos de crédito sobre a sua quota parte nos dividendos desta participada, cuja distribuição aos acionistas seja deliberada em AG, durante um período de 6 anos e no caso da idD Portugal Defence S.A. até ao montante máximo de 2.700.000,00 euros.

CT CF
S

Uma vez que a EMPORDEF SGPS – Em Liquidação e subsequentemente a idD Portugal Defence, S.A. votaram contra as contas relativas aos exercícios findos em 30 abril de 2019 (2018) e 30 de abril de 2020 (2019), e tendo as primeiras sido judicialmente impugnadas, razão pela qual a idD Portugal Defence, S.A., por uma questão de prudência reconheceu nesta rubrica a responsabilidade potencial associada à cessão do direito aos dividendos à acionista Thunderwaves no montante de 1.653.938,44 euros, dos quais 264.313,65 euros referentes ao exercício de 2018, 521.238,06 euros referentes ao exercício de 2019, 717.600,75 euros referentes ao exercício de 2020 e 150.785,98 euros referentes ao exercício de 2021.

Em 2023, a EID procedeu ao pagamento de dividendos referentes aos exercícios de 2018 e 2019 no valor de 264.313,65 euros e 521.238,06 euros respetivamente.

Assim, o saldo de 868.386,73 € agrega a totalidade das responsabilidades pendentes mínimas da cessão de dividendos resultante do Acordo Parassocial celebrado com a Thunderwaves relativamente à EID, S.A., cujas contas não são aceites pelos acionistas públicos. O acordo de cessão terminou em 2023.

O saldo devedor à DGTF - Direção Geral Tesouro e Finanças, no montante de 488.298,72 euros corresponde a uma dívida que a idD Portugal Defence, S.A. (à data idD -Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.) tinha com a EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação, cujo saldo é maioritariamente composto por rendas vencidas e não liquidadas (referente às instalações industriais de Alcochete onde se procede à atividade de Desmilitarização).

O saldo de 788.211,62 euros é repartido pelos acréscimos registados no Arsenal do Alfeite (338.222,99 €) e na ETI (443.635,58 €).

No caso do Arsenal do Alfeite, respeitam a gastos com eletricidade e gás (114.686,22 €), gastos com seguros (67.226,20 €), gastos com a Revisão Legal de Contas (8.100,00 €), gastos com subcontratos (38.486,74 €) e gastos com multas referentes a contraordenações aplicadas pelo IGAMAOT (86.444,42€) referentes ao exercício de 2023, mas faturados em 2024.

No caso da ETI, o valor de 443.635,58 euros respeita a encargos futuros com Pessoal e com projetos financiados pelo PRR e FED.

10 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	2023	2022
Seguros	37.315,48	39.097,59
Software	5.909,71	0,00
Rendas	11.910,80	11.398,50
Outros gastos diferidos	7.015,62	6.561,03
Total	62.151,61	57.057,12

Esta rubrica compreende essencialmente, no período findo em 31 de dezembro de 2023, a montantes pagos referentes a seguros do AA e rendas da ETI em Lazarim.

DIFERIMENTOS PASSIVOS	2023	2022
Rendas	2.734,46	2.557,00
Contratos plurianuais	5.857.069,33	9.376.463,70
Rendimentos diferidos	790,55	790,55
Academia do Arsenal do Alfeite	1.256.973,89	0,00
Total	7.126.020,08	9.379.811,25

No que respeita aos diferimentos passivos, destaca-se a rubrica de contratos plurianuais, cujo valor de 5.857.069,33 €, resulta da aplicação da Norma 13 dos Rendimentos de Transações com Contraprestação, na Arsenal do Alfeite (5.354.048 €) e na ETI (503.021,33 €) e que essencialmente tem como objetivo o reconhecimento, com base no grau de execução dos trabalhos, os rendimentos do exercício e os rendimentos futuros.

Em relação à Academia do Arsenal do Alfeite, o valor de 1.256.973,89 €, é referente a um subsídio recebido no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência relacionado com o Investimento TC-C10-i03.02 “Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval: Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)”.

11 - Património

Neste apartado serão detalhadas as evoluções das distintas rubricas que compõem o Património Líquido ou Capital Próprio da sociedade.

11.1 - Património Realizado

O capital social no montante de 104.500.000,00 euros está representado por 20.900.000 ações (com o valor nominal de 5 € cada), sendo a sua única acionista a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças.

11.2 - Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica no montante total de 1.991.000,00 euros corresponde a prestações acessórias de capital, com origem em empréstimos realizados pela anterior acionista (a extinta EMPORDEF SGPS, S.A.) à idD, durante os anos de 1998 a 2001 e que em março de 2002 foram convertidos em prestações acessórias e que se destinaram a financiar a aquisição e construção da UDME – Unidade de Destruição de Munições e Explosivos. Deste total, 641.000,00 euros vencem juros à taxa Euribor a 12 meses + spread de 1,25%, sendo que os restantes 1.350.000,00 euros não são remunerados nem têm prazo reembolso definido.

11.3 - Reservas

Nesta rubrica são agregadas as reservas legais e as reservas livres, discriminando-se abaixo os seus valores, visto que umas apenas poderão ser incorporadas em aumentos de capital ou na cobertura de prejuízos (reservas legais) e outras serão passíveis de distribuição pelos acionistas (reservas livres).

11.3.1 - Reservas Legais

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido positivo anual é destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que represente, no mínimo, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobertura da parte dos prejuízos acumulados que não o possam ser através do resultado positivo do período ou de outras reservas, por um lado, ou para incorporação no capital, pelo outro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta rubrica ascendia a 15.304,03 euros.

11.3.2 - Reservas Livres

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não estavam constituídas quaisquer reservas livres.

11.4 - Resultados Transitados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava os seguintes saldos e movimentos:

RESULTADOS TRANSITADOS	2023	2022
Saldo Inicial	-20.028.458,98	-15.683.945,92
Aplicação resultado líquido	-10.931.894,82	-4.344.513,06
EID Cessão de dividendos	264.313,65	0,00
Saldo Final	-30.696.040,15	-20.028.458,98

Destaca-se o movimento ocorrido nesta rubrica de 264.313,65 €, resultante da distribuição de dividendos da EID.

CF
CT

11.5 - Ajustamentos em Ativos Financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica apresentava os seguintes saldos e movimentos:

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	2023	2022
Ajustamento - Cap. Próprios EDISOFT, S.A.	7.727,04	-5.462,36
Ajustamento - Cap. Próprios EID, S.A.	-233.075,18	-756.669,24
Ajustamento MEP - ETI, S.A.	0,17	0,17
Ajustamento MEP - NAVAL ROCHA, S.A.	-0,49	0,00
Saldo Final	-225.348,46	-762.131,43

Os ajustamentos identificados resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial às participadas detidas a 31/12/2023 e 31/12/2022, e reflete a flutuação de capital próprio excluindo o resultado líquido.

11.6 - Outras Variações no Património Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica apresentava os seguintes saldos e movimentos:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	2023	2022
Ajustamentos Arsenal do Alfeite	51.212.317,00	51.212.317,00
Ajustamentos Arsenal do Alfeite	-7.464.177,37	-5.626.024,12
	43.748.139,63	45.586.292,88
Ajustamento Extra, S.A.	0,00	1.835,73
Ajustamento Extra	1.627.982,35	1.627.982,35
Saldo Final	45.376.121,98	47.216.110,96

No registo da participação, os bens cedidos a título de concessão de uso do Arsenal do Alfeite, no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial poderiam produzir um efeito adicional nos capitais próprios da sua acionista no montante de 51.212.317 euros, tendo sido efetuado um ajustamento positivo dessa magnitude, anualmente o impacto da amortização no valor teórico da concessão das instalações e equipamentos da Arsenal do Alfeite, S.A., que não é refletido através dos resultados líquidos da participada, é deduzido nesta rubrica, sendo o seu saldo em 2023 43.748.139,63 €, que transitou para a rubrica de ajustamentos em ativos financeiros.

No que se refere à EXTRA, S.A. o valor do ajustamento no montante de 1.627.982,35 euros, reflete o impacto correspondente à reposição no capital próprio da participada do efeito do desconhecimento dos créditos na valorização deste ativo (valor contabilístico), mantendo-se o ajustamento negativo da quota-parte (i.e. 1.046.500,00 euros) correspondente à contingência ambiental quantificada pelo auditor independente no montante de 1.750.000,00 euros. O montante de 1.627.982,35 euros transitou para a rubrica de ajustamentos em ativos financeiros

CF

11.7 - Apuramento do Resultado Líquido Consolidado por Ação

O resultado líquido consolidado por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi determinado da seguinte forma:

RESULTADO LIQUIDO	2023	2022
Resultado líquido do Período	1.280.548,74 €	-10.906.839,32 €
Número de ações	20.900.000	20.900.000
Resultado básico por ação	0,06 €	-0,52 €

12 – Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica compreende:

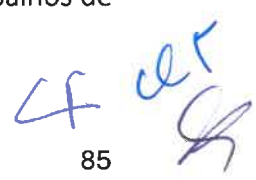
PROVISÕES	2023	2022
Processos judiciais em curso	115.743,72	50.867,93
Impostos, contribuições e juros de mora	26.810,75	26.810,75
Contratos Onerosos - Arsenal do Alfeite	2.071.891,00	1.881.579,00
Descontaminação dos terrenos - Extra	1.750.000,00	1.750.000,00
Formação Profissional	22.724,21	23.674,56
Total	3.987.169,68	3.732.932,24

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica **Provisões para processos judiciais** respeita essencialmente a uma ação especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, intentada por um trabalhador, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. O processo deu entrada em tribunal no dia 10.10.2023 e foi constituída uma provisão pelo valor peticionado de 115.455,31.

Manteve-se a provisão para **impostos, contribuições e juros de mora** associada a uma possível contingência de dotações/contribuições para os fundos de compensação de trabalho e garantia de compensação de trabalho (cuja análise está em curso pela Segurança Social), a qual foi reforçada no exercício de 2022, sendo o seu saldo atual de 26.810,75 euros.

O saldo da rubrica **contratos onerosos – Arsenal do Alfeite**, a 31 de dezembro de 2023 no montante de 2.071.891,00 €, corresponde à perda esperada em diversos contratos de prestação de serviços.

A provisão no montante de 1.750.000,00 euros, referente à **descontaminação de terrenos** da sociedade Extra, S.A. e corresponde a uma estimativa dos custos a incorrer com um estudo de identificação e quantificação de contingências ambientais, eventuais medidas de mitigação e realização de eventuais trabalhos de descontaminação, dado o uso passado do terreno para fabricação de munições e respetivos ensaios e dos trabalhos de desmilitarização nas últimas décadas.



Existe uma provisão associada a **formação profissional não ministrada**, cuja valor se estima em 22.724,21 €, decorrente do previsto na lei 7/2009 de 12 de fevereiro, que aprovou a revisão do Código de trabalho, onde se prevê que o empregador deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador;

As horas de formação que não sejam asseguradas pelo empregador até ao termo dos dois anos posteriores ao seu vencimento, transformam-se em crédito de horas em igual número para formação por iniciativa do trabalhador. Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente ao número mínimo anual de horas de formação que não lhe tenha sido proporcionado, ou ao crédito de horas para formação de que seja titular à data da cessação.

13- Fornecedores

Neste apartado serão detalhadas os saldos e respetiva antiguidade das distintas rubricas de fornecedores nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

O Conselho de Administração da idD Portugal Defence S.A. entende (e, nos casos aplicáveis, com base na informação recebida dos Conselhos de Administração das participadas que integram o perímetro de consolidação) que, nas datas indicadas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

13.1 – Fornecedores conta corrente

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições de bens ou serviços decorrentes do curso normal das atividades nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

FORNECEDORES	2023	2022
Fornecedores IDD	81.671,09	55.435,88
Fornecedores Arsenal do Alfeite	2.835.367,47	1.709.487,33
Fornecedores ETI	88.792,74	127.565,95
Fornecedores Extra	0,00	1.783,50
	3.005.831,30	1.894.272,66

IDD	81.671,09	0,00	0,00	0,00	0,00	81.671,09
Arsenal do Alfeite	2.835.367,47	0,00	0,00	0,00	0,00	2.835.367,47
ETI	88.792,74	0,00	0,00	0,00	0,00	88.792,74
Extra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.005.831,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.005.831,30

13.2 – Fornecedores de Investimento

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições de bens ou serviços decorrentes dos investimentos em curso, nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS	2023	2022
Fornecedores IDD	0,00	0,00
Fornecedores Arsenal do Alfeite	472.771,41	28.040,18
Fornecedores ETI	0,00	0,00
Fornecedores Extra	0,00	0,00
	472.771,41	28.040,18

14 - Financiamentos Obtidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica nas sociedades que integram o perímetro de consolidação apresentava os seguintes saldos:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2023	2022
Extra	131.048,92	131.048,92
Médio Longo Prazo	131.048,92	131.048,92
Total	131.048,92	131.048,92

O valor de 131.048,92 euros, é referente à Infacal, Lda, e respeita ao saldo remanescente de empréstimos concedidos pela extinta Ribeira D'Atalaia, S.A. à sua participada Extra – Explosivos da Trafaria, S.A.

Este montante ficou formalizado através do acordo parassocial celebrado em 04 de dezembro de 2014 entre a Infacal, Gestão de Investimentos, Lda, a Empordef SGPS, S.A. e a Maxamcorp, Holdings, S.A. assim como do acordo de dação em cumprimento, celebrado em 3 de dezembro de 2014 entre a Infacal – Gestão de Investimentos, Lda.

act 4f
G

15 – Acionista

Face à decisão do Conselho de Administração, em atender à determinação do acionista em reconhecer como passivo financeiro, os direitos de crédito sobre empresas participadas, foi revertida a provisão constituída em 2021, e reconhecido como dívida ao acionista o montante de 3.599.997,96 euros, que se decompõe da seguinte forma:

ACIONISTA	2023	2022
Direitos de credito DGTF - EEN Capital	1.402.434,88	1.402.434,88
Direitos de credito DGTF - EEN juros	14.031,93	14.031,93
Direitos de credito DGTF - Extra Capital	407.270,34	407.270,34
Direitos de credito DGTF - Extra juros	9.843,36	9.843,36
Direitos de credito DGTF - Extra CC	10.719,40	10.719,40
Direitos de credito DGTF - EXTRA PAC	44.663,59	44.663,59
Direitos de credito DGTF - Naval Rocha Capital	261.000,00	261.000,00
Direitos de credito DGTF - Naval Rocha PAC	751.500,00	751.500,00
Direitos de credito DGTF - ETI PAC	698.534,40	698.534,40
Total	3.599.997,96	3.599.997,96

16 – Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa normal 21%, sendo a Derrama Municipal fixada para o concelho de Lisboa em 2023 a taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais gerados em 2014 a 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos. Os prejuízos fiscais gerados de 2017 a 2020 podem ser reportados por um período de 5 anos.

De acordo com o preconizado no n.º 1 do Art.º 41-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na determinação do lucro tributável de uma sociedade, poderá ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % do montante das entradas realizadas em dinheiro até ao limite de 2.000.000 euros, sujeito às restrições das alíneas c.) e d.) do mesmo artigo.

Na tabela seguinte são apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o cálculo do imposto sobre o rendimento das sociedades que integram o perímetro de consolidação:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 2023	IDD	AA	ETI	EXTRA	2023
Resultado antes de imposto	1.293.129,62	-1.861.822,76	-420.484,74	74.782,27	-914.395,61
Diferenças permanentes	-1.800.708,81	0,00	0,00	0,00	-1.800.708,81
Utilização prejuízos anos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Tributável	-507.579,19	-1.861.822,76	-420.484,74	74.782,27	-2.715.104,42
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Imposto á taxa normal	0,00	0,00	0,00	15.704,28	15.704,28
Derrama	0,00	0,00	0,00	373,91	373,91
Derrama Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	16.078,19	16.078,19
Diferenças permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças temporárias	0,00	-42.820,20	0,00	0,00	-42.820,20
Tributações Autônomas	7.788,50	4.391,18	8.177,09	0,00	20.356,77
Outras					0,00
Imposto corrente	-12.580,88	38.429,02	-8.177,09	-16.078,19	1.592,86
Taxa efetiva de imposto	0,97%	2,06%	-1,94%	21,50%	0,17%
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 2022	IDD	AA	ETI	EXTRA	2022
Resultado antes de imposto	-10.931.894,82	1.129.556,33	-493.026,60	79.397,61	-10.215.967,48
Diferenças permanentes	8.329.574,96	0,00	0,00	0,00	8.329.574,96
Utilização prejuízos anos anteriores	0,00	-1.315.543,17	0,00	0,00	-1.315.543,17
Resultado Tributável	-2.602.319,86	-185.986,84	-493.026,60	79.397,61	-3.201.935,69
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Imposto á taxa normal	0,00	-39.057,24	0,00	16.673,50	-22.383,74
Derrama	0,00	19.733,15	0,00	0,00	19.733,15
Derrama Estadual	0,00	4.332,87	0,00	396,99	4.729,86
	0,00	-14.991,22	0,00	17.070,49	2.079,27
Diferenças permanentes	0,00	44.962,00	0,00	0,00	44.962,00
Diferenças temporárias	0,00	245.917,83	-102.535,59	0,00	143.382,24
Tributações Autônomas	2.814,16	5.167,70	4.488,40	0,00	12.470,26
Outras	0,00	63.161,25	0,00	0,00	63.161,25
Imposto corrente	-2.814,16	-344.217,56	98.047,19	-17.070,49	-266.055,02
Taxa efetiva de imposto	-0,03%	30,47%	19,89%	21,50%	-2,60%

CF CCF

17. Rendimento de transações com contraprestação

VENDAS	2023	2022
IDD	72.918,55	14.565,60
ARSENAL	800,00	38.670,32
Total	73.718,55	53.235,92

PRESTAÇÃO SERVIÇOS	2023	2022
IDD	2.610.162,86	73.497,47
ARSENAL	21.996.283,70	19.210.052,30
ETI	938.330,77	948.375,01
EXTRA	0,00	0,00
Total	25.544.777,33	20.231.924,78

O montante reconhecido na rubrica “prestações de serviços” está relacionado, essencialmente com a atividade de reparação naval realizada pela Arsenal do Alfeite para a Marinha Portuguesa, pela atividade de desmilitarização de munições e explosivos dos ramos das Forças Armadas e em relação à ETI, o valor resulta da prestação de serviços com os projetos (P208, P216, P233 e P234)

No que se refere à Arsenal do Alfeite, do valor das prestações de serviços, 21.996.283,70 euros, respeitam a contratos plurianuais, sendo o seu rédito calculado de acordo com a NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação. No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos contratos em curso.

Ganhos esperados em diversos contratos	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	32.736.706	18.011.575	14.725.130
Gastos dos Contratos	-28.582.231	-15.374.970	-13.207.261
Resultado (Nota 13)	4.154.475	2.636.605	1.517.870

Proj 751 NRP Tridente - PR011+DO011	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	18.661.038	12.314.419	6.346.619
Gastos dos Contratos	-15.999.962	-10.558.881	-5.441.082
Resultado (Nota 13)	2.661.076	1.755.538	905.538

Proj 782 NRP Gago Coutinho - Docagem e Revisão Intermédia RI01	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	3.953.348	2.417.077	1.536.271
Gastos dos Contratos	-3.286.652	-2.009.381	-1.277.271
Resultado (Nota 13)	666.696	407.696	259.000

Proj 808 NRP Douro - PR001	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	1.835.971	905.868	930.103
Gastos dos Contratos	-1.739.235	-858.080	-881.155
Resultado (Nota 13)	96.736	47.789	48.948

Proj 837 - NRP Álvares Cabral - PR031	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	5.964.259	735.393	5.228.866
Gastos dos Contratos	-5.802.085	-715.397	-5.086.689
Resultado (Nota 13)	162.174	19.997	142.177

Proj 838 NRP Sagres - PR032	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	764.006	709.456	54.550
Gastos dos Contratos	-587.927	-545.937	-41.990
Resultado (Nota 13)	176.079	163.519	12.560

Proj 845 NRP Vasco da Gama - Modernização	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	1.082.957	720.924	362.032
Gastos dos Contratos	-773.561	-514.961	-258.600
Resultado (Nota 13)	309.395	205.963	103.432

Proj 851 NRP Cuanza	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	475.127	208.438	266.689
Gastos dos Contratos	-392.808	-172.334	-220.474
Resultado (Nota 13)	82.319	36.104	46.215

Perdas esperadas em diversos contratos	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	18.302.296	14.564.160	3.738.136
Gastos dos Contratos	-30.254.586	-24.444.557	-5.810.029
Resultado (Nota 13)	-11.952.290	-9.880.397	-2.071.893

Proj 682 Salva Vidas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	2.835.167	2.030.830	804.337
Gastos dos Contratos	-6.765.573	-4.846.492	-1.919.081
Resultado (Nota 15)	-3.930.406	-2.815.662	-1.114.744

Proj 705 NRP Arpão	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	4.106.028	4.032.119	73.909
Gastos dos Contratos	-6.865.053	-6.741.628	-123.425
Resultado (Nota 15)	-2.759.025	-2.709.509	-49.516

Proj 733 Lanchas Argos, Centauro e Albatroz	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	492.932	319.617	173.315
Gastos dos Contratos	-528.246	-342.526	-185.720
Resultado (Nota 15)	-35.314	-22.909	-12.405

Proj 763 PHM ETTAWFIQ	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	9.854.800	8.177.513	1.677.287
Gastos dos Contratos	-15.076.485	-12.509.815	-2.566.670
Resultado (Nota 15)	-5.221.685	-4.332.302	-889.383

Proj 836 - NRP Setúbal RI01	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	790.176	1.580	788.596
Gastos dos Contratos	-795.692	-1.582	-794.110
Resultado (Nota 15)	-5.516	-2	-5.514

Proj 855 - Desmontagens, Abate - BÉRRIO	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2023	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2024
Rédito dos Contratos	223.193	2.500	220.693
Gastos dos Contratos	-223.536	-2.514	-221.023
Resultado (Nota 15)	-344	-14	-330

Em relação à ETI, do valor das prestações de serviços em 2023, 503.021,33 euros, que respeitam a contratos plurianuais, sendo o seu rédito calculado de acordo com a NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação. No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos contratos em curso.

Projeto	Custos incorridos totais	Réditos reconhecidos totais
P208	70.864,96	176.879,50
P216	72.051,59	112.188,46
P233	72.399,66	201.341,28
P234	16.447,56	34.152,75

18 - Transferências correntes e subsídios à exploração

Na tabela seguinte são apresentados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as transferências correntes e os subsídios à exploração recebidas pelas sociedades que integram o perímetro de consolidação:

SUBSIDIOS	2023	2022
Protocolo MDN e IdD	1.000.000,00	1.000.000,00
MEAP	202.653,18	100.000,00
PPR Aeronext	47.728,06	62.046,47
Arsenal do Alfeite - H2020 - BUGWRIGHT 2	19.861,66	528,65
ETI	285.523,02	98.487,93
Total	1.555.765,92	1.261.063,05

A rubrica “transferências correntes e subsídios à exploração obtidos” compreende o montante de 1.000.000,00 euros, referente ao protocolo assinado em 13 de fevereiro de 2015 entre o Ministério da Defesa Nacional e a idD – Portugal Defence, S.A, incluindo também 202.653,18 euros do Projeto MEAP e 47.728,06 euros do PRR Aeronext.

Na Arsenal do Alfeite, regista-se uma verba de 19.861,66 euros no âmbito do projeto H2020-BUGWRIGHT este projeto visa abrir novas possibilidades para a inspeção e manutenção por robôs (novas tecnologias), desenvolvendo e demonstrando uma solução robótica adaptável para lidar com grandes estruturas, como cascos externos de navios ou tanques de armazenamento, produzindo mudanças graduais nas capacidades das tecnologias robóticas de inspeção.

Na ETI, os subsídios à exploração respeitam a projetos com várias entidades: IAPMEI, ADC/ANI e FED/Thales

CCF cf

19 - Trabalhos para a própria entidade

Na tabela seguinte são apresentados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os trabalhos para a própria entidade das sociedades que integram o perímetro de consolidação, repartindo-se pelo Arsenal do Alfeite (140.776 €) e pela ETI (6.014 €).

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2023
Reparação do torque do grove 2	7.394,08
Instalação do sistema de segurança perimétrica, intrusão e controlo de acessos , no edifício da DAS	47.845,06
Substituição do tabuado da zorra de 15T	21.686,01
Reparação do reservatório de ar dos travões do grove n.º 2	9.776,52
Manutenção e reparação da embarcação Alfeite 1	52.511,03
Reparação do acelerador e sistema de segurança do (grove 2)	1.562,89
Projeto de IDI – Training Analytics (DMI)	6.014,49
Total	146.790,08

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2022
Construção de "jigs and tools" para capacitação de manutenção dos submarinos	4.317,26
Aquisição de equipamentos/material de inventário e armazém - capacitação em manutenção de	165,51
Reparação/beneficiação das duas bombas de incêndio interiores da doca seca.	2.096,88
Revisão da comporta da doca seca	218.053,67
Reparação do mecanismo de controle da saída do cabo do grove RT-628	1.102,26
Instalação do chaveiro - Academia - Edifício DAS	1.858,28
Manutenção/substituição dos picadeiros da doca seca	429,62
Manutenção dos picadeiros de madeira da doca seca	74.526,07
Reparação do torque do grove 2 (RT628)	21.479,10
Instalação do novo serrote na ATCD/DPA	8.223,49
Projeto de IDI - Treino e Realidade Virtual	58.598,62
Projeto de IDI – Carl Gustav	32.794,91
Total	423.645,67

20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Na rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas estão compreendidas, no caso da IdD, as matérias-primas adquiridas para o funcionamento da U.D.M.E. (Unidade de Destruição Materiais e Explosivos).

CMVMC 2023	Saldo Inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Adiantamentos	Saldo Final	CMVMC
IdD	9.325,94	36.451,09	40.392,63	0,00	0,00	5.384,40	40.392,63
Arsenal do Alfeite	890.437,77	3.626.017,14	3.729.176,96	-10.553,80	0,00	776.724,15	3.729.176,96
ETI	0,00	71.604,74	71.604,74	0,00	0,00	0,00	71.604,74
Total						782.108,55	3.841.174,33

CMVMC 2022	Saldo Inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Adiantamentos	Saldo Final	CMVMC
IdD	7.890,44	2.112,00	676,50	0,00	0,00	9.325,94	676,50
Arsenal do Alfeite	895.809,74	1.543.375,20	1.552.724,61	3.977,44	646.050,50	1.536.488,27	1.552.724,61
ETI	0,00	73.761,84	73.761,84	0,00	0,00	0,00	73.761,84
Total						1.545.814,21	1.627.162,95

CS 4

21- Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhada conforme se segue:

FSE'S	2023	2022
Trabalhos Especializados	374.062,01	430.676,58
- Estudos económico-financeiros	16.200,00	0,00
- Informática	25.219,04	71.116,81
- Revisor Oficial de Contas	42.100,00	42.100,00
- Trab. Especializados - Mercado Nacional	49.889,68	122.816,81
- Trab. Especializados - Mercado Intracomunitário	24.219,39	29.872,36
- Formação ao pessoal	16.069,34	50.805,80
- Outros trabalhos especializados	200.364,56	113.964,80
Rendas e Alugueres	661.965,66	436.949,72
- Renda Imóveis	401.527,30	202.223,12
- Rendas e Alugueres viaturas	31.976,03	31.787,54
- Rendas e Alugueres Equipamentos	105.309,04	104.604,39
- Renda - Contrato Concessão	103.950,42	96.243,61
- Outras Rendas e Alugueres	19.202,86	2.091,06
Pessoal em trabalho temporário	0,00	8.164,49
Honorários	171.626,78	203.476,75
Electricidade	744.207,95	426.206,46
Combustíveis	26.422,28	39.707,33
Conservação e reparação	99.724,40	107.196,90
Limpeza, higiene e conforto	357.467,27	366.133,37
Deslocações e estadas	189.963,45	279.735,38
Comunicação	54.919,52	56.838,48
Seguros	143.264,10	167.276,97
Entalpias	0,00	0,00
Outros	48.597,64	14.157,56
Portagens	4.888,62	4.985,56
Contencioso e notariado	4.400,40	6.988,80
Material escritório	2.221,86	2.023,34
Ferramentas e utensílios desgaste	4.334,32	8.537,19
Água	4.684,58	6.861,87
Publicidade e propaganda	6.478,82	7.368,71
Artigos para oferta	52,04	2.459,03
Feiras internacionais	61.129,34	24.835,00
Vigilância e segurança	31.781,64	35.188,24
Subcontratos	5.491.338,54	3.389.073,99
- Subcontratos - Construção Naval	936.084,70	959.984,48
- Subcontratos - Plataforma	136.052,45	198.727,12
- Subcontratos - Apoio Fabril	176.677,70	116.062,98
- Subcontratos - Gestão de Projetos	3.816.974,42	1.147.847,09
- Subcontratos - Qualidade	2.057,71	33.341,23
- Subcontratos - Logística Marinha Marrocos	62.620,44	713.580,09
- Subcontratos - Mercado Nacional	0,00	53.409,16
- Subcontratos - Mercado Intracomunitário	0,00	0,00
- Subcontratos - Outros	360.871,12	166.121,83
Comissões	1.852,53	10.584,80
Materiais	3.546,88	3.408,76
Gás	155.067,92	200.785,97
Despesas de Representação	1.746,17	577,65
Serviços bancários	1.249,28	4.826,53
Livros e documentação técnica	228,10	0,00
Equipamentos de impressão	3.291,29	3.942,41
Transportes de mercadorias	0,00	0,00
Total	8.650.513,39	6.248.967,84

CCF 4

22- Gastos com Pessoal

A repartição dos “Gastos com o Pessoal” nos exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

GASTOS COM PESSOAL	2023	2022
Encargos sobre Remunerações	2.569.632,69	2.624.439,81
Seguros de Acidentes no Trabalho	332.313,39	288.342,15
Gastos de Ação Social	71.219,91	68.818,99
Outros Gastos com o Pessoal	46.819,58	53.391,06
Outros Encargos Sociais	114.119,67	164.796,32
Total	14.772.381,38	14.513.968,69

RECURSOS HUMANOS	IDD	ARSENAL	ETI	EXTRA	Total
-------------------------	------------	----------------	------------	--------------	--------------

Gastos com Pessoal Efetivo a 31/12/2023	1.829.262,17	11.854.906,21	1.088.213,00	0,00	14.772.381,38
	37	403	32	0	472

Gastos com Pessoal Efetivo a 31/12/2022	1.771.285,51	11.697.136,88	1.044.546,30	1.000,00	14.513.968,69
	37	419	29	0	485

23. Provisões (aumentos / diminuições)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os aumentos ou diminuições da rubrica “Provisões (aumentos/diminuições)” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação, estão identificados na tabela seguinte:

PROVISÕES	2023	2022
Gastos de Reestruturação	0,00	319.920,76
Processos Judiciais em curso	(67.396,46)	0,00
Segurança Social	0,00	(5.666,79)
Formação Profissional não ministrada	(7.282,62)	(6.071,50)
Contratos onerosos	(190.312,00)	860.189,00
Total	(264.991,08)	1.168.371,47

Nos processos judiciais em recurso houve um reforço da provisão no valor de 67.396 €, por via da ação especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento

Na rubrica, relacionada com o processo da segurança social, a mesma foi revertida em 5.666,79 euros.

Na rubrica formação profissional não ministrada, foi atualizada para as horas de formação não ministradas, cujo valor ascende a 22.724,56 euros, atendendo ao disposto na lei 7/2009 de 12 de fevereiro, que aprovou a revisão do Código de trabalho, prevê que o empregador deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através

de um número mínimo anual de horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador; As horas de formação que não sejam asseguradas pelo empregador até ao termo dos dois anos posteriores ao seu vencimento, transformam-se em crédito de horas em igual número para formação por iniciativa do trabalhador. Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente ao número mínimo anual de horas de formação que não lhe tenha sido proporcionado, ou ao crédito de horas para formação de que seja titular à data da cessação.

Em relação à rubrica de contratos Onerosos, que respeitam à Arsenal do Alfeite, e em sequência da aplicação da norma, o saldo entre reforço de provisões e a reversão de provisões resultou num reforço de 190.312 euros.

Esta nota deverá ser lida em conjunto com a Nota 12 – Provisões.

24 - Imparidades (Perdas/Reversões)

Neste apartado serão detalhadas as evoluções das distintas rubricas que registaram movimentos de imparidade (perdas ou reversões) nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

24.1 – Imparidades em investimentos depreciables

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o detalhe da rubrica era o seguinte:

IMPARIDADES	2023	2022
AA - Imparidade de investimentos depreciables	0,00	232.779,13
Total		

O Arsenal do Alfeite celebrou um Acordo com a Marinha Portuguesa em 21 de fevereiro de 2017, para a construção de duas lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos. Para a construção das referidas lanchas foi necessário projetar e construir moldes específicos para apoio à construção dos cascos em material compósito.

Para o projeto de construção das lanchas e com a construção dos moldes, o Arsenal do Alfeite incorreu num custo total de 1.763.275,96€ apurado a 31/12/2023.

O Acordo de construção previa a entrega das lanchas em 2017 e 2018. No final do ano 2021 foi entregue a primeira embarcação Salva-Vidas. Apesar do Acordo de Construção prever a possibilidade de opção pela construção de mais duas embarcações, a mesma não foi manifestada pela Marinha Portuguesa até ao presente.

Os PTI n.ºs 43766 e 43767 já estão totalmente amortizados, pelo que foram revertidas as imparidades relacionadas com estes bens.

25- Outros rendimentos e ganhos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os “Outros rendimentos e ganhos” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação, reconhecidos como rendimentos do exercício estão identificadas na tabela seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2023	2022
AA - Subsídio não monetário - bens concessionados	2.371.810,64	2.371.656,26
IDD - Parque Aeronáutico Alverca - IMI	119.077,60	118.795,54
Correções Exercícios Anteriores	11.534,76	0,00
Cessão de Exploração SPEL/Maxampor	107.109,72	105.009,48
AA - Aluguer de espaços e equipamento	12.770,50	16.229,92
Rendas	15.542,00	15.041,28
Outros	184.806,17	52.356,74
Total	2.822.651,39	2.679.089,22

No Arsenal do Alfeite, S.A. os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados são reconhecidos como um ganho do exercício no montante de 2.371.810,64 euros.

IDD - Parque Aeronáutico de Alverca - Este rendimento recorrente corresponde ao montante do IMI – Imposto Municipal de Imóveis, especializado pela idD para o exercício fiscal de 2023, referente ao Parque Aeronáutico de Alverca, que será redebitado/faturado à participada OGMA, S.A. no ano de 2024. Paralelamente, este montante de IMI a pagar é reconhecido/especializado em outros gastos e perdas no exercício correspondente de tributação, embora só seja liquidado no ano seguinte. O saldo especializado nesta rubrica de outros rendimentos e ganhos será anulado por emissão da refaturação à participada OGMA, S.A., e o saldo da especialização do gasto associado ao IMI – Parque Aeronáutico Alverca – será anulado por liquidação do IMI.

O rendimento com origem na participada Extra, S.A. no montante de 107.109,72 euros corresponde ao valor anual das rendas associadas ao Contrato de Cessão da Exploração industrial celebrado com a Maxampor, S.A. (originalmente denominada SPEL, S.A.).

26 - Outros gastos e perdas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os encargos com “outros gastos e perdas” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação reconhecidos como gastos do ano estão identificadas na tabela seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2023	2022
IMI - Parque Aeronáutico Alverca	118.795,54	118.795,54
Protocolo BVA	7.000,00	7.500,00
Gastos financiamento/bancários	2.262,73	4.715,99
Correções de períodos anteriores	43,63	0,01
Impostos e taxas	8.183,90	9.360,41
Multas e penalidades	149.760,32	148.977,19
Gastos AOV	6.298,20	6.293,83
Quotizações	1.740,00	0,00
Outros gastos e perdas	20.252,68	75.255,65
Total	314.337,00	370.898,62

A rubrica - IMI – Parque Aeronáutico Alverca, regista um movimento de carácter recorrente, correspondente à especialização do gasto associado ao com o IMI. (ver Nota 25. Outros rendimentos e ganhos).

Na protocolo BVA, está incluído um movimento de carácter recorrente no montante de 7.000,00 euros, correspondente à especialização do gasto associado ao Protocolo celebrado entre a idD Portugal Defence S.A. e a Associação Humanitária aos Bombeiros Voluntários de Alcochete, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, correspondendo este gasto à contrapartida das ações de formação periódica de colaboradores da idD Portugal Defence S.A., no combate de 1.ª linha a fogos nas instalações fabris e no perímetro florestal do terreno/herdade onde estão implantadas as suas instalações produtivas.

Na rubrica de multas e penalidades, destaca-se o valor de 149.613,33 euros, que se referem contra-ordenações aplicadas pelo IGAMAOT à Arsenal do Alfeite.

27- Gastos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (MEP – Método de Equivalência Patrimonial)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do ponto de vista consolidado, a flutuação do MEP associada aos resultados líquidos ponderada pela participação social detida em cada uma das sociedades participadas que não integra o perímetro de consolidação ascendeu a 3.994.069,66 euros.

Na tabela seguinte sumariza-se a contribuição dos resultados líquidos de cada uma das participadas para o resultado do exercício da idD Portugal Defence, S.A. por aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

CF
CF

Salienta-se ainda que estes resultados consistem em flutuações de valores das participadas, mas não configuram resultados realizados (e tributados) com participadas, uma vez que no exercício em apreço não foram alienadas total ou parcialmente quaisquer participações sociais em participadas (ver Nota 5 Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras)).

Empresas Associadas/Outros	2023	2022
	Ganhos / Perdas Imputados	Ganhos / Perdas Imputados
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	3.475.720,15	-9.272.188,80
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	168.250,25	109.778,73
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	-182.040,34	150.785,98
Naval Rocha - Sociedade de Const e Reparação Navais, S.A.	558.619,83	406.608,84
Magellan	-2.881,19	0,00
Total das Empresas Associadas	4.017.668,70	-8.605.015,26
Ajustamentos de Consolidação - MEP	-23.599,04	-150.758,98
Total MEP Consolidado	3.994.069,66	-8.755.774,24

28 - Juros e rendimentos similares obtidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os “juros e rendimentos similares obtidos” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação, reconhecidos como rendimentos do ano estão identificadas na tabela seguinte:

JUROS E RENDIMENTOS OBTIDOS	2023	2022
IDD	608,33	0,00
ARSENAL	44,44	15.094,21
ETI	0,00	0,00
EXTRA	0,00	0,00
Total	652,77	15.094,21

29 - Juros e gastos similares suportados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os encargos com “juros e gastos similares suportados” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação reconhecidos como gasto do ano estão identificadas na tabela seguinte:

JUROS SUPORTADOS	2023	2022
IDD	30.660,14	29.118,76
ARSENAL	0,00	943,63
ETI	6.977,89	8.135,07
EXTRA	0,00	0,00
Total	37.638,03	38.197,46

Na idD Portugal Defence, S.A., dos juros suportados no período findo em 31 de dezembro de 2023, o montante 30.660,14 euros, compreendem essencialmente a especialização dos juros de uma tranche remunerada das prestações acessórias de capital originalmente efetuadas pela anterior acionista EMPORDEF SGPS, S.A., em 18 de março de 2002, e que no processo de liquidação desta entidade ascenderam à DGTF entidade que exerce a função acionista da idD Portugal Defence S. A. e cujo detalhe a seguir se apresenta:

Entidade	Data Contrato	Data Visto TC	Prazo Contrato	Capital		Taxa de Juro		Encargos vencidos não	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual			
DGTF	18/03/2002	n.a.	360 dias	641.000,00	641.000,00	4,280%	0,751%	30.530,83	641.000,00	641.000,00
Total				641.000,00	641.000,00			30.530,83	641.000,00	641.000,00

Os juros especializados, no montante de 30.530,83 euros, foram reconhecidos como gastos do ano por contrapartida da rubrica outras contas a pagar- DGTF.

Na ETI, S.A. o montante identificado na tabela deriva das seguintes componentes: 3.733,61 euros referentes a juros suportados com financiamentos obtidos e 3.244,28 euros relacionados com outros gastos e perdas de financiamentos.

30 - Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as responsabilidades relativas a garantias prestadas pelas entidades que integram o perímetro de consolidação estão identificadas na tabela seguinte:

GARANTIAS		2023
IDD	Millennium BCP - DGRDN	127.641,80 €
IDD	Millennium BCP - IGFSS	26.810,75 €
Total		154.452,55 €

As garantias bancárias prestadas pela idD referem-se a :

Garantia de boa execução (garantia técnica) relativa ao Contrato de Aquisição de Serviços de Desmilitarização de Munições e Explosivos Provenientes dos Ramos das Forças Armadas, celebrado com a DGRDN – Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, correspondente a cerca de 5% do valor nominal do contrato Nº 54/2021 (127.641,80 €) A entidade emitente foi o Millennium Bcp e entidade beneficiária a DGRDN.

Garantia prestada pela IDD no âmbito de um processo judicial em curso com o IGFSS no valor de 26.810,75 €.

A entidade emitente foi o Millennium Bcp e entidade beneficiária o IGFSS.



31 - Dívidas em mora ao Estado

Na data de 31 de dezembro de 2023, nas sociedades que integram o perímetro de consolidação não existiam dívidas em mora ao Estado.

32. Honorários do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os encargos suportados com as SROC que exercem as funções de Fiscal Único nas sociedades que integram o perímetro de consolidação estão identificadas na tabela seguinte:

Remuneração Anual	2023	2022
IdD - João Cipriano e Associado, SROC	8.900,00	8.900,00
AA - João Cipriano e Associado, SROC	16.200,00	16.200,00
ETI - João Cipriano e Associado, SROC	8.150,00	8.150,00
EXTRA - João Cipriano e Associado, SROC	5.800,00	5.800,00
Total	39.050,00	39.050,00

33- Notas à Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Caixa e seus equivalentes no final do exercício	2023	2022
Caixa e seus equivalentes no final - IDD Individual	8.494.773,00	4.002.402,62
Caixa e seus equivalentes no final - Arsenal do Alfeite	1.437.509,29	4.734.802,65
Caixa e seus equivalentes no final - ETI	321.509,20	220.617,71
Caixa e seus equivalentes no final - Extra	172.824,27	153.276,02
Caixa e seus equivalentes Consolidado	10.426.615,76	9.111.099,00

33.1- Fluxos de caixa da atividade operacional

A rubrica de recebimento de clientes (que incluem o IVA à taxa em vigor) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respeita principalmente aos recebimentos associados à atividade de prestação de serviços de reparação e manutenção naval com origem na participada Arsenal do Alfeite, S.A. Complementarmente incluem ainda os recebimentos das atividades de prestação de serviços e vendas nas atividades de Simulação, Treino e documentação desenvolvidas na participada ETI, S.A., bem como nas atividades *core* da idD Portugal Defence, S.A., correspondendo à alienação de sucatas e escórias e a atividade desenvolvida de desmilitarização de munições e explosivos dos ramos das Forças Armadas e mercado civil, quer ainda os recebimentos associados à atividade de exploração do Parque Aeronáutico de Alverca.

33.2 Recebimentos de transferências e subsídios correntes

A rubrica de transferências e subsídios correntes, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, compreende os montantes/transferências recebidas ao abrigo do Protocolo celebrado com a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional para as atividades de promoção da Base Tecnológica da Indústria de Defesa Nacional (BTID), do projeto MEAP e do PRR Aeronext.

33.3 - Pagamento a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, inclui os pagamentos relacionados com as atividades ou exploração corrente da idD Portugal Defence, S.A. ou das restantes empresas que integram o perímetro de consolidação, sendo predominantes os pagamentos a fornecedores da atividade de construção e manutenção naval, desenvolvida na participada Arsenal do Alfeite, S.A.. Os valores incluídos nesta rubrica incluem IVA à taxa em vigor.

33.4 - Pagamentos ao pessoal

A rubrica de pagamentos ao pessoal, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, inclui, para além dos valores pagos ao pessoal, os pagamentos realizados aos membros dos órgãos sociais – Conselho de Administração e Conselho Fiscal e os respetivos encargos subjacentes, ou seja, pagamentos à Segurança Social, CGA ou ADSE, pagamentos relativos às retenções de IRS efetuadas e outros impostos relacionados com o pessoal de todas as empresas que integram o perímetro de consolidação, com as exceções do Conselho Fiscal (apenas existente na idD Portugal Defence, S.A.) e da Extra, S.A. que não tem órgãos sociais ou colaboradores remunerados, visto constituir uma sociedade veículo de propósito específico.

33.5- Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento

A rubrica de pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento, reparte-se da seguinte forma pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação:

Fluxos de Caixa Consolidado	IDD	AA	ETI	EXTRA	TOTAL
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-116.412,80	-87.453,40	-4.488,40	-10.723,10	-219.077,70

33.6- Outros recebimentos e pagamentos

A rubrica de outros recebimentos e pagamentos que regista um valor de 7.085.258,90 €, compreende essencialmente pagamentos realizados pela Arsenal do Alfeite, referentes a retenções na fonte em sede de IRS, IVA, Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE.

Fluxos de caixa das atividades de investimento

33.7- Pagamentos respeitantes a ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos

A rubrica de pagamentos referente às despesas de investimento (CAPEX) em ativos fixos tangíveis ou intangíveis (realizados ou em curso), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Os valores incluídos nesta rubrica incluem IVA à taxa em vigor. A maior parte do investimento realizado no montante de 1.009.596,60 euros respeita às obras de beneficiação do Edifício da formação e beneficiação de equipamentos,

No que respeita aos ativos fixos intangíveis, no montante global de 26.867,97 euros, respeita á aquisição de programas de computador por parte do AA.

33.8- Recebimentos de Outras operações de Investimento – Subsídios

Nesta rubrica regista-se o recebimento de 3.612.322,29 €, destacando-se o projeto New Space Portugal da IDD, no valor de 2.870.366,35 € e do Projeto da Academia 4.0, no valor de 675.858,86 €.

33.9- Recebimentos de Outras operações de Investimento – Dividendos

O montante de 391.963,43 euros incluído nesta rubrica no exercício de 2023, respeita ao pagamento de dividendos pela participada Naval Rocha, S.A.

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

33.10 - Recebimentos provenientes de Financiamentos obtidos

O montante de 259.047,10 euros no exercício de 2023, corresponde ao financiamento de curto prazo concedido em linhas de descoberto/contas correntes caucionadas abertas na Banca Comercial pela participada ETI, S.A. (até ao montante máximo contratualizado de 250.000 euros).

33.11 - Pagamentos respeitantes a Financiamentos obtidos

Esta rubrica as reposições efetuadas pela participada ETI, S.A. nas linhas de descoberto/conta corrente caucionadas junto da banca comercial.

33.12 - Pagamentos respeitantes a Juros e gastos similares

Esta rubrica no exercício de 2023, regista exclusivamente os juros e outros encargos suportados pela participada ETI, S.A. junto da Banca Comercial.

34- Utilização de frações do Palácio Bensaúde

A rentabilização e preservação do património imobiliário público é uma preocupação de todas as entidades pertencentes ao setor público. A idD Portugal Defence, SA, no âmbito das operações de rentabilização dos imóveis pertencentes à esfera do Ministério da Defesa Nacional, procedeu a obras de requalificação e adaptação nas frações por si ocupadas no edifício Palácio Bensaúde, que serão as instalações de escritório e futura sede social da idD Portugal Defence, S.A.

Esta mudança de instalações, motivada também pelo facto das anteriores não comportarem o efetivo da sociedade localizado em Lisboa, permitiu, não só a requalificação de parte de um imóvel pertencente à esfera da Defesa Nacional, evitando a sua contínua degradação, como do ponto de vista do Estado permitiu uma poupança efetiva, considerando que a despesa com a renda nas anteriores instalações do Restelo deixou de ser paga pela idD Portugal Defence, S.A. a uma entidade terceira, fora da esfera pública.

De facto, embora ao abrigo da legislação em vigor, e da aplicação do princípio da onerosidade de uso, a idD Portugal Defence, S.A. venha a pagar uma renda à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), deixará de o fazer a terceiros, pertencentes à esfera privada.

Embora não esteja ainda acordado o valor da renda que a idD Portugal Defence S.A. passará a pagar à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional pelas instalações do Palácio Bensaúde, foi comunicado a 26 de janeiro de 2024, de que *“foi homologado pela “ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.”, o valor da Renda Mensal de 7.978,00 € (sete mil novecentos e setenta e oito euros).”*, este será sempre receita do Estado, perspetivando-se que numa primeira fase sejam descontados os montantes despendidos nas obras de requalificação realizadas e atualização da infraestrutura técnica de parte do edifício (cablagens, comunicações, segurança, etc.), cujos valores estão reconhecidos em balanço nas rubricas de ativos tangíveis e/ou em curso (nos anos de 2020 e 2021, com reforço marginal em 2022 e 2023)

Pela mesma razão a idD Portugal Defence, S.A. reconheceu já o valor das rendas até 31 de dezembro de 2023 acrescido da especialização da previsão de encargos com eletricidade e água visto que os contadores do edifício não estão segregados, não estando, no presente, esses serviços diretamente contratualizados com a idD Portugal Defence, S.A.

CLT 4
S

35 - Processos / Ações Judiciais – Arsenal do Alfeite

No ano de 2023 correram termos as seguintes ações judiciais:

Ações interpostas pelo consórcio Iberlim- Sociedade Técnica de Limpezas, S.A. e SLIMCEI - Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda., contra a Arsenal do Alfeite, S.A.

No âmbito da primeira (Processo n.º 1179/13.7BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada) que nasceu de processo de injunção, a Autora reclama o pagamento da quantia de € 20.560,66 acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a € 2.122,73, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção. Tendo sido considerado judicialmente que a decisão deste processo se encontra condicionada pelo julgamento do outro processo em curso, foi judicialmente determinada em 30.11.2021, a suspensão da instância até julgamento e transito em julgado da decisão final do processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, nos termos do Artigo 272º do CPC.

O segundo processo acima mencionado, também interposto pelo mesmo consórcio, corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€.

Foi igualmente apresentada contestação, tendo sido a Arsenal do Alfeite, S.A. notificada em fevereiro de 2023 da sentença na qual a Arsenal é totalmente absolvida dos pedidos, tendo sido, porém, apresentado recurso por parte do consórcio, ao qual já se apresentaram contra-alegações, aguardando-se sentença.

Processo de injunção- Enviestudos, S.A.

Registou-se, em 2021, a interposição de uma injunção por parte da empresa Enviestudos, S.A. contra a Arsenal do Alfeite, reclamando a mesma a quantia de € 6.9991,68, correspondente à prestação de serviços de elaboração de um Plano de Segurança, o qual não foi pago pela Arsenal do Alfeite, S.A. em virtude de considerar não se mostrar cumprida prestação de serviços, razão pela qual apresentou oposição à injunção em apreço (Processo 53038/20.0YIPRT). No decorrer do ano de 2023, e em virtude da apresentação de oposição à injunção, foi a mesma redistribuída para o Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Processo de Insolvência FIUTAK

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a FIUTAK Industries GmbH, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€,

acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A., reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha, sem qualquer evolução em 2023.

Processo- Loviril – Construção Civil, Unipessoal, Lda.

Regista-se, já no decorrer do ano de 2024, a interposição de uma ação administrativa interposta pela empresa Loviril- Construção Civil, Unipessoal, Lda. contra a Arsenal do Alfeite, S.A. (Processo 750/23.3BEALM, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa), na qual a autora peticona, em suma, a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação de sanções contratuais no montante global de 131.409,78€.

Foi assim apresentada contestação, aguardando-se o desenvolvimento dos autos.

36 - ETI – Outras divulgações relevantes

A empresa tem a 31 de dezembro de 2023 as seguintes responsabilidades contingentes com contratos de arrendamento, alugueres e locações operacionais:

Item	Tipo de responsabilidade	Entidade	Periodicidade da Renda	Valor da Renda (Euros)	Horizonte temporal
1	Contrato de Aluguer Mobiliário	Newrent (USE)	Mensal	136,30	15/01/2024
2	Contrato de Aluguer Equipamento	Newrent (USE)	Mensal	100,62	25/03/2024
3	Contrato de Arrendamento	Geral Lazarim	Mensal	6.155,12	15/10/2025
4	Aluguer Operacional (AOV)	LeasePlan	Mensal	486,27	23/10/2024
5	Contrato de Aluguer Mobiliário	Newrent (USE)	Mensal	203,07	05/10/2024
6	Aluguer Operacional (AOV)	VWFS	Mensal	576,51	07/11/2026

37 – Eventos subsequentes à data do relato

Entre o final do exercício e a presente data, foi nomeado um novo Conselho de Administração, que tomou posse a 13 de janeiro de 2024.

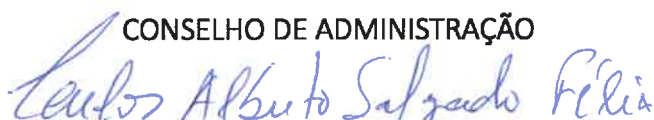
A empresa não identificou quaisquer eventos, desde a data de referência do fecho de contas até à data de emissão deste Relatório de Gestão e Contas de 2023 em Base Individual, que necessitem de ajuste ou divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 10 de setembro de 2024

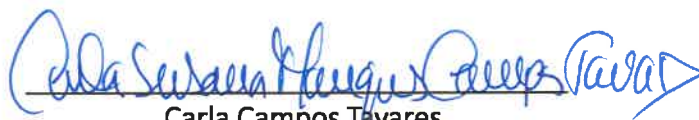
O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nelson Ricardo Silva

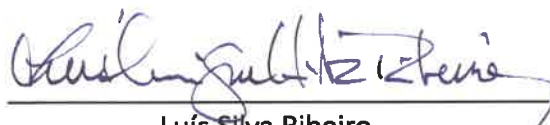
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Carlos Salgado Félix

(Presidente do Conselho de Administração)


Carla Campos Tavares

(Vogal do Conselho de Administração)


Luís Silva Ribeiro

(Vogal do Conselho de Administração)

2.3 – Demonstrações Orçamentais Consolidadas

2.3.1 – Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

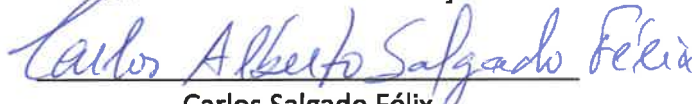
Rubrica	RECEBIMENTOS	2023	2022	Rubrica	PAGAMENTOS	2023	2022
Saldo de gerência anterior							
Operações orçamentais [1]		4.609.716,50	5.366.937,88				
Restituição do saldo oper. Orçamentais		0,00	0,00				
Operações de tesouraria [A]		218.515,19	81.489,00				
Receita Corrente				Despesa Corrente			
R1 Receita fiscal		0,00	0,00	D1 Despesas com o pessoal		13.779.000,64	13.484.045,71
R2 Contribuições para sistemas de proteção social		0,00	0,00	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes		10.254.695,00	10.129.765,75
R3 Taxas, multas e outras penalidades		149.931,93	225,10	D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais		575.898,89	481.249,01
R4 Rendimentos de propriedade		526.268,07	180.612,08	D1.3 Segurança social		2.948.406,75	2.873.030,95
R5 Transferências Correntes		1.027.793,43	593,47	D2 Aquisição de bens e serviços		11.050.156,41	9.488.989,22
R6 Venda de Bens e Serviços		24.886.589,24	29.912.225,63	D3 Juros e outros encargos		23.411,61	0,00
R7 Outras receitas Correntes		307,76	6.471,56	D4 Transferências correntes		890,00	998,00
Receita Capital				D5 Subsídios		323.284,40	0,00
R8 Vendas de bens de investimento		0,00	0,00	D6 Outras despesas correntes		2.985.065,17	3.319.628,21
R9 Transferências de Capital		858.568,13	603.361,57	Despesa Capital			
R10 Outras receitas de capital		367,54	13.437,41	D7 Investimento		1.071.348,00	1.188.952,29
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		38.020,68	8.465,23	D8 Transferências de capital		0,00	0,00
Receita efetiva (2)		27.487.846,78	30.725.392,05	D9 Outras despesas de capital		0,00	0,00
Receita não efetiva (3)		4.000.000,00	851.049,05	Despesa efetiva (5)		29.233.156,23	27.482.613,43
R12 Receita com ativos financeiros		4.000.000,00	851.049,05	Despesa não efetiva (6)		4.139.634,00	4.851.049,05
R13 Receita com passivos financeiros		0,00		D10 Despesa com ativos financeiros		4.139.634,00	4.000.000,00
Soma (4) = (1)+(2)+(3)		36.097.563,28	36.943.378,98	D11 Despesa com passivos financeiros		0,00	851.049,05
Operações de tesouraria (B)		309.805,45	139.388,93	Soma (7) = (5)+(6)		33.372.790,23	32.333.662,48
				Operações de tesouraria (C)		217.915,19	
				Saldo para a gerência seguinte		3.035.178,50	4.830.594,43
				Operações Orçamentais (8) = (4)-(7)		2.724.773,05	4.609.716,50
				Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)		310.405,45	220.877,93
				Saldo global (2)-(5)		-1.745.309,45	3.242.778,62
				Despesa primária			
				Saldo corrente		-1.570.917,80	3.806.466,70
				Saldo capital		-1.930.283,67	-1.805.751,27
				Saldo primário		-1.745.309,45	3.242.778,62
				Receita Total (1) + (2) + (3)		36.097.563,28	36.943.378,98
				Despesa Total (5) + (6)		33.372.790,23	32.333.662,48

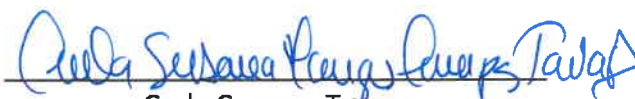
Nota: Nesta consolidação não foi considerada a ETI, uma vez que é uma empresa do Setor Empresarial do Estado Não Reclassificada, i.e., uma entidade pública que não é objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

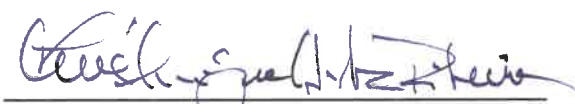
O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nelson Ricardo Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Carlos Salgado Félix
(Presidente do Conselho de Administração)


Carla Campos Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)

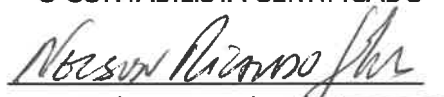

Luís Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

2.3.2 - Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por naturezas.

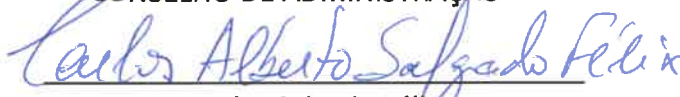
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2023	2022	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2023	2022
	Receita Corrente	26.590.890,43	30.100.127,84		Despesa Corrente	28.161.808,23	26.293.661,14
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	13.779.000,64	13.484.045,71
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	10.254.695,00	10.129.765,75
R3	Taxas, multas e outras penalidades	149.931,93	225,10	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	575.898,89	481.249,01
R4	Rendimentos de propriedade	526.268,07	180.612,08	D1.3	Segurança social	2.948.406,75	2.873.030,95
R5	Transferências Correntes	1.027.793,43	593,47	D2	Aquisição de bens e serviços	11.050.156,41	9.488.989,22
R6	Venda de Bens e Serviços	24.886.589,24	29.912.225,63	D3	Juros e outros encargos	23.411,61	0,00
R7	Outras receitas Correntes	307,76	6.471,56	D4	Transferências correntes	890,00	998,00
	Receita Capital	896.956,35	625.264,21	D5	Subsídios	323.284,40	0,00
R8	Vendas de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Outras despesas correntes	2.985.065,17	3.319.628,21
R9	Transferências de Capital	858.568,13	603.361,57		Despesa Capital	1.071.348,00	1.188.952,29
R10	Outras receitas de capital	367,54	13.437,41	D7	Investimento	1.071.348,00	1.188.952,29
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	38.020,68	8.465,23	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva	27.487.846,78	30.725.392,05	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita não efetiva	4.000.000,00	508.798,86		Despesa efetiva	29.233.156,23	27.482.613,43
R12	Receita com ativos financeiros	4.000.000,00	508.798,86		Despesa não efetiva (6)	4.139.634,00	4.851.049,05
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	4.139.634,00	4.000.000,00
	Receita Total	31.487.846,78	31.234.190,91	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	851.049,05
					Despesa Total	33.372.790,23	32.333.662,48

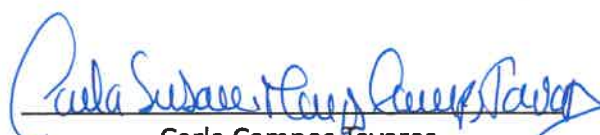
Nota: Nesta consolidação não foi considerada a ETI, uma vez que é uma empresa do Setor Empresarial do Estado Não Reclassificada, i.e., uma entidade pública que não é objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

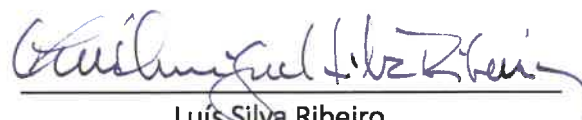
O CONTABILISTA CERTIFICADO


Nelson Ricardo Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Carlos Salgado Félix
(Presidente do Conselho de Administração)


Carla Campos Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)


Luís Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

3 – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

4 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CF
CT
G



PORTUGAL

MAKING THE DIFFERENCE

CF
cet